



# ZIZ

Revista Discente de Ciência Política



Vol. 1, n. 1  
1º semestre/2022

# ZIZ

---

## Revista Discente de Ciência Política

2022 - Revista Ziz, v. 1, n. 1 - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF). Campus do Gragoatá, Rua Professor  
Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, 3º andar, São Domingos, CEP: 24210-201 Niterói  
RJ, Brasil.

### Editores-Chefes

Carolina Costa D'Ávila  
Elvis de Oliveira Mendes

### Professor Responsável

Luis Alves Falcão

### Editores

Eric Veiga Andriolo  
Fernanda Cavalcanti Costa  
Gabriel Delphino Fernandes de Souza  
Sergio Schargel Maia de Menezes  
Rafael Polari de Alverga Kritski  
William Bueno Rebouças

### Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Christy Ganzert Pato - Universidade Federal Fluminense  
Claudio de Farias Augusto - Universidade Federal Fluminense  
Edemilson Paraná - Universidade Federal do Ceará  
Fabricio Pereira da Silva - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Guilherme Simões Reis - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Jean Gabriel Castro da Costa - Universidade Federal de Santa Catarina  
João Roberto Lopes Pinto - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Jorge Gomes de Souza Chaloub - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Luciana Fernandes Veiga - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Luiz Augusto Campos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Luiz Felipe Brandão Osório - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Marcial Alécio Garcia Suarez - Universidade Federal Fluminense  
Roberta Rodrigues Marques da Silva - Universidade Federal Fluminense  
Tiago Bahia Losso - Universidade Federal de Santa Catarina  
Tiago Daher Padovezi Borges - Universidade Federal de Santa Catarina  
Thais Florencio de Aguiar - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Thales Cavalcanti Castro - Universidade Católica de Pernambuco



## SUMÁRIO

Apresentação ..... 2

### ARTIGOS

E assim se constrói um partido: êxitos e reveses na trajetória inicial do Partido dos Trabalhadores ponta-grossense (1980-2000)..... 5

Ricardo Enguel Gonçalves

Behind the screen: the “Tanaka memorial” and the anti-japanese movement in Brazil during the interwar period ..... 39

Ryo Kubohira

Mães, agências e formas de resistências: jovens privados de liberdade nos centros socioeducativos de Fortaleza..... 66

Ingrid Lorena Silva Leite

A importância política do Cacique Xicão para mobilizações dos indígenas na região Nordeste do Brasil ..... 90

Flavio Joselino Benites

Liberalismo em retrospectiva: o olhar sobre uma ideologia na relação com o Brasil recente ..... 117

Allan Freire do Nascimento

Pandemia como catalisador da desigualdade social: impactos da Covid-19 na fome ..... 145

Bruno Vale Nobre Batista

### RESENHAS

Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013) ..... 168

Daniel Máximo Góes de Lima

Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo (2017), de Rafael Valim ..... 175

Karime Ahmad Borrasci Cheaito

## APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que anunciamos a publicação de nosso primeiro número. Sua organização e finalização marca o início de um ciclo fundamental para a consolidação da revista que, vale ressaltar, é fruto do empenho e dedicação de toda a equipe editorial. A ZIZ é uma revista discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF), criada e mantida por alunos desde o segundo semestre de 2021, e tem por objetivo precípuo oportunizar a jovens pesquisadores contribuir com a produção de conhecimento na grande área das Humanidades. Objetiva-se igualmente fomentar um amplo debate, seja de temas de interesse acadêmico ou de interesse da sociedade, enquanto lugar privilegiado de liberdade para a reflexão e ação; por isso, aceitamos trabalhos tanto do âmbito estrito da Ciência Política quanto de outras disciplinas que dialoguem com as áreas temáticas abrangidas pela revista.

Não obstante a criação do periódico seja bastante recente, é resultado de um longo processo que envolve várias tentativas por parte de integrantes do corpo discente do Programa que, infelizmente, sempre esbarravam em obstáculos burocráticos e financeiros decorrentes de um ensino público cada vez mais precarizado. Foi preciso perseverar diante de um momento bastante desfavorável, tanto pelo cenário pandêmico quanto pelo momento atual de sucateamento dos órgãos de pesquisa, assim como pelos alarmantes discursos anticência que insistem em se difundir no Brasil. No entanto, a revista, até então apenas idealizada, tornou-se realidade pela dedicação incessante da equipe de alunos que hoje compõem nosso corpo editorial.

É importante ressaltar o apoio da equipe docente do Programa; em especial, o apoio do professor Dr. Luis Falcão, que gentilmente adotou a ideia e aceitou a incumbência de se responsabilizar pela revista, e o apoio do professor Dr. Marcus Ianoni, coordenador do PPGCP/UFF, que, além de incentivar a criação do periódico, sempre foi muito solícito quando acionado. Gostaríamos também de agradecer todos os professores que aceitaram compor o Conselho Editorial da ZIZ, colocando à nossa disposição seu apoio e experiência; é imperativo que as iniciativas acadêmicas sejam resultado da colaboração entre os corpos discente e docente, uma vez que a *raison d'être* do aparelho educacional público

não é apenas a produção de conhecimento, mas, sim, ser capaz de perpetuar os conhecimentos e as práticas de investigação em termos geracionais.

Sobre as áreas temáticas abrangidas por este periódico, achamos coerente aceitar produções de acordo com as linhas de pesquisa do Programa ao qual a revista está vinculada. Sendo assim, os trabalhos publicados pela ZIZ estão inseridos nas seguintes grandes áreas: a) Teoria Política; b) Interpretações do Brasil; c) Estado, Economia e Políticas Públicas; d) Política Internacional.

Ao lançarmos o edital de submissão para a confecção de nosso primeiro número, recebemos textos de diversas regiões do país e ficamos surpresos com o resultado, pois tivemos uma variedade temática interessantíssima, o que certamente contribuiu para a riqueza dessa edição. Este número é consequência de um longo processo de seleção, e agradecemos a todos os pesquisadores que enviaram seus trabalhos e depositaram sua confiança em nossa revista – confiança esta que nos preocupamos em honrar durante todo o processo editorial, desde o recebimento das submissões até a publicação. Gostaríamos de aproveitar este momento para agradecer também aos pareceristas, cujo trabalho é imprescindível.

Esperamos que as publicações do presente número sejam apreciadas por todos aqueles que têm interesse em compreender o Brasil em suas incontáveis dimensões. Na seção de artigos, *Mães, agências e formas de resistências: jovens privados de liberdade nos centros socioeducativos de Fortaleza*, de Ingrid Lorena Silva Leite, leva-nos em uma viagem pelas periferias da capital cearense que revela as especificidades e as expressões da maternidade em contextos de violência. Ainda no Nordeste, mas desta vez em Pernambuco, Flavio Joselino Benites discorre sobre a trajetória de uma importantíssima liderança indígena em *A importância política do Cacique Xicão para mobilizações dos indígenas na região Nordeste do Brasil*. Em direção oposta, Ricardo Enguel Gonçalves leva-nos para a região Sul em *E assim se constrói um partido: êxito e reveses na trajetória inicial do Partido dos Trabalhadores ponta-grossense (1980 - 2000)*, apresentando exegeticamente o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) no interior do Paraná. O Brasil se coloca em foco pelas lentes de Allan Freire do Nascimento em *Liberalismo em retrospectiva: o olhar sobre uma ideologia na relação com o Brasil recente*, e também pelas lentes de Bruno Vale Nobre Batista em *Pandemia como catalisador da desigualdade social: impactos do Covid-19 na fome*. Por último, Ryo Kubohira revela-nos um quadro até

então pouco conhecido na história da relação Brasil-Japão em *Behind the screen: the “Tanaka Memorial” and the anti-Japanese movement in Brazil during the interwar period*. Fechando a edição, há dois trabalhos valiosos na seção de resenhas: *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* (2017), de Rafael Valim e resenhado por Karime Ahmad Borraschi Cheaito, e *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926 – 2013)* (2018), de Pedro Ferreira de Souza e resenhado por Daniel Máximo Góes de Lima.

A ZIZ se revela uma grande conquista dos alunos do PPGCP/UFF, e tal conquista não deve ser comemorada apenas por estes estudantes, mas, sim, por toda a comunidade acadêmica. Inserir-se no mundo dos periódicos significa inserir-se na comunidade científica, e ter seu trabalho apreciado pelos pares é uma questão de reconhecimento. É do nosso entendimento que os discentes participam ativamente da produção de conhecimento, e a ZIZ foi criada justamente para que os alunos que estudam política, nas mais variadas dimensões e expressões, tenham um espaço para comunicar seus trabalhos e sejam reconhecidos como membros da comunidade científica.

Nós, da equipe editorial ZIZ, desejamos que a revista seja um legado importante para a posteridade e que possa gerar frutos para o futuro, resistindo a esse triste momento que a pesquisa acadêmica tem enfrentado no Brasil. Que essa seja a primeira de muitas edições e contribuições da ZIZ, e que com igual dedicação o periódico possa se tornar uma referência pela excelência e seriedade buscada pelos integrantes da nossa equipe.

**Boa leitura!**

***Carolina Costa D’Ávila*** – Editora-Chefe

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Universidade Federal Fluminense*

***Elvis de Oliveira Mendes*** – Editor-Chefe

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Universidade Federal Fluminense*

## **E ASSIM SE CONSTRÓI UM PARTIDO: ÊXITOS E REVESES NA TRAJETÓRIA INICIAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PONTA-GROSSENSE (1980-2000)**

Ricardo Enguel Gonçalves<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo problematizar, a partir de diálogos com a Ciência Política, a trajetória inicial do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade de Ponta Grossa (PR). Por trajetória inicial este texto compreende as décadas de 80 e 90, ou seja, englobando desde a criação da sigla partidária até sua chegada ao poder local, feito obtido através das eleições de outubro de 2000. Amparado pelos pressupostos da História Política Renovada, autores como Rémond (2003) serão trazidos à baila durante a construção textual, enquadrando, desse modo, esta pesquisa ao campo da História Política. Ao longo do texto serão discutidas estratégias de atuação do PT local, bem como as conexões e ligações entre os atores sociais empenhados com a instalação e desenvolvimento do partido em solo ponta-grossense. A condição do partido lançar-se para além de sigla meramente eleitoreira será percebida conforme os diálogos com sindicatos e movimentos populares aparecerem na escrita, colocando, portanto, o PT local como agremiação política em contato com a realidade social na qual estava inserida. Essa característica reforça a ideia de que o partido detém um programa, age na sociedade e, assim, amparado por sua ideologia, provoca tensões com outros segmentos. O caso do PT em Ponta Grossa é ainda interessante por proporcionar um debate com setores do catolicismo progressista, uma vez que sacerdotes católicos e militantes ligados às pastorais católicas participam diretamente da construção da legenda em solo municipal. Com isso, as tensões ficam ainda mais evidentes, haja vista o embate propiciado com os conservadorismos corriqueiros da região. O *corpus* documental referente ao PT, utilizado por este trabalho, pode ser encontrado na seção de arquivos históricos do Museu Campos Gerais, instituição vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa. Uma entrevista on-line e consultas aos portais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) completam a documentação pertinente para elaboração da presente reflexão.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores; Política municipal; Ponta Grossa; Eleições municipais.

## **AND SO A PARTY IS BUILT: SUCCESSES AND SETBACKS IN THE INITIAL TRAJECTORY OF THE PONTA-GROSSA WORKERS' PARTY (1980-2000)**

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
E-mail: ricardoenguel1@gmail.com

**Abstract:** This paper aims to problematize, from dialogues with Political Science, the initial trajectory of the Workers' Party (PT) in the city of Ponta Grossa (PR). By initial trajectory this text includes the 80s and 90s, i.e., since the creation of the acronym party until its arrival to local power, obtained through the elections of October 2000. Supported by the assumptions of the Renewed Political History, authors like Rémond (2003) will be brought up during the textual construction, framing, thus, this research to the field of Political History. Throughout the text, strategies of action of the local PT will be discussed, as well as the connections and links between the social actors committed to the installation and development of the party in Ponta-grossense soil. The condition of the party to go beyond a merely electoral acronym will be perceived as the dialogues with unions and popular movements appear in the writing, placing, therefore, the local PT as a political organization in contact with the social reality in which it was inserted. This characteristic reinforces the idea that the party has a program, acts in society and thus, supported by its ideology, causes tensions with other segments. The case of the PT in Ponta Grossa is also interesting because it provides a debate with sectors of progressive Catholicism, since Catholic priests and activists linked to Catholic ministries participate directly in the construction of the legend on municipal ground. With this, the tensions become even more evident, given the clash with the usual conservatism of the region. The documental corpus referring to the PT, used for this work, can be found in the historical archives section of the Campos Gerais Museum, an institution linked to the State University of Ponta Grossa. An online interview and consultations to the portals of the Superior Electoral Court (TSE) and Regional Electoral Court of Paraná (TRE-PR), complete the relevant documentation for the elaboration of the present reflection.

**Keywords:** Workers' Party; Municipal politics; Ponta Grossa; Municipal elections.

## INTRODUÇÃO

As considerações apresentadas neste texto têm sua fundamentação na monografia de conclusão de curso produzida para fins de obtenção do título de Licenciado em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no ano de 2021. Para o desenvolvimento do projeto, foram feitas sucessivas consultas ao Acervo de Memória Política Péricles de Mello (AMPPM), disponível para os interessados em formato físico nas dependências do Museu Campos Gerais, vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Paralelamente ao trabalho de consulta ao acervo documental, entrevistou-se, através da plataforma *Google Meet*, o cofundador e principal liderança do PT em âmbito municipal, Péricles de Holleben Mello. Informações e dados sobre as campanhas políticas, bem como os resultados eleitorais, foram extraídos do *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral



do Estado do Paraná (TRE-PR). A diversidade encontrada no acervo consultado possibilitou que esta pesquisa desenvolvesse um interessante e profícuo debate sobre os primeiros vinte anos da trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Ponta Grossa.

Portanto, relatórios redigidos para informar e prestar contas à população e filiados sobre os mandatos petistas em âmbito local, materiais de campanha, recortes de jornais locais, fotografias de lideranças do partido, folhetos, livretos, materiais internos de formação da militância, rascunhos para debates públicos e esboços para discursos, entre outros, puderam ser analisados e problematizados pela pesquisa historiográfica. Respalhando-se pelo método qualitativo, a pesquisa confrontou o *corpus* documental perscrutado com o relato oral selecionado, construindo, dessa forma, um raciocínio historiográfico com base nas conexões possíveis.

O último pleito eleitoral do século XX, ocorrido em primeiro de outubro de 2000, foi responsável pela configuração ou reconfiguração dos quadros políticos municipais em todas as cidades do Brasil. A eleição que reforçou a influência do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na política nacional, uma vez que sagrou o partido vitorioso em 1.260 cidades<sup>2</sup>, também contemplou o Partido dos Trabalhadores (PT) com 200 prefeituras conquistadas na ocasião<sup>3</sup>. Nesse rol de vitórias alcançadas pelo PT, encontra-se a inédita vitória do partido na cidade paranaense de Ponta Grossa, localizada cerca de cem quilômetros da capital do estado, Curitiba.

O escopo deste artigo é discutir a trajetória inicial do Partido dos Trabalhadores na cidade de Ponta Grossa. Por trajetória inicial, este texto entende as duas décadas responsáveis pela instalação, formação, desenvolvimento e vitória eleitoral da sigla em solo municipal, estabelecendo, portanto, a temporalidade de pesquisa entre 1980 e 2000. Os anos 80, conhecido por registrar a fundação oficial do PT em âmbito nacional, é escolhido pela pesquisa por abranger também a criação do Diretório petista em território municipal na cidade pesquisada. Já os anos 2000, escolhido para finalizar o recorte do trabalho, deve-se pela vitória eleitoral do candidato do PT ao cargo de prefeito na cidade de Ponta Grossa, logo, encerrando assim um ciclo de duas décadas

---

<sup>2</sup> No ano de 2000, segundo dados do IBGE, o Brasil possuía 5.507 municípios emancipados.

<sup>3</sup> BRASIL, 2000.

de luta pelo poder e início de aplicação de projetos de governo alternativos aos até então em vigência.

Levando-se em consideração a história da cidade ponta-grossense, este artigo irá mapear, a partir da análise da entrevista concedida por Péricles de Mello, da observação e da problematização do *corpus* documental pesquisado junto ao Museu Campos Gerais, alguns dos principais atores políticos envolvidos com a história preambular do PT no município. Serão discutidos, nesse sentido, os desdobramentos do partido em âmbito local, suas relações com os movimentos populares e sindicais em emergência no decorrer dos anos 80 e 90, bem como as estratégias adotadas pelo Diretório Municipal para efetivar a chegada do candidato petista ao Palácio do Ronda (local de funcionamento do gabinete do Prefeito na cidade de Ponta Grossa) na eleição de 2000. Ao coadunar o relato oral, isto é, a entrevista de Péricles de Mello; os relatos escritos – relatórios, materiais de campanha, recortes jornalísticos, dados oficiais confeccionados pela autoridade eleitoral (TSE e TRE) –, e uma bibliografia adequada sobre o assunto, este trabalho produz uma reflexão própria e pertinente para a discussão historiográfica acerca dos primeiros anos do Partido dos Trabalhadores (PT) local.

A trajetória do PT<sup>4</sup> na cidade de Ponta Grossa pode ser dividida em três fases. A primeira, como trazido alhures, abrange as duas décadas iniciais do partido em solo municipal (1980-2000), contemplando o chamado vintênio. A segunda fase, corresponde aos quatro anos de governo petista na cidade, quais sejam 2001 a 2004. Por último, a terceira fase, trata dos anos pós-governo do Partido dos Trabalhadores na cidade, momento em que atualmente circunscreve a história política do município. Como este artigo objetiva descrever a primeira fase da trajetória petista, buscar-se-á o movimento embrionário para explicar a gênese e consolidação do PT em Ponta Grossa.

#### PONTA GROSSA, UMA BREVE APRESENTAÇÃO

A cidade explorada por esta pesquisa é uma dentre tantas que herdou o legado de sua colonização e formação: as consequências do fato social conhecido como concentração de terra, ou seja, o latifúndio. Palmilhada ainda por volta do século XVIII,

---

<sup>4</sup> Para informações sobre a trajetória do PT em âmbito nacional, vide SECCO (2011) e AMARAL (2003).

quando a presença da nobiliarquia paulista se fez sentir através de concessões de terras às famílias tradicionais por parte da Corte, a região que hoje é chamada de Campos Gerais passou a ser estruturada. Ponta Grossa, que é atualmente a cidade mais importante desse grupo de municípios que congregam os Campos Gerais, somente efetivou-se como tal nos idos do século XIX. Ainda nos Setecentos, marcada pela rota tropeira que ligava o Sudeste ao extremo sul do Brasil, Ponta Grossa presenciou a formação de pequenas vilas ao longo do caminho das tropas, o que, de certa forma, proporcionou um comércio incipiente na região permeada pelas extensas fazendas usadas para invernada do gado trazido do Rio Grande do Sul (DITZEL, 2000).

A configuração dessa primeira característica inerente à história política pontagrossense, teria repercussão significativa anos depois quando o instrumento eleitoral passou a vigorar como forma de legitimação e autorização dos sujeitos aptos a governar. Na virada do século XIX para o XX, quando já emancipada da Comarca de Castro, Ponta Grossa foi novamente palmilhada, desta vez por meio da estrada de ferro – primeiro ligando Ponta Grossa ao litoral do Paraná e depois Ponta Grossa ao Sul e Sudeste do Brasil. A chegada da ferrovia trouxe à cidade novas relações de sociabilidade, costumes, práticas e poder. Era a modernidade burguesa adentrando a região no alvorecer do século XX (SCHIMANSKI, 2007).

Assim como no Brasil, os projetos de poder discutidos e disputados durante o século passado chegaram também em solo municipal. Quando a Ação Integralista Brasileira (AIB) mostrava-se como opção aos brasileiros, durante os anos 30, os munícipes eleitores pontagrossenses levaram à Câmara Municipal metade dos vereadores filiados ao partido de extrema direita na eleição de 1935. Outro fator preponderante foi o sucesso eleitoral do candidato à presidência em 1955 pelo Partido de Representação Popular (PRP), Plínio Salgado, nas urnas locais (DITZEL, 2000).

A ditadura civil-militar (1964-1985), também interferiu nos quadros políticos municipais de Ponta Grossa. O prefeito em exercício, José Hoffmann (PTN), foi coagido a renunciar, em 1966, devido ao fato de a postura do governante não agradar os militares fiadores do golpe de 1964 (CHAMMA, 1988).

Dessa maneira, como assevera Schimanski:

[...] entre o final do século XIX e o início do século XX a cidade passou por inúmeras transformações de ordem sócio-econômica: advento das ferrovias,

urbanização, crescimento do comércio e da indústria; novos atores sociais que passaram a compor o cenário ponta-grossense com a chegada dos imigrantes europeus. No entanto, no que se refere às estruturas de poder, estas permaneceram inalteradas ao longo do século XX. O poder local tem estado, historicamente, irremediavelmente ligado a interesses de grupos políticos, os quais irão conduzir o processo de modernização da cidade a partir de sua lógica conservadora. (SCHIMANSKI, 2007, p. 89)

Por outro lado, seguindo o que acontecia em outras regiões do Brasil, o ano de 1976 emplacou significativa derrota aos militares. Em contexto local, Ponta Grossa elegia o prefeito Luiz Carlos Stanislawczuk (MDB), candidato de oposição aos arenistas. Ainda que avesso aos políticos fiadores do golpe de 64, a gestão do emedebista não pode ser confundida como popular ou com tendências populistas.

Dessa forma, consideramos que, desde os primórdios, a disputa pelo poder local na política ponta-grossense foi marcada por tensões entre conservadores e liberais. Mesmo que em determinado momento pudesse haver uma união de ambos para obtenção de eventuais benefícios comuns, esses dois grupos somente passariam a ser ameaçados, de fato, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao cenário político municipal; o que aconteceria em 1980.

#### O INÍCIO DO PROCESSO: A PRIMEIRA DÉCADA DO PT EM SOLO MUNICIPAL

A historiografia responsável por problematizar a fundação do PT na esfera nacional é conclusiva. Para ela, o dia 10 de fevereiro de 1980, nas intermediações do colégio Sion, em São Paulo, trata-se do marco oficial da agremiação política emergente. Nesse sentido, como explorado pelo campo do saber histórico, o PT oficializado em 1980 traz em sua biografia as consequências conjunturais que marcaram o Brasil ao longo dos anos, em especial a década de 70 do século XX. As duras expensas pagas pelos trabalhadores desde a deflagração do golpe de Estado em 1964 produziram, com o passar dos anos, um descontentamento em larga escala tanto na classe pobre quanto na classe média. No entanto, com a forte repressão aplicada aos sindicatos que se encontravam sob intervenção, Ministério do Trabalho aparelhado aos interesses dos militares e o autoritarismo espalhado por todo o país, o instrumento legítimo de reivindicação da classe assalariada – a greve – sofreu impactos por parte burocracia ditatorial. Mesmo assim, não se pode afirmar inexistência de tais práticas, pois o ano

de 1968 registrou movimentos paredistas na cidade mineira de Contagem e na paulista Osasco (NORONHA e OLIVEIRA, 2015).

Não obstante, as grandes manifestações da classe trabalhadora retornariam à cena política em meados da segunda década de 70, contribuindo com o declínio do governo militar. Com as greves do ABCD paulista – Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema – principalmente as de 1978, 1979 e 1980, o impulsionamento da força trabalhadora rendeu aos grevistas conquistas relevantes para fortalecimento do processo de reabertura democrática. Dentre elas, a polêmica anistia, efetivada em agosto de 1979 e o novo sindicalismo, que culminaria com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em agosto de 1983. Das greves do fim da década resultaram também a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo na figura do Lula sua principal liderança (KECK, 1991).

A clássica reunião de fundação do PT em fevereiro de 1980 em São Paulo determinou o início da trajetória da sigla por todo o país. A partir dela, estavam aptos os demais Estados e municípios a instalarem Diretórios estaduais e municipais com intuito de condensar a militância petista em torno da oficialização da legenda, filiação de adeptos e construção de projetos político-sociais.

A cidade de Ponta Grossa, quarta maior do Estado paranaense nos idos de 1980, contou com a presença do engenheiro civil e professor universitário Péricles de Mello no evento realizado no colégio Sion. Como um dos signatários do livro de fundação nacional do PT, Péricles também traz em sua trajetória as movimentações para fundação do partido na cidade paranaense<sup>5</sup>.

Conforme investigado por este trabalho, as origens do PT em Ponta Grossa passam fundamentalmente por dois segmentos envolvidos com a política local. O primeiro, e que de certa forma estava em consonância com o PT em âmbito nacional, é o *Movimento Pró-PT*. Este movimento, heterogêneo por excelência, congregava os trabalhadores, os estudantes, os professores da educação básica e superior, os políticos egressos do antigo MDB e os religiosos progressistas (de várias religiões). Já o segundo grupo tem um caráter mais específico, pois trata-se do braço ligado ao

---

<sup>5</sup> O pequeno trecho sobre a biografia de Péricles foi encontrado em material de campanha para prefeito de Ponta Grossa relativo ao ano de 1982. O material conhecido como “santinho” está disponível no acervo físico nas dependências do Museu Campos Gerais.

catolicismo progressista. Não concluímos que a igreja Católica institucional tivera ligação com a instalação do partido, porém, a presença de lideranças vinculadas às pastorais católicas é inquestionável<sup>6</sup>.

Como salientado pelo futuro prefeito petista Péricles de Mello:

[...] acontecia em Ponta Grossa um movimento político muito interessante, que tinha como base a Pastoral Universitária. [...] A Pastoral Universitária foi organizada por um padre famoso, cientista social [natural] famoso, que morou dez anos em Ponta Grossa, padre Giuseppe Leonardi. Ele formou a Pastoral Universitária, acabou sendo coordenador nacional, ele tinha uma visão muito crítica ao sistema, uma visão da igreja que tinha assim algumas influências do passado pela Teologia da Libertação, é uma coisa mais suave um pouco, mas ele influenciou toda uma geração de estudantes ponta-grossenses. Eu não vim dessa vertente, mas como eu já vinha com uma visão de esquerda eu comecei a participar da pastoral também, mas não era quadro da pastoral. Mas nós tínhamos quadros importantes da pastoral que tão no PT até hoje, o Valmir de Santi, o Rene Guimarães, o Darcy Marochi que depois fundaram o Centro de Direitos Humanos de Ponta Grossa, outra vertente de formação do PT ligada à Igreja Católica (MELLO, 2020).

A fala do cofundador do PT é muito importante para compreender a trajetória da agremiação política em solo municipal. Como dito por Mello, a organização da Pastoral Universitária sob coordenação do padre Guiseppe Leonardi e sua preocupação com a conjuntura social da época foi decisiva para a influenciar uma geração de estudantes e trabalhadores vinculados ao setor católico. A procedência da afirmação feita pelo político pode ser percebida na ascensão que muitos desses atores envolvidos com a militância católica tiveram ao longo dos anos 80, 90 e 2000 na história do PT.

Valmir de Santi, por exemplo, candidato a vereador pelo PT em 1988, era liderança tanto na Pastoral Universitária quanto na Pastoral da Juventude, além de atuar nas ações da Pastoral da Saúde da diocese. Sua trajetória ainda contava com a vinculação direta nas movimentações do expoente Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Ponta Grossa (CDDH), organização importante na década de 80 e 90 no município na promoção de campanhas e ações para mitigar os problemas sociais como a fome, a miséria e as violações básicas de cidadania. Além da biografia de Valmir de Santi comprovar muito bem essa tese de que a militância católica ponta-grossense foi

---

<sup>6</sup> A conclusão apresentada é feita com base na confrontação do relato oral de Péricles de Mello e o *corpus* documental estudado.

importante na construção do partido na cidade, Darcy Marochi é outro integrante desse mesmo grupo<sup>7</sup>.

O nome de Marochi esteve presente nas disputas eleitorais logo em 1982. Dentista de formação e especializado em saúde pública, compôs o quadro diretivo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) na condição de presidente<sup>8</sup>. Se, por um lado, a composição de lideranças advindas do catolicismo era forte, por outro, também se percebia a adesão ao projeto petista por parte de egressos do MDB. Péricles de Mello e Aderbal de Mello foram exemplo dessa prática. Péricles esteve ligado às lutas contra a ditadura no interior do movimento estudantil ainda nos anos 70, quando era acadêmico de engenharia civil pela Universidade Federal do Paraná. Vice-presidente da ala Jovem do MDB, ingressou no *Movimento Pró-PT* depois de ouvir os discursos de Lula durante as greves do ABCD paulista. Seu irmão Aderbal de Mello o seguiu e, juntos, impulsionaram a fundação do PT em Ponta Grossa<sup>9</sup>.

A sigla que assina o dia 14 de fevereiro de 1980 como data oficial de fundação em território municipal passou a discutir o projeto alternativo de cidade nas urnas a partir de 1982 e nas ruas logo em 1980. Da militância organizada e combativa, reunida sob as bases da Pastoral Universitária (PU), surgiu em 1980 a Comissão de defesa da praça (Codep)<sup>10</sup>. Ainda que não empolgasse como movimento fortemente contestador do contexto desigual, repressivo e crítico vivenciado à época, a Codep deve ser lida na perspectiva de fagulha, isto é, de organismo com potencial unificador e reivindicatório numa cidade ideologicamente representada no imaginário midiático e institucional como “morigerada” (SCHIMANSKI, 2007). O escopo da Codep era impedir que a gestão do emedebista Luiz Carlos Stanislawczuk remodelasse a praça Barão do Rio Branco, uma praça histórica para os munícipes.

O que se constatou doravante foi um acréscimo considerável na reorganização da classe trabalhadora através dos sindicatos de categoria, dos comitês unificados, das

---

<sup>7</sup> A trajetória de Valmir de Santi foi obtida através dos materiais encontrados no acervo. O mais esclarecedor, portanto, a principal fonte, foi o “santinho” para deputado estadual relativo à eleição estadual de 1986.

<sup>8</sup> A biografia de Darcy Marochi foi extraída do material de campanha – “santinho” – quando o mesmo concorreu ao cargo de vice-prefeito compondo a chapa com Silvio Silva, em 1988.

<sup>9</sup> (MELLO, 2020).

<sup>10</sup> Considerações feitas a partir do documento físico intitulado *O PT é outra História: histórico nacional e local*, assinado por Darcy Marochi, em março de 2000. A finalidade do documento era a de ser o folheto do Encontro de Formação do Partido dos Trabalhadores, ocorrido na mesma época.

comissões e dos centros de defesa de interesses populares. Ponta Grossa, a primeira cidade paranaense a realizar um ato pelas Diretas Já (SALOMÃO, 2010), continuava seu movimento de organização e união de pautas por meio da Pastoral Universitária (PU), dessa vez, com um *comitê de luta contra o desemprego*. A situação econômica e social brasileira dos anos 80 descontava na classe trabalhadora as consequências da condução desastrosa dos conspiradores de 64. A década perdida – no sentido econômico – culminou com a cidade ponta-grossense contabilizando taxas de favelização expoentes, imigrações decorrentes do êxodo rural e da chegada de contingente de trabalhadores desempregados advindo dos municípios vizinhos. Como resultado dos fracassos governistas em âmbito nacional, estadual e municipal, a cidade apresentou retração do PIB, queda do poder aquisitivo da classe trabalhadora, redução de moradias consideradas de alta classe – em 1983, cerca de 7,5% estavam inseridos nessa condição – e consequentemente aumento considerável de moradias pobres e miseráveis no decorrer dos anos 80 e 90 (CERVI, 2006). Ou seja, todo engajamento popular era necessário para estancar o empobrecimento da classe trabalhadora.

Dessa forma, o Partido dos Trabalhadores (PT) se propôs a capitanear boa parte das ações reivindicadoras locais. Na ausência de uma agremiação historicamente disposta a congregar forças populares na luta por transformações conjunturais, surgiu uma oportunidade para consolidação da militância petista. Porém, a tarefa, para ser exitosa, precisaria lidar, estrategicamente, com o xadrez político rotineiro de uma cidade ideologicamente vinculada à posicionamentos à direita. Uma das mais laboriosas ações dessa estratégia estava situada na capacidade do partido em formar uma classe trabalhadora disposta a compreender o contexto sociopolítico como um todo, sem os velhos clichês de outrora – como por exemplo, o discurso de que “político é tudo igual”.

O conceito que melhor define esse exercício de transformação do operariado em classe operária consciente de sua força de agência, caso mobilizada e engajada, é salientado por Mezzaroba:

A teoria orgânica visualiza o partido político numa perspectiva aberta, criativa e dinâmica. A organização partidária não é somente um simples instrumento eleitoral, mas um espaço político em condições de despertar no homem sua consciência histórica. Assim, a atuação partidária deve ultrapassar o contexto organizacional ou parlamentar para, fundamentalmente, se articular à sociedade. (MEZZAROBA, 1994, p. 134)



Portanto, a função do partido político orgânico deve ir além da sua finalidade última: a atuação parlamentar. A vitória eleitoral em um Estado liberal precisa ser resultado de uma classe votante capaz de compreender a importância do voto e o motivo pelo qual se vota. Essa condição somente pode ser concretizada caso o partido político forme seus filiados, seja pelo exercício contínuo de ações reivindicatórias, seja pela formação política continuada, ou ainda a somatória das duas. Caso seja capaz de fortalecer, pela sua ingerência na sociedade, a consciência histórica da classe trabalhadora, o partido político terá superado a definição weberiana clássica de agremiação partidária, na qual “seu objetivo é, hoje, sempre a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos ou em corporações com voto” (WEBER, 1999, p. 544).

Na leitura da militância petista, os desdobramentos realizados para formar um alistamento eleitoral responsável por garantir o Partido dos Trabalhadores (PT) na disputa eleitoral de 1982 deviam ser testados nas urnas já naquele ano. Além de enfrentar a sublegenda, o voto vinculado e a Lei Falcão, as chapas petistas precisavam lidar com a aceitação local do programa de governo da sigla em cada regionalidade específica. Em Ponta Grossa, nada fácil seria concorrer com o lema “Trabalho, Terra e Liberdade”, estampar as cores vermelhas e a emblemática estrela ligada ao líder sindicalista do ABCD paulista, Lula. Mesmo assim, em agosto de 1982, a Convenção Municipal oficializava Péricles de Mello e José Alves dos Santos, ambos pelo PT, como candidatos a prefeito e vice, respectivamente<sup>11</sup>.

Naquela eleição as duas chapas do PMDB somaram juntas cerca de 57,48% dos votos e a mais votada delas, encabeçada pelo controverso Otto Santos Cunha, foi vitoriosa (PARANÁ, 1982). Santos Cunha caberia muito bem em uma das três chapas lançadas pelo Partido Democrático Social (PDS) para a ocasião, pois assim como os candidatos da legenda que congregava os antigos arenistas, ele possuía perfil político de gestor distanciado dos anseios populares. Em último lugar, atrás inclusive das duas chapas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a chapa única do PT. Os 650 votos obtidos na eleição (PARANÁ, 1982), embora demonstrassem ao PT a necessidade de insuflar os movimentos sindicais e populares para apresentação consistente da cultura

---

<sup>11</sup> O lema de campanha e a chapa oficializada para 1982 podem ser encontradas nos “santinhos” dos candidatos do partido. Encontram-se disponíveis no acervo (AMPPM) nas dependências do Museu Campos Gerais.

política petista, não ofuscavam o objetivo a ser construído: formar um programa de governo alternativo.

A determinação da Comissão Executiva Regional (CER) do PT, em 1983, traçou planos cruciais para o impulsionamento da legenda no Paraná. Determinou reorganização na estrutura dos Diretórios municipais, o que proporcionou troca de lideranças, e, principalmente, a atuação nos movimentos populares e sindicais (SALOMÃO, 2010).

Dialogando com tal determinação, em agosto de 1983 emergiu em Ponta Grossa o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH). Grandes lideranças petistas locais estiveram na gênese idealizadora do Centro e, de certa maneira, contribuíram com seu funcionamento ao longo dos anos. As pautas sociais defendidas pelos membros do CDDH, permite-nos enquadrá-lo como grupo de pressão, pois é a partir dele que questões decisivas no combate à fome e à miséria são debatidas na cidade. O *Primeiro Fórum de Movimentos Populares*, realizado em 1984, é um exemplo da ação do CDDH<sup>12</sup>.

O sindicato dos vigilantes, criado em junho de 1985 e o sindicato dos trabalhadores em fiação e tecelagem, instaurado em fevereiro de 1986, também responderam a determinação da Comissão Executiva Regional, pois são frutos da participação direta da militância petista. Já a tentativa de tomada da direção do sindicato dos trabalhadores da construção civil, poucos meses antes da eleição municipal de 1988, não logrou êxito. Embora derrotada, a chapa *Pá na massa* teve seus integrantes aderindo ao projeto petista, ou seja, filiaram-se ao PT<sup>13</sup>.

Para a eleição municipal de 1988, dessa vez, com as bases mais sólidas, o PT lançava Péricles de Mello como seu principal candidato a vereador. A expectativa em colocar ao menos um petista na Câmara de Vereadores tinha fundamento lógico. Além de perceber que o contexto clamava por mudanças no quadro político, a militância petista havia ministrado um curso instrucional para os candidatos a vereador durante o mês de julho de 1988<sup>14</sup>. Nesse curso, estratégias de campanha, administração

---

<sup>12</sup> Informações encontradas no documento físico, disponível no acervo, chamado *História e Princípios: cartilha para filiados e simpatizantes*, levando o ano de 2000 como data de impressão. Trata-se de um livreto com datas especiais para a sigla petista em âmbito local, usado, em suma, para formação interna.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Ibidem.

política e maneiras de governar foram apresentadas aos participantes. Dos 23 candidatos do PT oficializados na disputa, constata-se uma heterogeneidade de perfil: bancários, comerciários, médicos, industriários, estudantes, professores, funcionários públicos, líderes sindicais, entre outros. Ou seja, a ampliação da base era notória<sup>15</sup>.

Para a disputa do executivo, Silvio Fernandes da Silva, o médico Sílvio Silva, era oficializado pelo Diretório. O ex-diretor do Hospital Infantil Getúlio Vargas e coordenador do curso de Especialização em Saúde Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, tinha como companheiro de chapa o dentista Darcy Marochi – liderança católica (PARANÁ, 1988). A chapa puro sangue do PT apostou na composição de dois candidatos identificados com a questão da saúde pública, uma observação estratégica, haja vista que justamente nesse quesito as campanhas situacionistas patinavam eleição após eleição.

O desfecho do pleito de novembro de 1988 trouxe resultados interessantes para o partido, não só para o PT local, mas para o PT no geral. Ainda que em último lugar, os números mostravam crescente adesão à cultura política petista, pois a *chapa da saúde* obteve 8.033 votos (8,3%). A aliança entre Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Liberal (PL) levou o herdeiro de Santos Cunha, Pedro Wosgrau Filho (PDC), à prefeitura com 46.457 votos (46,7%), enquanto o emedebista Djalma de Almeida Cesar e o ex-prefeito Luiz Carlos Stanislawczuk, agora ligado ao PDT, ocuparam o segundo e terceiro lugar, respectivamente (PARANÁ, 1988).

Das 21 cadeiras possíveis na Câmara Municipal, a sétima ficou com o PT. A aposta enfim dava resultado parlamentar. O ex-candidato a prefeito, Péricles de Mello, levou 1405 votos e dessa forma deixava claro à sociedade ponta-grossense que os anos 90 teria um representante petista defendendo a cultura política da sigla entre os parlamentares (PARANÁ, 1988).

Assim, a última eleição municipal da década de 80 trazia resultados importantes para as pretensões do PT. Com um parlamentar na Câmara Municipal era mais fácil mobilizar as ações que respondessem demandas advindas dos grupos de pressão, pois agora, revestido de classe política, cabia ao Partido dos Trabalhadores (PT) fortalecer os interesses dos movimentos populares e sindicais desfavorecidos pela

---

<sup>15</sup> Material de campanha produzido para as eleições municipais de 1988. Disponível em formato físico no acervo.

elite política. Como reportado por Salomão “o PT do Paraná deveria começar o ano de 1989, administrando duas prefeituras e construindo o mandato dos vereadores eleitos” (SALOMÃO, 2010, p. 142).

## A CONQUISTA DO LEGISLATIVO

Ao assumir a prefeitura em 1989, Wosgrau Filho (PDC) apostou na continuidade dos trabalhos deixados pelo antecessor. Oriundo de família tradicional e empresário do ramo madeireiro, o prefeito trazia em seu governo mais do que simplesmente o discurso e a postura de dar sequência ao governo anterior, haja vista que seu vice era Paulo Cunha Nascimento, ex-Secretário Municipal de Finanças e primo de Otto Santos Cunha (CERVI, 2006).

Empenhado em responder o clamor popular na questão da saúde pública, Wosgrau Filho ampliou o número de postos de saúde pela cidade. Porém, a iniciativa que pretendia acalmar a sociedade trouxe ainda mais dificuldades para sua gestão e para as gestões vindouras, pois o ritmo de instalações de unidades básicas de saúde era desproporcional ao contingente de servidores disponíveis para atendimento das demandas (CERVI, 2004).

Como resultado natural em um sistema democrático representativo, o fortalecimento da oposição se fez sentir com o desgaste governista. Não só o PT se aproveitava desse desgaste situacionista, mas outras correntes ideológicas também manifestavam descontentamento com a gestão pedecista, o que gerava uma disputa entre as legendas pelo poder simbólico de representação popular, principalmente quando a classe trabalhadora organizada decidia, em polvorosa, enfrentar a elite política. Exemplo disso pode ser encontrado ainda em 1989, durante a greve dos trabalhadores da Viação Campos Gerais (VCG), empresa do ramo do transporte urbano local, quando lideranças do PT estiveram negociando diretamente com a prefeitura as exigências da classe em greve. Mais ainda, a constante presença do vereador petista em piquetes e bloqueios montados pela categoria durante o movimento paredista explicitava essa necessidade de conquistar o eleitorado e ao mesmo tempo fazer valer

o compromisso partidário de defesa dos anseios populares acordados durante a campanha<sup>16</sup>.

Foi assim também durante a greve dos professores universitários, ocorrida no mesmo ano de 1989. Embora a greve estivesse dirigida ao poder público estadual, o uso da Tribuna da Câmara Municipal de Ponta Grossa para discursar em apoio aos profissionais da educação solidificava o PT como porta-voz da oposição. Dessa forma, o tripé de atuação do vereador petista contemplava com louvor os tópicos elencados pelo Diretório Municipal: I) *atuação parlamentar*, ou seja, conquistar uma cadeira na Câmara dos vereadores; II) *organização dos movimentos populares*, isto é, fortalecer e/ou criar sindicatos e grupos de pressão em âmbito local e assim III) *fortalecer o partido* (MELLO, 1989).

O primeiro ano do mandato petista na Câmara ainda contribuiu com a fundação do Sindicato dos Servidores Municipais, em junho de 1989. Mas, talvez um dos grandes feitos sociais discutidos ainda em 1989 e realizado somente em 1993 tenha sido a criação da *Associação Geral dos Moradores em Terrenos Irregulares* (AGEMTI). Essa associação procurou resolver o problema da alta taxa de favelização que continuava crescente na cidade afetando, sobretudo, a classe mais pobre<sup>17</sup>.

O poder público “não-populista” (CERVI, 2006, p. 131), que estava amedrontado com a possibilidade de a sociedade civil organizada fazer frente ao governo distanciado das demandas do eleitorado, teve de lidar com uma invasão de atores sociais na Câmara Municipal em episódios específicos. O relatório do vereador petista, escrito por Péricles de Mello (1989, n.p.), com a finalidade de apresentar um balanço de seu primeiro mandato no legislativo, portanto, não publicado academicamente, traz o seguinte relato

[...] destacamos duas presenças importantes da população no decorrer deste primeiro semestre de mandato: a primeira na votação do projeto da Tribuna do Povo, em que estiveram presentes mais de 60 pessoas, entre lideranças sindicais e comunitárias; e, em segundo, quando da votação do projeto do Passe Livre, quando a câmara esteve lotada, por estudantes e populares que vieram manifestar seu apoio.

<sup>16</sup> Informações sobre o apoio petista à greve supracitada podem ser encontradas no *Relatório*, de autoria do vereador Péricles de Holleben Mello (1989). O Relatório não foi publicado, existindo apenas fisicamente no acervo consultado por esta pesquisa.

<sup>17</sup> Informações encontradas no documento físico, disponível no acervo, chamado *História e Princípios: cartilha para filiados e simpatizantes*, levando o ano de 2000 como data de impressão. Trata-se de um livreto com datas especiais para a sigla petista em âmbito local, usado, em suma, para formação interna.

O relatório produzido em 1989 é importante fonte para que o historiador problematize uma prática até então desconhecida ou pouco usual na política da cidade: a presença frequente da população durante sessões na Câmara Municipal. Essa prática implementada teria capítulos à parte na mídia local, causando repercussões negativas em textos de opinião produzidos por colunistas morigerados; além de potencializar a aprovação de projetos populares, como, por exemplo, o Passe Livre – ainda que os trâmites tenham perpassado anos até sua completa implementação.

Interessante fato a ser percebido é que a participação popular em sessões da Câmara, geralmente conduzidas pelas associações de moradores, atraiu para o mesmo ambiente um grupo ideologicamente oposto: os ruralistas. Especificamente a ala ruralista jovem, que entre outras coisas promoveu o chamado “Confronto extremado”, conforme reportou o Diário da Manhã, em 24 de março de 1989. Na ocasião, uma divergência política entre o petista Péricles de Mello e a vereadora liberal Sandra Mara Queiroz, militante da União Democrática Ruralista (UDR), mobilizou as bases políticas para uma sessão seguinte com casa cheia. Do início ao fim, a sessão foi marcada por gritos e xingamentos. Esse acontecimento foi campo de disputa durante semanas nos periódicos locais, pois os culpados e vitimados variavam conforme inclinação do colunista.

Outra conquista decisiva para a militância petista na cidade de Ponta Grossa foi a vitória da chapa *Balanço Geral*, em setembro de 1990, na eleição diretiva do sindicato dos empregados no comércio<sup>18</sup>. A década de 1990 marcava uma expansão do setor econômico terciário e dirigir um sindicato de categoria responsável por aglutinar profissionais abrangidos por ele era evidentemente um bom negócio.

Em meio à intensa movimentação para instalação de novos Diretórios Municipais por cidades espalhadas pelos Campos Gerais (Figueira, Arapoti, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Castro), o Partido dos Trabalhadores ponta-grossense comemorava dez anos de nascimento. No ano festivo para o PT, eleições para a Câmara Federal, Câmara Estadual, Senado e Governo do Estado estavam agendadas. Na ocasião, o Diretório Municipal lançava Silvio Melo como candidato a deputado federal e o vereador em

---

<sup>18</sup> Informações encontradas no documento físico, disponível no acervo, chamado *História e Princípios: cartilha para filiados e simpatizantes*, levando o ano de 2000 como data de impressão. Trata-se de um livreto com datas especiais para a sigla petista em âmbito local, usado, em suma, para formação interna.

exercício Péricles de Mello para concorrer a uma cadeira na Assembleia Estadual do Paraná. Oferecer um nome para representar o Diretório Municipal ponta-grossense nas eleições proporcionais estaduais e federais era uma tradição do PT local: em 1982, a professora Zenilda Bruginski disputou uma vaga à Câmara Federal enquanto Aderbal Mello concorreu a deputado estadual. Já em 1986, Valmir de Santi foi o nome da vez na disputa pela vaga no Congresso, enquanto Péricles de Mello concorreu à Assembleia Estadual. Em todas as ocasiões, os candidatos do Diretório local não obtiveram sucesso<sup>19</sup>.

Por outro lado, o Diretório da capital paranaense conseguiu emplacar o primeiro deputado estadual, Pedro Tonelli, ainda em 1986 (SALOMÃO, 2010). Já os primeiros petistas deputados federais somente foram eleitos em 1990. Na ocasião, o ex-deputado estadual Pedro Tonelli, Edésio Passos e Paulo Bernardo reiteravam seus nomes na trajetória do partido na terra das Araucárias (BRASIL, 1990). Outro feito importante para a sigla, na mesma eleição de 1990, foi a vitória de Eduardo Suplicy, primeiro senador petista, eleito por São Paulo (BRASIL, 1990).

## A RECONQUISTA DO LEGISLATIVO E OS AVANÇOS DE 1992

Ao passo que o processo de expansão da cultura política petista ocorria na cidade, o PT planejava a campanha municipal de 1992. A chapa para disputar o executivo era decisiva e estratégica. Com a intenção de reconduzir Péricles de Mello, o principal expoente do partido, para um segundo mandato na Câmara Municipal, o Partido dos Trabalhadores depositou no nome de Roque Zimmermann, o padre Roque, a missão de encabeçar a chapa com Gilberto Ribas, o Giba<sup>20</sup>.

O padre Roque Zimmermann M.S.F. era um típico peregrino. Nascido no interior do Rio Grande do Sul, estudou Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), em solo italiano. Membro da Congregação dos Missionários da Sagrada Família (M.S.F.), filiou-se ao PT em 1987, ano em que chegou a Ponta Grossa, depois de concluir o mestrado na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

---

<sup>19</sup> Considerações feitas a partir do documento físico intitulado *O PT é outra História: histórico nacional e local*, assinado por Darcy Marochi, em março de 2000. A finalidade do documento era a de ser o folheto do Encontro de Formação do Partido dos Trabalhadores, ocorrido na mesma época.

<sup>20</sup> Informações obtidas por meio do material de campanha para as eleições municipais de 1992.

Dois anos depois, aprovado em concurso público, padre Roque ingressou como docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no departamento de Educação e, logo na sequência, já figurava entre os membros do sindicato dos professores de ensino superior de Ponta Grossa (Sinpropar), explicitando seu gosto pela política (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2019).

A chapa petista montada para 1992 levou para a Convenção Municipal do PT uma nova motivação para o pleito daquele ano. Realizada em um fim de semana de junho, a Convenção oficializou padre Roque e Giba como candidatos e, como exemplo de confiança na vitória eleitoral, estipularam planos de atuação para a administração pleiteada<sup>21</sup>.

Entre o mês eleitoral, dois importantes fatos ocorreram na cidade de Ponta Grossa. O primeiro aconteceu em julho de 1992, quando a chapa *Alternativa Bancária* chegou à direção do sindicato dos bancários, importante sindicato local. O segundo, em dezembro do mesmo ano, marcou o surgimento do movimento responsável pela defesa da habitação, a *Associação dos Mutuários de Ponta Grossa e Região*<sup>22</sup>.

A expectativa de troca no poder municipal local era aventada. Se, por um lado, a dificuldade de comunicação com o eleitorado culminava na diminuição de votos em candidatos do grupo tradicional, por outro, a oposição à esquerda não conseguia reunir todos os dissidentes em torno de seu programa de governo. Nem mesmo a oposição local moderada, representada pelo PMDB, conseguia tal feito, o que mais uma vez resultaria na continuidade do grupo conservador à frente da prefeitura (PARANÁ, 1992). Diferente do caso londrinense, onde o PT chegava ao poder municipal com o nome de Luiz Eduardo Cheida numa coligação com o PDT, em Ponta Grossa o desfecho eleitoral mostrou que seria necessário ir além, adotar novas estratégias, traçar novos rumos, negociar alianças.

Paulo Cunha Nascimento (PDC), vice-prefeito de Wosgrau Filho (PDC), com cerca de 45.503 votos foi eleito o prefeito de Ponta Grossa. O peemedebista Djalma de Almeida Cesar ficou novamente em segundo lugar, dessa vez com 36.209 votos. Já o PT, para surpresa de muitos, aparecia em terceiro lugar, com expressivos 21.097 votos,

---

<sup>21</sup> A formação da chapa e as discussões internas podem ser encontradas no acervo (AMPPM).

<sup>22</sup> Informações encontradas no documento físico, disponível no acervo, chamado *História e Princípios: cartilha para filiados e simpatizantes*, levando o ano de 2000 como data de impressão. Trata-se de um livreto com datas especiais para a sigla petista em âmbito local, usado, em suma, para formação interna.



demonstrando uma evolução significativa no contingente eleitoral em comparação com quatro anos antes. O jornalista e proprietário do Diário da Manhã, Adail Inglês (PTB), conquistou 5.709 votos (PARANÁ, 1992).

Mas, ainda que a conquista do poder municipal fosse adiada, o mesmo não pode ser dito sobre a Câmara dos vereadores. Com 2.012 votos, Péricles de Mello foi reeleito vereador, sendo o mais votado do pleito – isso demonstrava a força crescente do petismo nos redutos decisivos, sindicatos de categoria e movimentos populares (PARANÁ, 1992).

A primeira metade dos anos 90 demonstravam que múltiplos eventos e sentidos diversos seriam produzidos na cidade ponta-grossense. Em 1993, por exemplo, os desdobramentos da favelização crescente, do empobrecimento da classe trabalhadora e os fracassos administrativos impulsionaram a reorganização do movimento popular. A *Ação de Cidadania Contra a Fome e a Miséria* foi uma das respostas da sociedade (com fomento e apoio da militância petista) ao governo distante e burocrático. Da mesma maneira, a vitória da chapa petista na disputa pela direção da APP-Sindicato local mostrava que a educação deveria receber novos enfoques e que as reivindicações da categoria seriam mais fortes<sup>23</sup>.

Foi ainda no segundo semestre de 1993 que os planos de criação da AGEMTI<sup>24</sup> saíram do papel. Depois que duas grandes ocupações de terrenos estamparam o noticiário municipal, a fundação da Associação deixava claro que não podia tardar. A primeira ocupação levou cerca de duas mil pessoas ao Núcleo Santa Bárbara, onde as pautas por moradia e dignidade das famílias deram a tônica do movimento. A segunda, a ocupação da região periférica de Ponta Grossa conhecida como Lajeado, na saída para o distrito de Itaiacoca, seguiu caminho semelhante, porém com leitura midiática diferenciada<sup>25</sup>. O oportunismo dos grupos antipetistas não titubeou, e, logo que as ocupações passaram a gerar imbróglios judiciais, receberam uma cobertura especial por parte do jornalismo. O grupo do ex-candidato a prefeito Adail Inglês foi um desses, pois patrocinou uma série de manchetes ligando as invasões aos petistas, em especial ao seu adversário direto em 1992, padre Roque. É nesse contexto de tensão que um

---

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Associação dos Moradores em Terrenos Irregulares de Ponta Grossa.

<sup>25</sup> Informações a respeito das ocupações e invasões podem ser encontradas no material disponível no acervo (AMPPM).

ator social em ascensão ganha uma vitrine necessária e decisiva para sua trajetória vindoura, o radialista gaúcho Jocelito Canto.

Recém-chegado na cidade, o radialista que trabalhava na Difusora apresentando um programa chamado Garagem da Esperança, usava de discurso simples e despojado, fazendo denúncias e cobranças à elite política para aos poucos cativar os moradores (CERVI, 2004). Ainda em 1993, quando da invasão do Lajeado, Jocelito Canto ganhou as páginas do Diário da Manhã com a bombástica entrevista com Manoel de Oliveira, um dos participantes do ato e que estava supostamente disposto a entregar os mandantes da ocupação. Como não podia ser diferente, os tais mandantes, segundo a matéria produzida por Canto, eram “gente do PT” (FAVELADOS, 1993, p. 7), denúncia que gerou inúmeros pedidos de resposta e guerras de narrativas sobre o fato entre os grupos políticos da cidade. O radialista logo voltará para nossa discussão, porém, desta vez, não pela sua atividade profissional, mas sim pelo seu desempenho nas urnas.

Para fechar o ano de 1993, o Diretório Municipal petista passou por renovações nos quadros diretivos. Interessante destacar que, na visão de Péricles de Mello, o PT ponta-grossense não tinha a característica de dividir grupos em torno de correntes (tendências) internas<sup>26</sup>, o que, para o líder petista, ajudou a não fracionar o partido na busca pelo objetivo geral da sigla: a conquista da prefeitura. Mesmo com esse relato, não necessariamente houve unificação de projetos no interior do Diretório Municipal sem antes uma ampla discussão e combinações entre as lideranças do partido (MELLO, 2020). Foi dessa forma que Ortencia Gorete da Rosa chegou à presidência do Diretório. Os seis cargos existentes na mesa diretora foram igualmente distribuídos entre o grupo do Péricles de Mello, o grupo do padre Roque Zimmermann e o grupo do Gilberto Ribas. Com a comissão formada, os trabalhos da nova gestão começaram ainda naquele ano (PARTIDO, 1993, n.p.).

## O PRELÚDIO DA VITÓRIA

---

<sup>26</sup> É muito comum a militância petista enquadrar-se em tendências internas. Por exemplo, a Democracia Socialista (DS), Articulação - Unidade na Luta (AUNL), O Trabalho (OT), compõem os quadros do partido.

O meio da década de 90 se aproximava. O ano de 1994 era de extrema importância para o PT no quesito nacional, pois a campanha presidencial de Lula (PT) trazia esperanças à militância. Regionalmente, o partido acreditava que pudesse manter o número de cadeiras conquistadas na Assembleia Legislativa; por outro lado, fazer frente a Jaime Lerner (PDT) e Alvaro Dias (PP) na busca pelo Palácio do Iguazu parecia tarefa mais distante de ser realizada. Para o Senado, situação muito parecida (BRASIL, 1994).

O Diretório petista em Ponta Grossa apostou em dois nomes, como de costume, para disputar uma vaga na Assembleia Estadual e uma na Câmara Federal. Ao vereador Péricles coube a responsabilidade da primeira e ao ex-candidato a prefeito padre Roque Zimmermann a segunda (BRASIL, 1994). Um mês antes da disputa eleitoral, eis que a chapa ligada ao PT conquista a direção do sindicato dos metalúrgicos, importante e emblemática categoria para o partido<sup>27</sup>. A inserção petista nos sindicatos e movimentos sociais, como demonstrado até aqui, explicita a aceitação e entendimento por parte de parcela da sociedade local do programa de governo do PT. Ainda que aos poucos, a cultura petista ganhava atenção dos moradores. Mezzaroba (1994) salienta a proximidade entre o partido político e a sociedade em que se insere como sendo uma relação dialógica. Ou seja, a própria condução formadora de consciência do partido orgânico precisa ser feita a partir de uma realidade posta, não sendo, portanto, uma idealização teórica, mas sim uma teoria que se constitui com a prática

O partido político encarna, em si mesmo, a necessidade de uma mediação orgânica entre o político e o social o que exige a presença de um elemento de reelaboração teórica para corresponder aos anseios da sociedade e de um elemento de atuação sócio-política já que a organização partidária não pode ficar distanciada do seu contexto social (MEZZAROBA, 1994, p. 142).

A campanha de Lula (PT) não conquistou a maioria e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) venceu em praticamente todos os estados, exceto no Rio Grande do Sul (BRASIL, 1994). Nesse sentido, quiçá o raciocínio de Mazzaroba (1994) seja pertinente para o supracitado desfecho. De fato, a “organização partidária não pode ficar distanciada do seu contexto social” (MAZZAROBA, 1994, p. 142), ou seja, as

---

<sup>27</sup> Informações encontradas no documento físico, disponível no acervo, chamado *História e Princípios: cartilha para filiados e simpatizantes*, levando o ano de 2000 como data de impressão. Trata-se de um livreto com datas especiais para a sigla petista em âmbito local, usado, em suma, para formação interna.

condições para chegar à presidência do Brasil demandavam mais negociações por parte da esquerda, isto é, não bastava apenas o discurso forte e inflamado da oposição, mas sim era necessária uma leitura tipicamente política do contexto, era necessário fazer política.

O saldo petista no Paraná nas eleições de 1994 foi positivo. Três deputados federais: Paulo Bernardo, Nedson Micheleti e padre Roque Zimmermann; e cinco deputados estaduais: Emerson José Nerone, Irineu Mário Colombo, Florisvaldo Fier, Péricles de Mello e Ângelo Carlos Vanhoni constavam na lista dos vitoriosos (BRASIL, 1994).

Ponta Grossa, de modo especial, emplacou figuras decisivas no mesmo pleito. Além do petista Péricles de Mello (PT), o radialista e agora político Jocelito Canto (PSC) dividia o espaço da Assembleia paranaense com outro político tradicional da cidade: Plauto Miró Guimarães Filho (PFL). Politicamente opostos, os três estariam frente a frente na disputa pela prefeitura de Ponta Grossa dois anos depois (BRASIL, 1994).

A anuência ao petismo local dava sinais de êxito, pois com padre Roque deputado federal e Péricles de Mello deputado estadual, o cenário de mudança na política local animava a oposição. Com a CUT – Regional Campos Gerais sendo criada em 1995, as bases petistas, muito identificadas com o novo sindicalismo brasileiro<sup>28</sup>, passavam a contar com outro importante braço eleitoral. No mesmo ano, a chapa ligada ao PT vencia as eleições no sindicato dos madeireiros<sup>29</sup>.

Novamente se aproximava o período eleitoral e, nas palavras de Rémond (2003), o “revelador da opinião” (RÉMOND, 2003, p. 40), mostraria aos políticos e partidos o grau de satisfação da população. Para disputar a prefeitura de Ponta Grossa, no ano de 1996, quatro nomes: Jocelito Canto, agora filiado ao PSDB<sup>30</sup>, Péricles de Mello (PT), Plauto Miró Filho (PFL) e José Penckowski (PSC). Os três primeiros com experiência política trazida de mandatos em andamento como deputado, já Penckowski (PSC) um candidato *outsider*. Enquanto as campanhas iniciavam, uma situação era certa: não seria nada fácil para o candidato situacionista vencer o pleito.

---

<sup>28</sup> Para mais informações vide: MATTOS, 2003.

<sup>29</sup> Informações encontradas no documento físico, disponível no acervo, chamado *História e Princípios: cartilha para filiados e simpatizantes*, levando o ano de 2000 como data de impressão. Trata-se de um livreto com datas especiais para a sigla petista em âmbito local, usado, em suma, para formação interna.

<sup>30</sup> A filiação do radialista rachou o Diretório do PSDB. Para mais informações, vide: CERVI, 2004.

Rodrigues (2006, p. 32) sintetiza com maestria o contexto da época, indicando que desvincular-se do atual prefeito Paulo Cunha Nascimento (PDC) era a melhor alternativa “pouco carisma e uma imagem desgastada. O mandato de Paulo Cunha terminava nesse contexto. Insatisfeitos com essa situação, cidadãos ponta-grossenses foram buscar nas urnas uma possibilidade de mudança”.

Seguindo o pensamento da autora, a mudança só podia ser encontrada em três dos quatro prefeituráveis. O radialista tucano era uma opção, o petista Péricles a outra, enquanto Penckowski corria às margens o tempo todo. Portanto, Plauto Miró (PFL) tinha a tarefa de mudar, em poucos meses, a imagem manchada das gestões passadas, para somente assim conquistar um quarto mandato seguido do grupo tradicional. Sem sucesso, coube ao pefelista a terceira colocação, com 31.088 (24,04 %). O último colocado, José Penckowski (PSC) fez 2.528 (1,95%) (PARANÁ, 1996).

Dessa forma, a mudança em Ponta Grossa veio à moda da casa. Ainda que coligado com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Verde (PV); os petistas Péricles de Mello e Valdir Slompo de Lara (ex-PMDB) enfrentaram ataques de ambos os lados – Canto e Miró – fato que atrasou por quatro anos a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder local<sup>31</sup>. Desde narrativas falaciosas sobre caos econômico e atraso social em caso de vitória petista, até ataques pessoais a Mello foram usados na tentativa de impedir o crescimento vertiginoso da campanha do PT<sup>32</sup>.

Não distante do que ocorria em outras regiões, o PT em Ponta Grossa passava a ser atacado com mais ímpeto quando mostrava potencial vitorioso. Foi assim no início da década, após padre Roque conquistar a terceira colocação; não diferente seria em 1996, quando a vitória parecia ser possível. Porém, com a apuração finalizada, a diferença de aproximados 10% sagrou o radialista Canto (PSDB) prefeito de Ponta Grossa. Seus 54.363 votos mostravam que parte expressiva da população canalizou a rejeição ao grupo conservador representado por Plauto Miró (PFL) na figura carismática e populista do radialista (PARANÁ, 1996). A troca da elite política local

---

<sup>31</sup> Informações sobre a coligação PT, PSB, PCdoB e PV foram extraídas do material de campanha e plano de governo da chapa. O material está disponível no acervo documental nas dependências do Museu Campos Gerais.

<sup>32</sup> Esta pesquisa encontrou folhas contendo calúnias contra o candidato petista e sua eventual gestão. O material compõe o acervo disponível no Museu Campos Gerais.

ecoou o termo explicado por Cervi (2006), sendo as eleições de 1996 um exemplo de “eleições de realinhamento crítico” (CERVI, 2006, p. 128), ou seja, quando o descontentamento do eleitorado ultrapassa o limite do tolerável, a solução é a substituição do grupo e não apenas do nome em exercício do mando.

Em segundo lugar, com 41.311 (31,95%), a campanha do PT creditou os números à compreensão popular das propostas do partido, além da organização do movimento sindical forte e atuante (PARANÁ, 1996). Atribuindo a derrota aos ataques sofridos, Péricles de Mello enxergou com bons olhos o desfecho daquele ano.

Mas no final eles me atacaram muito, nós estávamos ganhando; o Plauto tava caindo, eu tava avançando, daí o Plauto cresceu, me atacaram muito e eu acabei ficando intermediário, perdi a eleição. Mas foi um grande acontecimento político na cidade. Porque foi uma linguagem diferente pra cidade. Como é que pode uma cidade conservadora que nem Ponta Grossa quase te eleger? (MELLO, 2020)

Além de segundo colocado na disputa à prefeitura, o PT conquistava três cadeiras na Câmara dos Vereadores. Ortencia Gorete Rosa, Gerveson Tramontin e Selma Schons passavam a figurar entre os vinte e um nomes responsáveis pela legislatura (PARANÁ, 1996).

O balanço da década de 90 apresentava um PT que tinha aprendido a discutir a realidade social a partir de fatores existentes. A forma de fazer política do partido precisava chegar em redutos eleitorais amedrontados com as propostas da sigla, seja os setores do empresariado médio e pequeno, seja os populares resistentes ao socialismo. Quando o partido permitiu-se realizar coligações estratégicas e necessárias com o objetivo de chegar ao poder (ainda que causando revolta por parte de alguns), os resultados eleitorais apontaram números interessantes.

A aliança feita com partidos de esquerda em 1996 resultou em expressiva votação e três cadeiras no legislativo local, além de formar o Instituto Cidade Viva, importante centro de ações sociais e culturais com legado existente até os dias de hoje na cidade. O Instituto reuniu durante os anos subsequentes importantes partidos e

políticos engajados com programas progressistas e, de certa forma, serviu de inspiração para o nome da coligação montada para as eleições de 2000<sup>33</sup>.

Dois anos antes do pleito municipal de 2000, padre Roque Zimmermann foi reeleito deputado federal, mostrando uma aceitação do mandato do PT na Casa legislativa; Péricles de Mello seguia o mesmo exemplo e foi reconduzido ao cargo de deputado estadual, cargo o qual cumpriria apenas por dois anos (BRASIL, 1998).

## O BALANÇO DE DUAS DÉCADAS

A última eleição do século XX precisa ser analisada a partir de pressupostos e escalas diferentes, haja vista o cenário complexo que formava e tensionava o município, outras regiões do Estado e o próprio Brasil. Na escala nacional, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) havia sido reeleito presidente em 1998, Lula (PT) perdera outra vez. O país enfrentava uma política neoliberal e os reflexos da queda do paliativo Plano Real (1994) mostravam que a condução econômica de livre mercado não havia resolvido com propriedade o problema que afetava a classe trabalhadora (NASCIMENTO, 2003). Os percalços que marcaram o segundo governo FHC trouxeram dificuldade para emplacar seu sucessor legítimo ao Palácio do Planalto, por isso, o PSDB sentiu fortemente a derrota nas urnas em 2002, quando, enfim, o sindicalista Lula chegou à presidência após as campanhas de 1989, 1994 e 1998 (BRASIL, 2002).

No Paraná, Jaime Lerner (PFL) estava em seu segundo mandato, para o qual trazia seus conflitos com o Movimento Sem Terra (MST). O descontamento com os rumos da economia somado aos escândalos de corrupção que estouraram em regiões estratégicas do Paraná, onde o chefe do executivo em exercício representava o grupo situacionista, desgastou a imagem dos partidos governistas (ANDRADE, 2005). PFL e PSDB sentiram os efeitos do desgaste antes ainda do período de campanha agendando para o segundo semestre de 2000.

É nesse sentido que Londrina, Maringá e Ponta Grossa presenciaram o surgimento de movimentos da sociedade civil organizada dispostos a cobrar e pressionar duramente prefeitos em exercício com relação às denúncias e casos

---

<sup>33</sup> Informações encontradas no documento físico, disponível no acervo, chamado *História e Princípios: cartilha para filiados e simpatizantes*, levando o ano de 2000 como data de impressão. Trata-se de um livreto com datas especiais para a sigla petista em âmbito local, usado, em suma, para formação interna.

investigados de corrupção e desvio de verbas públicas. No caso londrinense, a organização intitulou-se *Movimento Pés vermelhos, mãos limpas*<sup>34</sup> e a pressão resultou na cassação do prefeito pefelista Antônio Belinati; por outro lado, em Maringá a denúncia de desvio de dinheiro público pesava sobre o Secretário da Fazenda Luiz Antônio Paolicchi, integrante do governo do tucano Jairo Gianoto – também envolvido em corrupção (ANDRADE, 2005). As urnas responderiam aos escândalos de forma enfática naquele ano.

O caso dos Campos Gerais seguiu a cartilha dos demais centros regionais. Em Ponta Grossa, o mês de maio mal havia começado quando o programa Fantástico, da rede Globo, apresentou matéria em cadeia nacional reportando uso indevido de dinheiro público e fraudes licitatórias<sup>35</sup>, acusações que impactavam diretamente a gestão do tucano Jocelito Canto. A situação que ficou conhecida como *Caso Spósito*, em referência ao nome do empresário responsável pela denúncia, recebeu endosso por parte da sociedade civil ponta-grossense no mesmo mês de maio (HIRANO, 2000, n.p.).

No dia 23 do corrente, surgia do interior do Colégio Sant’Ana o Movimento Ética e Cidadania (MECI), em moldes análogos ao *Pés vermelhos, mãos limpas* de Londrina, porém, no caso ponta-grossense, com uma característica impressionante: a heterogeneidade. Rodrigues traz uma interpretação esclarecedora dessa característica que permeia o Movimento ao anexar em sua pesquisa uma ata (a de fundação) do encontro assinada pelos participantes. Dessa forma, completa a autora

[...] na coordenação geral do Movimento está o bispo da Diocese católica, D. João Braz de Aviz, e como vice-coordenador, Douglas Taques Fonseca (na época, presidente da ACIPG (Associação Comercial e Industrial dos Campos Gerais), um nome forte dentro da Sociedade Rural dos Campos Gerais). Outros nomes expressivos do Movimento eram o de Cenir Frare Cunha (esposa do ex-prefeito Otto Cunha) e Roberto Mistrorigo Barbosa (do Partido dos Trabalhadores). (RODRIGUES, 2006, p. 34)

Portanto, desde figuras ligadas ao catolicismo, como é o caso de Dom João Braz de Aviz, Bispo diocesano de Ponta Grossa entre 1998 e 2002, até o pastor Presbiteriano Acir Rickli, sem contar os empresários filiados à Associação Comercial e

---

<sup>34</sup>A Associação Comercial e Industrial de Londrina (ACIL) esteve diretamente ligada ao Movimento.

<sup>35</sup> Reportagem do dia 7 de maio de 2000, programa dominical da Rede Globo chamado Fantástico.



Industrial de Ponta Grossa (ACIPG) e membros do Instituto Cidade Viva – petistas e políticos progressistas – todos estavam uníssonos.

O MECI é compreendido por esta pesquisa como um dos percalços responsáveis pela não reeleição de Jocelito Canto (PSDB), pois tendo grande cobertura midiática e certa adesão por parte da sociedade civil, o Movimento serviu como crítico e alarmista das ações do prefeito. O período de “propaganda eleitoral às avessas” (HIRANO, 2000, n.p) impactou a decisão do eleitor em outubro de 2000, quando seis candidatos concorriam ao Palácio do Ronda.

O último pleito sem segundo turno em Ponta Grossa contou com seis prefeituráveis: Péricles de Mello (PT), Jocelito Canto (PSDB), Carlos Roberto Tavarnaro (PTB), José Penckowski (PSC), Wagner Luiz Menezes Lino (PPS) e Rogério Iraze Marcondes Carneiro (PRN), todos disputando um eleitorado de cerca de 182.439 (PARANÁ, 2000).

Trazendo os desdobramentos do contexto supracitado, dois principais acontecimentos locais decidiram a eleição em favor do PT. O primeiro deve-se ao reflexo direto causado pelas ações do MECI, pois a direita tradicional da cidade, acostumada a unificar o voto em favor de programas morigerados, sucumbiu ao não encontrar um nome forte e com perfil político clássico. Na ausência de Wosgrau Filho e Plauto Miró, nomes naturalmente identificados com o grupo tradicional, a aposta no empresário do ramo imobiliário, Carlos Tavarnaro (PTB), não agradou a totalidade dos eleitores à direita. Nesse sentido, considerando-se as campanhas com maior fôlego eleitoral, caberia a esse setor da elite local depositar seu voto no manchado Jocelito Canto (PSDB), candidato duramente atacado pelo próprio grupo tradicional através do MECI, ou optar pelo petista Péricles de Mello (PT)<sup>36</sup>. As consequências que surgiram tanto das denúncias feitas em maio quanto dos boatos sobre conduta populista e afrontosa à moralidade, abalavam as chances de reeleição do prefeito (ANDRADE, 2005). Dessa forma, o primeiro elo estava montado, pois eleitorado dividido costuma favorecer a oposição. Caminhava-se, portanto, para um novo processo eleitoral de realinhamento crítico. Tudo indicava que haveria troca na elite política local.

---

<sup>36</sup> Considerações baseadas na confrontação das fontes documentais disponíveis no acervo e a entrevista de Péricles de Mello concedida ao autor.

O segundo elo fechou-se quando as coligações partidárias foram oficializadas. Em torno da campanha de Tavarnaro (PTB), que tinha professora Elizabeth Silveira como vice, reuniram-se PFL, PSDC, PMN e PSL. Excetuando-se o PFL, os demais partidos tinham pequena ou quase nula expressividade para decidir um pleito eleitoral. Percebendo a necessidade de buscar sustentação para conquistar a reeleição, Canto (PSDB) trouxe outras nove siglas para somar-se ao seu partido na disputa: PPB, PL, PRTB, PST, PTN, PSD, PV, PRP e o PCdoB – este que sempre foi parceiro histórico do PT na cidade e no Brasil. Wagner Lino (PPS) coligou-se com o PSB, enquanto Rogério Carneiro (PRN) e José Penckowski (PSC) não fizeram coligações (PARANÁ, 2000).

O número de siglas ao redor de Canto (PSDB), embora significativo, não tinha a mesma capacidade de mobilização de forças como a coligação Movimento Cidade Viva. Nesta, o PT trazia como vice de Péricles de Mello o vereador peemedebista Ricardo Mussi, além de contar com o apoio do ex-prefeito pedetista Luiz Carlos Stanislawczuk. Ou seja, PT, PMDB, PDT e PHS formavam uma coligação pequena em número de siglas, mas grande em capacidade de atração de voto (PARANÁ, 2000).

O maior partido em número de filiados no Brasil e em Ponta Grossa – PMDB – tinha três cadeiras na Câmara Municipal conquistadas no pleito de 1996, mesmo número do PDT e PT. Portanto, a coligação mostrava força significativa para construir diálogos entre os vereadores na busca por parcerias políticas (PARANÁ, 1996). Com o segundo elo fechado, uma observação sobre o grau de mobilização dos movimentos populares e sindicais mostraria o potencial do PT para aquele ano nas urnas.

Envolvido em pelo menos dez sindicatos de categoria até 2000 e insuflando cerca de sete movimentos populares na cidade no mesmo período<sup>37</sup>, o PT tinha no dia da eleição trabalho voluntário com fiscais de zona eleitoral espalhados pelas três regiões eleitorais de Ponta Grossa. Os professores, os estudantes e os funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa mostravam confiança e engajamento na vitória petista e isso repercutia positivamente no interior da campanha. Péricles de Mello destaca essa confiança:

E nós já fomos pra campanha muito animado, nós estávamos crescendo, o pico do nosso crescimento, vereadores na Câmara, trabalho do Gerveson,

---

<sup>37</sup> Informações encontradas no documento físico, disponível no acervo, chamado *História e Princípios: cartilha para filiados e simpatizantes*, levando o ano de 2000 como data de impressão. Trata-se de um livreto com datas especiais para a sigla petista em âmbito local, usado, em suma, para formação interna.

trabalho do padre Roque, saiu todo mundo junto né? E no movimento sindical tava forte, nós tínhamos ganhado sindicato, criado outros sindicatos, movimento comunitário tava tudo muito forte e, principalmente a Universidade (MELLO, 2020).

No mesmo tom de esperança, o petista relembra o elo número um – a fragmentação da elite local que contribuiu com sua vitória naquele ano, destacando a fragilidade de Tavarnaro (PTB).

Contra o Jocelito, uma parte da população que votava no Plauto historicamente, mas que tinham perdido já a eleição com o Plauto e dessa vez como tinha um candidato muito fraco, alguma parte deles me apoiou. Alguns abertamente, como a dona Cenir e outros assim... O próprio Plauto acho que por baixo do pano acabou trazendo alguns votos. E outra parte da direita apoiou o Jocelito. Agora, uma direita tradicional assim, uma parte me apoiou, no segundo dia tavam contra mim já, depois que eu ganhei a eleição. (MELLO, 2020)

Contrariando o desejo do colunista e ex-candidato a prefeito Adail Inglês (PUZIO, 2012), o PT venceu a eleição de outubro de 2000. Os históricos 72.583 votos (49,72%) feitos pela coligação Movimento Cidade Viva comprovaram a situação que se aventava anteriormente, o realinhamento crítico eleitoral. O tucano Jocelito Canto (PSDB) obteve 60.459 (41,42%), em termos de capital político uma estagnação eleitoral, pois fizera cerca de 54 mil votos quatro anos antes. Já o PT saltava dos aproximados 41 mil para significativos 72 mil no mesmo intervalo de tempo. Os demais concorrentes terminaram o pleito da seguinte maneira: Tavarnaro (PTB) com 6.764, Wagner Lino (PPS) 3.023, José Penckowski (PSC) 2.857 e Rogério Marcondes (PRN) 279 (PARANÁ, 2000).

Na eleição proporcional, o PT levou quatro cadeiras: Gerveson Tramontin, Pascoal Adura, Selma Schons e José Luiz Teixeira. PMDB e PDT fizeram um candidato cada (PARANÁ, 2000).

Assim como no caso ponta-grossense, as cidades de Londrina e Maringá levaram um petista para o executivo municipal em 2000 (PARANÁ, 2000). O que, de certo modo, nos leva a considerar esses êxitos do Partido dos Trabalhadores como algo ligado a conexões em escalas nacionais, estaduais e regionais – os ventos de mudança na elite política sopravam forte no Brasil naquele ano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma análise historiográfica da trajetória inicial do Partido dos Trabalhadores em Ponta Grossa, esta pesquisa se propôs a dialogar não somente com pesquisadores do campo da História Política Renovada, Ciência Política, História Local e História Pública, mas sim aproximar-se dos interessados pela temática de modo indiscriminado. Fica evidente que as laudas aqui escritas não dão conta por completo de todas as tramas causadas pelo fenômeno político local observado. Porém, acredita-se que os temas trazidos à baila neste escrito possam, de alguma maneira, fomentar novos recortes e novas perspectivas de abordagem a respeito de um assunto tão importante e significativo para a sociedade.

As conexões envolvendo atores sociais de seu tempo, agindo e tensionando as décadas de 80 e 90 do século passado, não podem ser obliterados ou deixados às margens da historiografia local. O trajeto percorrido por todos os envolvidos com a construção, desenvolvimento e solidificação da legenda, bem como suas estratégias de atuação, leituras e releituras da realidade merecem produções de nível histórico.

No quesito teórico, este trabalho procurou fazer eco aos escritos da História Política Renovada, campo impulsionado pelo historiador francês René Rémond (1918-2007) em meados dos anos 80 do século passado. Mesclar a inserção do partido político na esfera eleitoral e ao mesmo tempo colocá-lo como agente potencializador de transformações ao vinculá-lo aos sindicatos e movimentos populares organizados, permite que o referencial teórico remondiano solidifique a abordagem. Especificamente, o período eleitoral, muito presente ao longo deste texto, tem no campo da História Política Renovada um espaço conceituado para exploração; assim como o uso da mídia impressa, as narrativas e os próprios partidos políticos.

O contato com as fontes históricas<sup>38</sup> para a produção desta pesquisa trouxe uma série de interesses e provocações para futuras explorações. Movimentos e ações populares emergentes em Ponta Grossa durante as duas décadas analisadas, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Associação dos Moradores em Terrenos Irregulares (AGEMTI), Instituto Cidade Viva, bem como cada sindicato de categoria merecem trabalhos à luz da historiografia. Pois, cada qual ao seu modo,

---

<sup>38</sup> Material de campanha, relatórios internos, balanços de mandatos, planos de governo, prestação de contas aos filiados e simpatizantes, folhetos, livretos de formação política, entre outros. Todo o material encontra-se no Acervo de Memória Política Péricles de Mello (AMPPM), nas dependências do Museu Campos Gerais.

contribuiu com a organização e distribuição da população durante o período de vigência, isso quando não deixou legados até hoje presentes na sociedade local. Toda essa conexão e mobilização da população em torno de um partido político criado a partir das bases provocou no período histórico investigado um tremendo efeito, ora positivo, ora negativo. Talvez um levantamento do mandato petista e, subsequentemente, um olhar sobre o pós-governo petista em Ponta Grossa possa trazer novas conclusões sobre a cultura política municipal.

## REFERÊNCIAS

- ACERVO de Memória Política Péricles de Mello. *Museu Campos Gerais*. Ponta Grossa, 2019.
- AMARAL, Oswaldo E. do. *A Estrêla não é mais vermelha. As mudanças no programa petista nos anos 90*, São Paulo, Editora Garçon, 2003, 202 p.
- ANDRADE, Claudio César de. *Estratégias políticas de instâncias locais: emergência, estruturação e ações efetivas do Movimento de Ética e Cidadania de Ponta Grossa – PR*. Assis: UNESP. 2005.
- BRASIL. *Tribunal Superior Eleitoral*. Consulta de resultados eleitorais, 2000. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-2000/quadro-partido-cargo>>. Acesso em: 22 set. 2021.
- BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Quem são os deputados, 1990. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=PT&uf=PR&legislatura=49&sexo=.>> Acesso em 22 set. 2021.
- BRASIL. *Senado Federal*. Senadores da 49ª Legislatura (1991 – 1995), 1990. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antecedentes/-/a/49/por-uf>>. Acesso em 24 set. 2021.
- BRASIL. *Tribunal Superior Eleitoral*. Resultado das eleições 1994 – Paraná, out. 1994. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/parana>>. Acesso em 22 set. 2021.
- BRASIL. *Tribunal Superior Eleitoral*. Resultado das eleições de 1994, out. 1994. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994>>. Acesso em 22 set. 2021.
- BRASIL. *Tribunal Superior Eleitoral*. Resultado da eleição de 1998, out. 1998. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antecedentes/eleicoes-1998/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-de-1998>>. Acesso em 26 set. 2021.

- BRASIL. *Tribunal Superior Eleitoral*. Resultado da eleição de 2002, out. 2002. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>>. Acesso em 26 set. 2021.
- CERVI, Emerson. Ondas radiofônicas na disputa política ponta-grossense em 1996: estratégias de adesão populista. In: GADINI, Sérgio Luiz. (Org.). *Eleições midiáticas: retratos da disputa política municipal em Ponta Grossa*. 01. ed. Ponta Grossa, 2004, v. 01, p. 79-116.
- \_\_\_\_\_. Opção pelo populismo: dissidência política e renovação eleitoral no município de Ponta Grossa. In: CODATO, Adriano; SANTOS, Fernando José dos (orgs.). 2006. *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
- CHAMMA, Guisela V. Frey. *Ponta Grossa: o povo, a cidade e o Poder*. Ponta Grossa: [S N], 1988.
- DIAS, R. B..A trajetória do PT em Maringá(PR): da fundação à conquista da prefeitura. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 7, p. 227-256, 2011.
- DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. Verde que te quero verde: O integralismo no Campos Gerais. *Revista do Programa de Pós-Graduação Em História*, Florianópolis, v. 8, p. 33-50, 2000.
- \_\_\_\_\_(Org.). *VISÕES de Ponta Grossa: cidade e instituições*. Ponta Grossa: UEPG, 2004. 220 p.
- FAVELADOS do Lajeado contam que foram levados para lá por gente do PT. *Diário da Manhã*, Ponta Grossa, 19 set. 1993, p. 7.
- HILÁRIO, Janaina Carla Vargas. A experiência do Partido dos Trabalhadores em Londrina a partir da cultura política. *Revista de História Regional*, 15 (I), Ponta Grossa, Verão, 2010, pp. 258-302.
- HIRANO, Mário. Observatório. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 9 mai. 2000.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. *In memoriam*. Roque Zimmermann, padre, ex-deputado federal. 19 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586754-em-memoria-do-padre-roque-zimmermann>>. Acesso em 29 set. 2021.
- KECK, Margaret. *PT - A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática. 1991.
- LACERDA, A. C. de. Economia. In: Jaime Pinsky. (Org.). *O Brasil no contexto 1987- 2007*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 17-30.
- LÖWEN, Cicilian. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL e LÖWEN (Orgs). *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2001.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MELLO, Péricles Holleben de. A trajetória do PT em Ponta Grossa (1980-2000). [Entrevista concedida a] AUTOR. *Google Meet*. Ponta Grossa, 29 out. 2020.

\_\_\_\_\_. *Relatório*. Ponta Grossa, jul. 1989.

MEZZAROBA, Orides. O partido político: concepção tradicional e orgânica. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 122, p. 133-143, 1994.

MILLÉO, José Carlos. Poder Local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In: DITZEL e LÖWEN (Orgs). *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2001, v. . p. 53-64.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do, *Olhar cotidiano sobre a política: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá*. Tese (Doutorado em História).

São Paulo: PUC-SP, 2003, p. 263

NORONHA, Eduardo G. and OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de. (Orgs.). – *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais): depoimentos de liderança*. São Paulo: Cortez, 2015. – (Coleção por que cruzamos os braços; vol.1).

PARANÁ. *Tribunal Regional Eleitoral*. Resultado de eleições municipais TRE-PR. Disponível em: <<https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>> Acesso em: 13 set. 2021.

PARANÁ. *Tribunal Regional Eleitoral*. Mapa nº 216, Município de Ponta Grossa – 14ª – 15ª e 138ª ZONA, Quadro estatístico, 1982. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19821115A77771.pdf>>. Acesso em 13 set. 2021.

PARANÁ. *Tribunal Regional Eleitoral*. Eleições municipais de 1988 – Quadro estatístico, 1988. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19881115A77771.pdf>>. Acesso em 13 set. 2021.

PARANÁ. *Tribunal Regional Eleitoral*. Justiça Eleitoral – Eleições municipais de 03 de outubro de 1992. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19921003A77771.pdf>>. Acesso em 22 set. 2021.

PARANÁ. *Tribunal Regional Eleitoral*. Justiça Eleitoral – Eleições municipais de 1996. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19961003A77771.pdf>>. Acesso em 24 set. 2021.

PARANÁ. *Tribunal Regional Eleitoral*. Justiça Eleitoral – Eleições municipais de 2000. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/20001001A77771.pdf>>. Acesso em 25 set. 2021.

PARTIDO chega ao consenso e Goretti assume a presidência. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 27 abr. 1993.

PUZIO, Marcelo. *Por entre as colunas políticas: as representações das eleições municipais na imprensa escrita em Ponta Grossa - 1992/1996/2000*. Ponta Grossa, 2012.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

RODRIGUES, Lorena da Silva. *Elites políticas em três perspectivas: origem social, carreira pública e valores dos membros dos poderes executivo e legislativo de Ponta Grossa/PR (1993-2004)*; 2006; Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná.

SALOMÃO, Roberto Elias. *Os Anos Heroicos: o Partido dos Trabalhadores do Paraná do Nascimento até 1990*. Curitiba, pt, 2010.

SCHIMANSKI, Elizabete Fernanda. *Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?*. Ponta Grossa, 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia: Ateliê, 2011, 320 p.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1999. V. II.





## BEHIND THE SCREEN: THE “TANAKA MEMORIAL” AND THE ANTI-JAPANESE MOVEMENT IN BRAZIL DURING THE INTERWAR PERIOD

Ryo Kubohira<sup>1</sup>

**Abstract:** Whether in Japan or Brazil, little is known about the anti-Japanese movement in Brazil that occurred in the first half of the 20th century. The height of this movement was in May 1934, when the new Brazilian constitution was passed in the National Constituent Assembly. The aim of this article is to discuss the repercussion of the “Tanaka Memorial,” — a spurious document referring to Japan’s imperialist ambitions over Brazilian territory — and how it was commonly used at that time to justify segregationist and anti-Japanese movement in Brazil against Japanese immigration, especially during the drafting of the 1934 Constitution. Initially, we will give an overview of this anti-Japanese movement during the interwar period (1918-1939). Furthermore, through the Japanese diplomatic cables and the memoir of Noda Ryōji, the then first secretary of the Embassy of Japan, that was printed in the magazine *Burajiru*, we will view the radical change of thoughts toward Japanese immigration of Félix Pacheco, a poet, Minister of Foreign Affairs, and the President of the influential Brazilian newspaper *Jornal do Commercio*. We will also discuss the general understanding and acceptance of the “Tanaka Memorial” in Japan and Brazil and examine how Brazil’s anti-Japanese movement transformed in light of the positioning of Félix Pacheco and his newspaper company. In short, we seek to demonstrate how the “Tanaka Memorial” was involved in the anti-Japanese movement in Brazil, although apparently not intrinsically related.

**Keywords:** Tanaka Memorial; anti-Japanese movement in Brazil; Félix Pacheco; Japanese immigration; imperialism.

### POR TRÁS DAS TELAS: “MEMORIAL TANAKA” E O MOVIMENTO ANTIJAPONÊS NO BRASIL DURANTE O PERÍODO ENTREGUERRAS

**Resumo:** Seja no Japão ou no Brasil, pouco se sabe sobre o movimento antijaponês brasileiro durante a primeira metade do século XX, cujo auge foi em maio de 1934, por conta da nova Constituição brasileira, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte. O objetivo deste artigo é discutir as repercussões do “Memorial de Tanaka” — um documento falso referente às ambições imperialistas do Japão sobre o território brasileiro —, o qual foi comumente utilizado na época para justificar movimentos segregacionistas e antijaponês do Brasil contra a imigração japonesa, especialmente durante a elaboração da Constituição de 1934. Inicialmente, daremos uma visão geral deste movimento antinipônico durante o período entre as duas guerras mundiais (1918-1939). Para, em seguida, analisar mudanças radicais de pensamento em relação à imigração japonesa na pessoa de Félix Pacheco, poeta, Ministro das Relações Exteriores, e o Presidente do influente *Jornal do Commercio*. Para tal, utilizaremos documentos diplomáticos e artigos reproduzidos pelo então primeiro secretário da

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos de Língua e Cultura pela Universidade de Osaka.  
E-mail: ryo14kubohir@gmail.com

embaixada do Japão, Noda Ryōji, na revista *Burajiru*. Também discutiremos o entendimento geral e a aceitação do “Memorial de Tanaka” no Japão e no Brasil, e examinaremos como o movimento antijaponês no Brasil se transformou à luz do posicionamento de Félix Pacheco e sua empresa jornalística. Em suma, procuraremos demonstrar como o “Memorial de Tanaka” esteve envolvido no movimento antijaponês no Brasil, ainda que aparentemente não intrinsecamente relacionado.

**Palavras-chave:** Memorial Tanaka; movimento antijaponês no Brasil; Félix Pacheco; imigração japonesa; imperialismo.

## INTRODUCTION

Whether in Japan or Brazil, little is known about the anti-Japanese movement in Brazil that occurred in the first half of the 20th century. The height of this movement was in May 1934, when the new Brazilian constitution was passed in the National Constituent Assembly.

The “Tanaka Memorial,” which was regarded as “the secret document that described the standards and guidelines of Japanese imperialism in its program for world conquest” (O CRUZEIRO, February 6, 1943)<sup>2</sup>, is even less known than the anti-Japanese movement itself. This document was reportedly conveyed to Emperor Hirohito in 1927 by Baron Tanaka Giichi, the then Prime Minister of Japan. Although its official name was “the memorandum with reference to positive policy in Manchuria and Mongolia,”<sup>3</sup> it became known internationally as the “Tanaka Memorial” or “Tanaka Memorandum” from 1929.

The purpose of this study is to rethink the repercussion of the “Tanaka Memorial,” which is still deemed as “the biggest forged document in the history of modern Japan” (FUJII, 2013, p. 2), concerning the debate about Japanese immigration, especially during the drafting of the 1934 Constitution, and to clarify how it was associated with the seemingly unrelated anti-Japanese movement in Brazil.

To do so, we first outline the anti-Japanese movement in Brazil during the interwar period. Then, we examine connections between the anti-Japanese movement and the “Tanaka Memorial,” emphasizing Félix Pacheco as a key figure. Although Pacheco was known to be pro-Japanese in his role as the Minister of Foreign Affairs in

---

<sup>2</sup> All Japanese and Portuguese references in this paper have been translated by the author.

<sup>3</sup> 「満蒙における積極政策にかんする覚書」 In: Fujii, 2013, pp. 3-4.

Arthur Bernardes's government (1922-1926), he became anti-Japanese in the 1930s. To ascertain what made him change his mind, we primarily consider the Japanese diplomatic cables and the memoir entitled "The late Mr. Félix Pacheco, who went from pro-Japanese to anti-Japanese" (親日より排日に轉向した故フェーリス・パシエコ氏), written by Noda Ryōji, the then first secretary of the Embassy of Japan, that was printed in the magazine *Burajiru*. This memoir, which consists of simple sections such as "Life History," "Poet," "The Foreign Minister," and "Motives for a Change of Heart," was written by Noda shortly after Pacheco's death with the aim of "expressing my deepest condolences to his bereaved family as an old friend" (NODA, 1936, p. 33). Then, we discuss the general understanding and acceptance of the "Tanaka Memorial" in Japan and Brazil and consider how the anti-Japanese movement in the latter was transformed by the existence of both Félix Pacheco and the document.

Finally, we seek to determine the impact of the "Tanaka Memorial" on the anti-Japanese faction and consequently, on the anti-Japanese movement as a whole, clarifying the changes in the discourse of major anti-Japanese activists in the anti-Japanese movement in Brazil.

#### AN OVERVIEW OF THE ANTI-JAPANESE MOVEMENT IN BRAZIL

For Japan, 1853 is considered a watershed year. That was the year Commodore Matthew C. Perry, who led the "Black Ships," arrived at Uragaand and played a decisive role in the opening of Japan. In the following year, with the signing of the Peace Treaty between Japan and the United States (Convention of Kanagawa), Japan's 200-year-long isolation policy was abolished.

Eventually, Japan's last shogun, Tokugawa Yoshinobu, decided to transfer power back to the Emperor on October 14, 1867. This, in turn, prompted the start of the Meiji Era in 1868, which led to a series of political, economic, and social revolutions, promoting the "modernization" and "westernization" under the banner of *Fukoku Kyōhei* (fortifying the country, strengthening the military), *Shokusan Kōgyō* (encouragement of new industry), and *Bunmei Kaika* (civilization and enlightenment).

Meanwhile, Brazil was still in the middle of slavery. From the late 1870s, however, the abolitionist movement was gaining momentum, and slavery was finally

abolished with the declaration of the *Lei Áurea* (“Golden Law”) on May 13, 1888. Some coffee planters in São Paulo anticipating the abolition of slavery, as well as the coming of the capitalist society, attempted to introduce a large number of Italian immigrants as labor force, even before the effective abolition by Princess Isabel. In this way, Brazil became the last country in the American continent to abolish slavery, a big step in becoming a modern nation.

40 years after the Meiji Restoration in Japan and 20 years from the abolition of slavery in Brazil, interactions between Japan and Brazil began in 1908. During this year, the first group of 781 Japanese immigrants (in addition, there were 12 free immigrants) set sail on the steamer *Kasato-Maru* from the port of Kobe on April 28 and arrived at the port of Santos on June 18, after passing through Singapore and the Cape of Good Hope. According to Kōyama, it is presumed that from 1908 to June 1941 approximately 188,309 Japanese immigrants emigrated to Brazil (KŌYAMA, 1949: 428). Furthermore, it is worth noting that the Gentlemen’s Agreement between Japan and the United States in 1907-1908, whose main objective was to impose restrictions on the entry of Japanese immigrants into the United States, impacted Japanese immigration policy. As a result of the agreement, the Japanese government was forced to transfer their immigrant destination from the United States to Brazil, making a great change in their conventional immigration policy.

A history of Japanese immigration during the prewar period also tells the story of Japanese exclusion. Even today, little is known about the various oppositions to Japanese immigration that were raised in the early days. One example is that of Antônio Bandeira de Melo, a Brazilian publicist who stressed “the difficulties in the integration of yellow colonists in national territory” (MORAES, 1942, p. 54) during a conference held in Belgium, before a large audience from the *Société Belged’Études Coloniales de Bruxelles* on March 13, 1911.

The following year, an article entitled “Colonização Japoneza” (Japanese Settlement), written by a person named Luiz Gomes, was published in the *Jornal do Brasil*. In the article, Gomes criticized the Japanese from a racial point of view, not only for “an unsightly and yellow race that is diametrically opposed to the Aryan ideal that civilizations long for” but also for being “an inferior” and an “unassimilable” race (JORNAL DO BRASIL, April 30, 1912).

When recounting the history of Japanese immigration in Brazil, the role of Paulo de Moraes Barros, who was known to be closely connected to early Japanese immigration, cannot be overlooked. The state of São Paulo had been inviting Japanese immigrants on a trial basis to verify their aptitude for work on arable land ever since the first Japanese immigration was realized by the signature of Carlos Botelho, who was the then secretary of Agriculture of São Paulo (MORAES, 1942, p. 50). However, in 1914, Barros, the new secretary of Agriculture in the state of São Paulo, was dissatisfied with the result and stopped the state's subsidization of Japanese immigration in March of the same year. Subsequently, further Japanese immigration was suspended until he re-granted authorization in 1919 (BURAJIRU JIHŌ, April 29, 1934). In response to this, a Japanese named '海谷野人' who regarded Barros as a Japanophobe, stated in 1917 that "he (Barros) is the one who has always expressed unabashedly in public that the Japanese are disgusting because of the facial ugliness. Japanese immigrants have indeed been stopped by Mr. Moreira de Barro [sic]" (OSAKA ASAHI SHIMBUN, August 6, 1917); as such, he attributed the decision to discontinue subsidies to Barros's racial prejudice against Japanese people.

After the 1920s, such anti-Japanese activity increased. Soon after the problem of Japanese immigration came to the surface, it became a subject of debate, and the justifiability of arguments on both sides was discussed. The trigger was the Reis bill, which sought to prohibit the entry of black immigrants and restrict the entry of immigrants of yellow origin through an annual quota corresponding to 3% of the number of yellow immigrants already entering Brazil. It was presented in the lower house of the National Congress on October 22, 1923, by Congressperson Fidélis Reis from Minas Gerais.

On one hand, according to the *Burajiru Jihō*, a possible reason the Reis bill was filed was to prevent the United States government's plan to send approximately 200,000 domestic black people for the purpose of colonizing and building in the Amazon Basin (BURAJIRU JIHŌ, April 29, 1934).<sup>4</sup> On the other hand, as stated by Carlos de Souza Moraes, there is a theory that the United States was aiming to acquire space in the state of Mato Grosso, rather than in Amazonas. He also added that two congressmen, Cincinato Braga (from São Paulo) and Andrade Bezerra (from

---

<sup>4</sup> Cf. Zaihaku Nihonjin Bunka Kyōkai, 1934, p. 90.

Pernambuco), had submitted a bill on July 28, 1921, to inhibit such a move (MORAES, 1942, p. 54).<sup>5</sup>

There is an inconsistency between the *Burajiru Jihō*, which claimed that the Reis bill was presented to deter black immigrants from entering Brazil, and Moraes, who stated that the matter of black immigrants had already been resolved before the Reis bill was presented. Although it remains unclear which is correct, considering that the Reis bill stipulated that it would definitely not allow the blacks to enter Brazil, as well as the Reis's statements in a speech that was given in the lower house of the National Congress in 1923, the United States' plan to send black immigrants to Brazil would have been a solid fact.<sup>6</sup>

In the case of the Reis bill, the fourth article is very important: it states that “the Government will exercise strict control over immigration to Brazil, whatever its origins, to obstruct the entry of all and any elements considered harmful to the ethnic, moral, and physical formation of nationality” (ANNAES, 1923, p. 140). Fidélis Reis is renowned as one of the most ardent advocates of the ideology of “whitening,” which appeared around the same time as the Proclamation of the Republic of Brazil in 1889. Therefore, as previously mentioned, he submitted the bill with the aim of preventing the entry of anyone considered “harmful” to the ethnic, moral, and physical formation of nationality, primarily to promote colonization of the European agricultural migrant families.<sup>7</sup> In addition to this, in a speech justifying the bill, Reis directed his attack toward Japanese immigrants, claiming that “we should in no way sacrifice, for the sake of immediate interests, the type of mixed race with the mass introduction of unassimilable or prejudicially assimilable ethnic elements” (ANNAES, 1923, p. 145). In fact, after the presentation of the Reis bill, both friendly and hostile opinions of Japanese immigration appeared in the newspapers.

---

<sup>5</sup> Thomas Skidmore has the same opinion as Carlos de Souza Moraes. “In 1921 the western state of Mato Grosso made a land concession to developers. According to the press these developers were linked to organizers in the United States who were recruiting black North Americans to emigrate to Brazil. The President of Mato Grosso (a Catholic Bishop) immediately canceled the concession and so informed the Brazilian Foreign Minister; but the press continued to spread the alarm” (SKIDMORE, 1993, pp. 192-193; 1990, p. 23).

<sup>6</sup> “When, then, we think, Mr. President, of the near or remote possibility of the immigration of American black people to Brazil, it is that we come to admit the eventuality of the disturbance of peace on the continent, as long as it is promoted or encouraged by the government of Washington” (ANNAES, 1923, p. 147).

<sup>7</sup> De Souza, Verbete de Fidélis Reis, in FGV/CPDOC, p. 1.

As a consequence of the massive response this elicited, although the bill passed through the Industry and Commerce Committee and the Finance Committee, it was eventually rejected in 1927. Throughout the period of Washington Luís's government, which succeeded former president Arthur Bernardes, a relatively peaceful approach to Japanese immigration was taken; Washington Luís appointed Lira Castro and Oliveira Botelho, both of whom strove to repeal the Reis bill, to be the Minister of Agriculture and Minister of Finance respectively. As such, although the Reis bill, which had been discussed throughout the 1920s, frustrated the plan of the entry of black immigrants, it also resulted in the instilling of anti-Japanese sentiment among Brazilians.

Brazil's next decade started with the Revolution of 1930, which broke out on October 24. This military *coup d'état* by Getúlio Vargas forced then-president Washington Luís to withdraw from the presidency and, then, Vargas came to head the provisional government from 1930 to 1934. At the time, coffee prices had plummeted due to the Great Depression in 1929 and the deterioration of financial conditions after the Revolution of 1930 sharply increased the rate of unemployment, which in turn caused nationalist ideas and feelings of antipathy toward foreign immigrants to widely infiltrate Brazilians. In this context, on December 13, 1930, Vargas ordered Lindolfo Collor, the Minister of Labor, to prohibit the entry of third-class ship passengers (emigrants) into Brazil for one year in order to safeguard the domestic unemployed.

However, Japanese immigrants, most of whom were agricultural workers, were exempt from the entry ban, because the intention was to save the urban unemployed by prohibiting industrial immigration and preventing urban concentration. Thus, from January 1931, Vargas, in his role as interim president, made Japanese immigration exempt from the decree because he deemed them suitable for agricultural work; as such, 12,000 Japanese people were allowed to enter the country. This immigration policy, which gave special treatment to Japanese immigrants, not only caused jealousy and antipathy among foreign countries but also encouraged people to foster anti-Japanese sentiment. Moreover, a convocation of the National Constituent Assembly that was focused mainly on the establishment of a new constitution triggered a more energetic anti-Japanese movement.

After taking control of the government, Vargas began to emphasize the ideology of "Brazilianness" in social and cultural aspects and demand the assimilation

and integration of all foreigners residing in Brazil under the banner of nationalism based on the centralization of power. Under the provisional government, Brazil was governed in a dictatorial way; however, it also accumulated voices which requested parliamentarism by the immediate promulgation of a new constitution, which served to provoke the Constitutionalist Revolution of 1932 that broke out in São Paulo on July 9. In view of the social circumstances at the time, the government appointed 26 commission members to draft a new constitution in 1933, and they soon set out to formulate the constitution's drafts. After a draft was published, a general election was held on May 3, 1933, in which 250 Members of Parliament were elected. The opening ceremony of the National Constituent Assembly took place on November 15, the day of the Proclamation of the Republic of Brazil (ASHIDA, 1934, p. 120).

On May 24, 1934, the amendment proposed by Miguel Couto to restrict the annual number of immigrants from each country, including Japan, to 2% of the total number of residing immigrants in Brazil over the past 50 years (1884-1933) was ratified at 146 vs 41 in the National Constituent Assembly. As a result of the inclusion of “the two percent limit clause” (Article 121, Clause 6) in the 1934 Constitution, the number of Japanese immigrants entering the country was legally limited to 2,849 (2% of the total number of 142,457 over the past 50 years) (BURAJIRU JIHŌ, November 3, 1934). This restriction, however, was not immediately applied, and as the number of minors under the age of 14 was not taken into account in the quota, approximately 5,000 Japanese immigrants could enter Brazil by 1937 from the establishment of the “Estado Novo” by Getúlio Vargas (AOYAGI, 1941, p. 139).

## A CHANGE OF HEART FOR FÉLIX PACHECO

### The Life of Félix Pacheco

The anti-Japanese faction included the following politicians: Miguel Couto, Arthur Neiva, Xavier de Oliveira, and Monteiro de Barros, all of whom played a central role in passing the Constitution of 1934. However, as mentioned above, there were several disputes about the Japanese exclusion issue at the Assembly since the early days of Japanese immigration, involving many politicians, scholars, scientists, and journalists. Therefore, the Japanese exclusion issue or the anti-Japanese movement



should not be discussed only by the aforementioned activists. Accordingly, in this chapter, we will treat Félix Pacheco as a person who is thought to have had a strong influence on the anti-Japanese movement along with the anti-Japanese faction and examine how he approached the movement and influenced it.

The poet, journalist, and politician José Félix Alves Pacheco was born in Teresina, Piauí, on August 2, 1879, and passed away in Rio de Janeiro on December 6, 1935. In 1890, he moved to Rio de Janeiro with his maternal uncle, Teodoro Alves Pacheco, who was a senator. However, his uncle, who was his effective guardian, suddenly died in 1891, forcing Pacheco to study hard from an early age. He went on to study law at the Army Cadet School and, after graduating in 1897, he threw himself into the newspaper world, starting as a reporter for the *O Debate*. After this newspaper was discontinued a little later, he moved to the *Jornal do Commercio* in 1899, where he became chief editor and eventually took control of the paper as its president.

A big achievement of his was adopting a new and improved style dactylogram identify method in Brazil. Therefore, although “Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Distrito Federal” was established on December 29, 1902, it was renamed “Instituto de Identificação Félix Pacheco (IIFP)” in honor of Félix Pacheco in 1941.<sup>8</sup> Later, at 30 years old, Pacheco came to enter politics, while still in control of the *Jornal do Commercio*. He held various important positions such as Federal Deputy (1909-1921), Senator (1921-1928) of Piauí, and also served as Minister of Foreign Affairs (1922-1926) under the government of Arthur Bernardes. Pacheco was also renowned as a poet.<sup>9</sup> His poetry, in a style between Parnassianism and Symbolism, was so highly regarded that, on May 11, 1912, at the age of 33, he became the first Piauiense (from Piauí) member of the *Academia Brasileira de Letras* (ABL), and was enrolled on August 14, 1913.<sup>10</sup>

### Changing his Mind: from Japanophile to Japanophobe

---

<sup>8</sup> Noda, 1936, p. 26; Polícia Civil, IIFP- Instituto de Identificação Félix Pacheco.

<sup>9</sup> Félix Pacheco was the first translator of the French poet Charles-Pierre Baudelaire. He gave a lecture on “Baudelaire and his miracle of imagination” (“Baudelaire e os milagres do poder da imaginação”) on November 24, 1932. Furthermore, he grappled more energetically with literary activities in the next year, publishing three booklets. In: Sandroni, Verbete de Félix Pacheco, in FGV/CPDOC, p. 2.

<sup>10</sup> Biography of Félix Pacheco in the Brazilian Academy of Letters (ABL).

In the 1920s, in contrast to the domestic disturbances in Brazil, Japanese immigrants experienced a period of relative stability. As mentioned above, in 1923, there was a growing trend against Japanese immigration not only because the Reis bill appeared unexpectedly, but also because Miguel Couto, the president of the *Academia Nacional de Medicina* (ANM), supported the bill. However, according to Noda Ryōji, who worked as the first secretary of the Embassy of Japan in Rio de Janeiro for more than two decades, Pacheco's attitude toward Japan was "not just a lip service, but totally pro-Japanese behavior" (NODA, 1936, p. 29).

For example, in 1924, the issuance of a visa for Japanese immigrants' passport was suspended. Nevertheless, it is said that by May of the following year, there were around 4,000 Japanese immigrants. In this regard, the *Nippaku Shimbun* reported Pacheco's argument as follows:

In Japan, they are actively researching what is most suitable for the development of Japanese people and generally propagating this through books and other means. The Japanese ambassador to Brazil even said to me that there is no other place for Japanese people to settle than the fields of the Far East and that the number of immigrants to Brazil, no matter how easy the procedure is, will never be enormous; therefore, it would not cause any danger to Brazil. (NIPPAKU SHIMBUN, May 1, 1925)

This statement is said to be "a reply to Professor Miguel Couto's fear of Japan" (NIPPAKU SHIMBUN, May 1, 1925), and Pacheco, who was the Foreign Minister at the time, was pro-Japanese immigration and in disagreement with Miguel Couto. In fact, the *Jornal do Commercio* under Pacheco's control was "originally pro-Japanese, and many of its reporters, including its chief editor Vítor Viana, had pro-Japanese tendencies" (NODA, 1936: 33). As Noda recalls, Pacheco was certainly amicable to the Japanese.

Pacheco's pro-Japanese attitude certainly continued even after resigning as the Minister of Foreign Affairs. During the tenure of the second Ambassador Ariyoshi, Pacheco, his wife and daughter attended receptions at our embassy when invited. The *Jornal do Commercio* also maintained its traditional pro-Japanese attitude and had been gladly publishing the articles that we requested in the paper (NODA, 1936, p. 30).

However, in his later years, Félix Pacheco, who had turned into a Japanophobe, ended up dying "as an enemy of Japan" (NODA, 1936, p. 33). On the occasion of

Pacheco's death, the *Seishū Shimpō* reported the change of his attitude, which was once pro-Japanese, by saying:

Pacheco had a special friendship with Mr. Horiguchi Kumaichi, our minister, when he was the Foreign Minister, and on the occasion of Mr. Horiguchi's return to Japan, Pacheco even gave a farewell speech of an unprecedented magnitude in the diplomatic circles of Brazil, but after that, for some reason, he transformed himself into Japanophobe (...). (SEISHŪ SHIMPŌ, December 10, 1935)

After the passage of the 1934 Constitution, the Japanese government decided to dispatch the former minister of the legation in Brazil Horiguchi Kumaichi as a cultural ambassador to Latin American countries for about one year, with the purpose of "eliminating the anti-Japanese sentiment by making them recognize correctly the misrepresentation through propaganda" (BURAJIRUJIHŌ, September 15, 1934). Thus, Horiguchi assumed the role of the first cultural envoy and, on August 20, 1935, he stepped on Brazilian soil for the first time since 1923.

On this occasion, Horiguchi visited his old acquaintance Pacheco, yet he "cleverly pretended to be out, although Horiguchi had visited three times" (SEISHŪ SHIMPŌ, December 10, 1935). Pacheco behaved this way not only toward Horiguchi but also toward Noda, who admitted that "I had met him dozens of times and already had a good relationship with him" from June 1911 (NODA, 1936, p. 29).

The problem is that rather than simply hating the Japanese, Pacheco also distanced himself from the Japanese people who he had previously been associated with, including long-time acquaintances such as Horiguchi and Noda. Provided that we believe Noda's recollection that Pacheco's pro-Japanese attitude continued even after he stepped down from his role as Foreign Minister, it was within 10 years of his death (i.e., between 1931 and 1932) that he turned into a Japanophobe (NODA, 1936, p. 32). This begs the question: what happened around that time to transform Pacheco's attitude so drastically? And what kind of event would cause him to break with his long-standing acquaintances so abruptly?

#### Motives for a Change of Heart

When Noda visited the newspaper company *Jornal do Commercio* despite being repeatedly absent, he encountered an old acquaintance, Mr. B, a former reporter for the *Jornal do Commercio* and the first secretary of the legation at the time, at the company's entrance.<sup>11</sup> It was then that Noda heard the story of how Pacheco's change of heart happened.

Dr. Miguel Couto, who had been tirelessly advocating for restrictions on Japanese immigration, frequently urged his colleagues to support his argument by sending letters to them, and Pacheco, a fellow of Couto at the *Academia Brasileira de Letras*, had been involved with him for some time. In addition, with the outbreak of the Manchurian Incident, Pacheco, who was already inspired by Couto's Japanophobia, read the so-called "Tanaka Memorial" and, much to his surprise, decided to take a firm stand against Japan and the Japanese by means of his newspaper company (NODA, 1936, p. 31; Cf. GAIMUSHŌ, 1933, p. 952).

From the above discourse, three things can be identified: (1) Pacheco was involved in the anti-Japanese movement led by Miguel Couto, (2) he was inspired by the Manchurian Incident, and (3) his anti-Japanese attitude was determined by the "Tanaka Memorial". As a matter of fact, it can be said that this statement is highly credible, although it was heard from Mr. B. In this section, we will refer to (1) and (2) in particular, and (3) will be discussed in the next chapter.

The anti-Japanese movement in Brazil cannot be talked about without mention of Miguel Couto. Miguel Couto (1865-1934), a physician and professor of the third department of internal medicine of Rio de Janeiro Medical School, was a figure of authority in the Brazilian medical world who served as the president of the *Academia Nacional de Medicina* from 1914 until the day of his death. He was also the most influential anti-Japanese activist and published the anti-Japanese booklet *Seleção Social* in 1930, which was a compilation of editorials written for the *O Jornal* from 1924 to 1925.

It is not an exaggeration to say that the course of the anti-Japanese movement in Brazil changed with Miguel Couto's entry into politics. In May 1933, he ran for the National Constituent Assembly and became a member of the Assembly. Following this,

---

<sup>11</sup>"Afterwards I literally went to the newspaper company *Jornal do Commercio* over and over and asked to see him, but he was always absent and I could not see him. So, I came to realize that he had been absent for the purpose of refusing to see me" (NODA, 1936, p. 31).

he became even more committed to the anti-Japanese movement, and on May 24, 1934, after seeing through the passage of the Constitution of 1934, he suddenly died of angina on June 6 (NIPPON SHIMBUN, June 13, 1934).

What makes Couto's anti-Japanese activities different from other anti-Japanese activists is the length of his period of activity. As stated above, after the submission of the Reis bill, a variety of voices against Japanese immigration began to appear in the newspapers, the first of which came to light when Couto publicly announced his extreme opposition to Japanese immigration in the *O Jornal* in 1924 (NIPPAKU SHIMBUN, October 31, 1924). Since then, Miguel Couto linked the theory of correction of the Brazilian race from the medical perspective using the eugenics standpoint, and while acknowledging the strengths of the Japanese, he also stubbornly asserted that "the increase in the number of Japanese, just like Gresham's Law,<sup>12</sup> is driving out the superior factors of the Brazilian ethnicity" (OSAKA MAINICHI SHIMBUN, June 8, 1934).

In addition to this, Miguel Couto was also the largest supporter of the Reis bill; as soon as the bill was submitted, he was supporting it alongside the whole *Academia Nacional de Medicina* (NIPPAKU SHIMBUN, April 29, 1934). After the bill was repealed, there was no overt anti-Japanese activity in Fidélis Reis, whereas Couto continued his steady anti-Japanese campaign. When the 1934 Constitution was passed, the *Jiji Shimpō* reported that Couto "took advantage of his position as a leading figure in the Brazilian academic world, traced his relationship between master and pupil, appealed to their friendship, and pressured them to sign in favor of his proposal" (JIJI SHIMPŌ, June 10, 1934). In light of these conventional actions, it is not surprising that Miguel Couto, who became a member of the *Academia Brasileira de Letras* in 1919, began to associate himself with Félix Pacheco through this institution, which instilled anti-Japanese thoughts in him.

For Pacheco, there is no doubt that the Manchurian Incident of 1931 was the catalyst for his change of heart. For instance, as can be seen in the diplomatic cable addressed by Hayashi Kyūjirō, the Ambassador of the Japanese Embassy in Rio de Janeiro, to the Japanese Foreign Minister Hirota Kōki in 1934, the Manchurian Incident was a turning point in the direction of not only Félix Pacheco, but also many Brazilian elites on the path of becoming anti-Japanese.

---

<sup>12</sup> "Gresham's Law" is a monetary principle in economics stating that "bad money drives out good."

The anti-Japanese activists (...) also took advantage of the fact that a friend of Dr. Couto and former Foreign Minister Félix Pacheco had been extremely prone to exclude the Japanese after the Manchurian Incident, and encouraged him to pass Couto's proposal by regularly publishing disadvantageous articles on Japanese immigration in his influential newspaper, *Jornal do Commercio*, as a media organization (GAIMUSHŌ, 1934, p. 906).

However, the Manchurian Incident was not the only reason for the exclusion of Japanese immigration. As mentioned earlier, the success of the Revolution of 1930 brought about the “Vargas Era” (1930-1945) in Brazil. In the 1930s, as the momentum of nationalism was surging and spreading worldwide, nationalism became evident in Brazil as well.

The beginning of it was the Great Depression of 1929, after which, as the number of unemployed people soared, so did the spirit of nationalism. Foreign immigrants were already making inroads into every area of Brazilian society. It was against this backdrop that Vargas issued a decree in late 1930 restricting the entry of foreign immigrants in order to protect the domestic unemployed. Yet, this was limited to urban immigrants, and as Japanese immigrants were mostly agricultural immigrants, they were exempt from the restriction thanks to the efforts of Bruno Lobo (NIPPAKU SHIMBUN, May 12, 1932; February 28, 1934).<sup>13</sup> In the years that followed, Japanese immigrants continued to occupy a large percentage of Brazil's population, but they also came to be jealous of other foreign immigrants.

It was not just foreign immigrants who frowned upon the fact that only Japanese immigrants were allowed to enter Brazil. A stronger reaction came from the anti-Japanese faction, centering on Miguel Couto, who was advocating an improvement of the racial type from the standpoint of eugenics. For the anti-Japanese activists, the Manchurian Incident broke out at the time of pent-up dissatisfaction, effectively making it “a new and valid reason for the Japanophobes in Brazil and one that helped to intensify anti-Japanese sentiment” (GAIMUSHŌ, 1933, p. 952).

---

<sup>13</sup> Bruno Álvares da Silva Lobo, known as a pro-Japanese along with politician and lawyer Carlos de Moraes Andrade and anthropologist Edgardo Roquette-Pinto, was a professor at the Rio de Janeiro Medical School and the director of the National Museum in Rio de Janeiro between 1915 and 1923. He was also the author of *Japonezes no Japão, no Brasil* (1926), *De Japonez à Brasileiro* (1932), and *Esquecendo os Antepassados: combatendo os Estrangeiros* (1935), among others.

After the Manchurian Incident, threats against Japan's "imperialism," "militarism," and "territorial expansionism" were loudly proclaimed in Brazil. In the next chapter, we will discuss such a theory, including Japanophobia, in light of its relation to the "Tanaka Memorial."

#### THE INFLUENCE OF THE "TANAKA MEMORIAL" ON THE ANTI-JAPANESE MOVEMENT IN BRAZIL<sup>14</sup>

In the future if we want to control China, we must first crush the United States just as in the past we had to fight in the Russo-Japanese War. But in order to conquer China we must first conquer Manchuria and Mongolia. In order to conquer the World, we must first conquer China. If we succeed in conquering China, the rest of the Asiatic countries and the South Sea countries will fear us and surrender to us (CROW, 1942, p. 29).

The above passage is the most famous part in the "Tanaka Memorial." The document is generally said to be a secret document that was presented by then Premier Tanaka Giichi to Emperor Hirohito (Shōwa) on July 25, 1927. It was once regarded as a manifesto not only for the invasion of the Great Empire of Japan upon Manchuria and Mongolia, but also for world conquest; today, it is positioned as an anonymous document propagated by China with anti-Japanese objectives.

In April 1927, along with the formation of a cabinet, Tanaka made his policy toward China into positive. From June 27 to July 7 of the same year, the Tanaka Cabinet convened diplomatic and military officials to discuss Japan's policy toward China and held the Eastern Conference (東方会議) in Tokyo. Based on the decisions made at the conference, the "Tanaka Memorial" specifically described a total of 21 items regarding the measures for the management of Manchuria and Mongolia, including the dispatch of military spies to Inner and Outer Mongolia, the acquisition of mines, the migration of Koreans, the construction of railways, and the monopoly of Manchurian and Mongolian specialties. Later, however, despite no specific policy decisions being made on Manchuria and Mongolia, China propagated the "Tanaka Memorial," and claimed that a concrete plan for Manchurian rule was being laid out in the document.

---

<sup>14</sup> The memorandum is now considered a forgery on account of some formally suspicious points and clear factual errors. Yet the authenticity continues to be discussed today. In this paper, we do not refer to these details because it is outside of the paper's scope and objectives. *Vide*: Fujii, 2013.

The first time that the “Tanaka Memorial” became widely known was when a pamphlet in Chinese “田中義一上日皇之奏章” was printed in December 1929 in the Chinese monthly magazine *Jiji Geppō* (published in Nanjing, China). In its preface, the magazine stated that Japan’s policy toward Manchuria and Mongolia was based on the legacy of the Emperor Meiji, according to which there were three phases: the first was the occupation of Formosa (Taiwan), the second was the annexation of Korea, and the third was the conquest of Manchuria and Mongolia. At that time, they were considered to be in the third period. As a result of the Eastern Conference, positive policy on Manchuria and Mongolia such as political expansion, economic invasion, and transplantation of populations was proposed, and the *Jiji Geppō* warned that it was being carried out in accordance with the “Tanaka Memorial” (NIKKA KURABU, 1930, p. 1-2).

Little is known about the existence of a Portuguese version of the “Tanaka Memorial” in Brazil.<sup>15</sup> In Japanese newspapers, Shiino Yutaka (椎野豊) was the only journalist to mention the existence of anti-Japanese book in the *Seishū Shimpō*, stating that “it is regrettable that an unpleasant book, which summarized anti-Japanese arguments from a political viewpoint and should have never been, has appeared in Brazil” (SEISHŪ SHIMPŌ, August 17, 1937). In Brazilian newspapers, several articles on the “Tanaka Memorial” had appeared even before they were mentioned in said Japanese newspaper.

The “Tanaka Memorial” began to be picked up more in Brazil when a Portuguese version of the “Tanaka Memorial” was inserted into the book *O despertador da Asia*, published by Editorial PAX in São Paulo in 1932, and was distributed throughout the country.<sup>16</sup> In Brazil, the “Tanaka Memorial” was considered

---

<sup>15</sup>The “Tanaka Memorial” itself has mentioned a few times in the study of Marcia Takeuchi Yumi (2012, p. 106; 2016, p. 182).

<sup>16</sup>In: *Diario Nacional*, June 16, 1932; *Diario de Noticias*, July 29, 1932. The original version of *O Despertador da Asia* is *El Despertar de Asia: Japón, China, India, Persia, Turquía, Afghanistan* by Publicaciones Mundial, published in Barcelona in 1931. The authors were Worsky and Augusto Riera y Sol, but oddly enough, none of their individual information is available. In a diplomatic cable, Ambassador Hayashi Kyūjirō mentioned that the “Tanaka Memorial” was mailed by someone to each newspaper office in São Paulo in April 1932 (GAIMUSHO, 1933, p. 950). According to Noda, the “Tanaka Memorial” was inserted in two Portuguese books entitled 『亞細亞の覺醒—日本と印度』 and 『亞細亞の暴風雨—滿州のための鬭争』 written by マンツラー (there is no information about the author of the latter) (NODA, 1936, p. 32). In 1937, Carlos de Souza Moraes also inserted the memorandum in his book: *A ofensiva japonesa no Brasil*. (see Figure 1)



the Japanese version of *Mein Kampf* (“My Struggle,” by Adolf Hitler) and was used as wartime propaganda, especially during World War II, to prove Japan’s intention to invade. Moreover, most articles were accompanied by the adjectives *famoso*, *célebre* and *notório*, among others, meaning “famous.” Although the “Tanaka Memorial” is said to be a forged document, it is rumored to have either been invented by maneuver of a Chinese Communist Party, or taken from Tokyo’s naval archives by Russian spies (in accordance with Leon Trotsky’s testimony) (Cf. DIÁRIO CARIOCA, March 22, 1942), or written by a Japanese person. The source of the memorandum remains unknown today, yet the majority of Brazilian newspapers are of the opinion that Tanaka himself wrote it. In short, Brazilians at the time generally thought that the “Tanaka Memorial” was authentic, including Félix Pacheco.

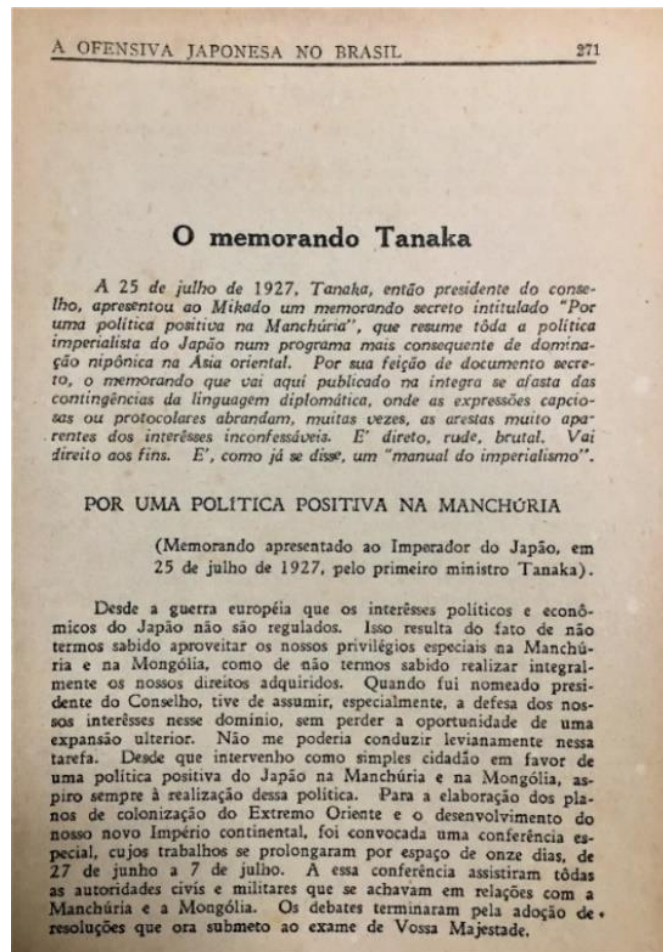


Figure 1. “Tanaka Memorial,” inserted in *A ofensiva japonesa no Brasil* by Carlos de Souza Moraes.

It should be mentioned that there was also an article in the *Jornal do Commercio* which reported that the “Tanaka Memorial” was a forged document, although many people believed that it was authentic. Yet in fact, according to Noda, the Japanese Embassy “published that article intentionally in the paid sections of the *Jornal do Commercio* in order to inform the Brazilian public and Mr. Pacheco” (NODA, 1936, p. 32). In the subheading of this article, the “Tanaka Memorial” was described as “a document forged by the Chinese for anti-Japanese propaganda,” and the text is explained as follows:

In it (*O despertador da Asia*) was inserted the false memorial in such a way that the innocent and unprepared reader will see truth in the cited documentation. However, this document is nothing more than a pure invention of the Chinese, that was cleverly put into practice (JORNAL DO COMMERCIO, November 13, 1932).

Thus, it cannot be overlooked that, while Japan was asserting its legitimacy, Miguel Couto referred to the “Tanaka Memorial” in the 1934 Constituent Assembly, and recognized it as having been “cunningly invented by China” (ANNAES, 1935, p. 491-492). Nevertheless, Couto claimed that the “Tanaka Memorial” was solid evidence of Japanese imperialism. In response, Ambassador Hayashi refuted Couto’s attitude in the *Diario Carioca* as follows:

As for the memorial, Mr. Editor, I must say that I have not yet been able to understand how such an outstanding and prudent intellectual — such is my opinion of your great Miguel Couto —, can accept such an absurdity (DIARIO CARIOCA, March 6, 1934).

Ambassador Hayashi then accentuated that the “Tanaka Memorial” was a forgery, as the Japanese government had previously claimed.

In the memorable discussion between our representative in the Geneva League and the Chinese envoy, the falsity of this apocryphal document was absolutely and definitely proven. It was forged in China on the occasion of the *Conferência dos Povos Pacifistas*<sup>17</sup>, held in my country, and with the malevolent intent of placing us in a situation of compromising dubiousness. The whole world has already clarified this fact (Ibid.).

---

<sup>17</sup> If we translate this literally, it means “Conference of the Pacifist Peoples”, yet it is unclear what it was. Considering that it was Ambassador Hayashi’s statement, it might refer to the Eastern Conference.

Despite the fact that its authenticity was apocryphal, the “Tanaka Memorial” was considered to be a blueprint for Japan’s plot to dominate the world, because its contents were in line with Japan’s subsequent policy of aggression (GAIMUSHŌ, 1933, p. 952). Therefore, it was very convenient as an instrument of propaganda for Miguel Couto, who had expressed the sense of crisis against Japanese imperialism, saying that “our homeland is in grave danger, threatened by the dynamic and insatiable imperialism of Japan,” regardless of its authenticity (ANNAES, 1935, p. 146).<sup>18</sup>

It is also interesting that Couto said that there was no Japanese immigration issue in Brazil, as the issue of national defense was more important to Couto (ANNAES, 1935, p. 79). In the Assembly, he made three suggestions relative to Japanese immigration; Firstly, “restricting” it to a more appropriate number; secondly, “regulating” its distribution and the acquisition of land in Brazil; and thirdly, “preparing for national defense” (ANNAES, 1935, p. 496). Furthermore, Couto imagined that “if we are prepared, if we have a thousand airplanes, a thousand well-trained pilots, and if we have submarines, we will defend ourselves perfectly” (ANNAES, 1935, p. 497).

Why did Miguel Couto put so much emphasis on “national defense”? The reason can be found in a speech he gave in 1934. It was around Christmas time in 1912, when he visited Berlin with his family. According to Couto, it was customary in Berlin to decorate the tables of hotels and pension houses at that time. At the private residence, he said, was a small flag of each person’s homeland, and Couto went out with his children to buy a Brazilian flag. Later, when Couto’s children found a Brazilian flag in the window of a store, they tried to buy it from the clerk in fluent German, yet the clerk told them that she didn’t know anything about Brazil and treated them carelessly. When the children pointed to the Brazilian flag, the German clerk blurted out that Brazil was “the possession of Germany in South America” (ANNAES, 1935, p. 490).

---

<sup>18</sup> Miguel Couto had opposed Japanese immigration in the 1920s on eugenics grounds, yet after the 1930s he became opposed on imperialist grounds (*Vide*: ANNAES, 1935, p. 488). Oliveira Vianna, in his book *Raça e Assimilação* published in 1932, stated that “This exclusion (...) must be justified, no longer on the basis of the inferiority of the Japanese race, but on the contrary: its superiority,” and gave reasons for exclusion not to the inferiority of Japanese people, but to their non-assimilation and collectivity. It is undeniable that these changes in Vianna’s view of Japanese people may have influenced Couto’s discourse on Japan (VIANNA, 1959, p. 154).

It is not difficult to imagine that Couto would have been outraged by such an attitude. From his own experience, Couto argued that “What was happening in Germany can also happen in other lands, in other countries, and in other imperialist nations that fill Brazil with their natives” (ANNAES, 1935, p. 491), and he feared that the same thing would happen again. Therefore, the Manchurian Incident would have been enough to evoke an imperialist fear of Japan in Couto. Another point that cannot be overlooked is that the migration of Japanese immigrants to Northern Brazil, or the Amazon, which had begun in 1929, was disgusting to the anti-Japanese activists.<sup>19</sup>



Figure 2. Article about the Japanese world conquest project in the *Diário Carioca*, published on March 22, 1942.

There is no doubt that from the 1930s onwards the greatest threat to Couto was Japanese imperialism based on events including the Manchurian Incident of 1931, the publication of a Portuguese version of the “Tanaka Memorial” in 1932, and the notice of Japan’s secession from the League of Nations in 1933 (GAIMUSHŌ, 1933, p. 952). As a result of such incidents, the anti-Japanese movement in Brazil took on an anti-imperialistic aspect over time. However, it would have been a natural consequence of the global trend of nationalism. It should also be noted that the

<sup>19</sup> Even after the Constitution of 1934, the Japanese immigration issue was discussed in various ways. In particular, the issue of concession contracts for huge areas of land to Japanese people in Amazonas became controversial. However, it was eventually rejected in August 1936. In: *Burajiru Jihō*, August 21, 1936.

Germans, Italians, and Japanese were the immigrants that primarily moved into Brazil. These countries, which constituted modern Brazil, subsequently became the Axis Powers (i.e., the enemies) in World War II, and at the same time risked potentially dividing Brazil's territory.<sup>20</sup>

The fact that Félix Pacheco was Foreign Minister when Japan began encouraging immigration into Brazil as a national policy in 1925 further highlights how much his thoughts changed throughout the years. At the time, Pacheco, through the *Journal do Commercio*, stated that “today Brazil has not the slightest need to worry about Japanese immigration” (OSAKA MAINICHI SHIMBUN, December 5, 1924), and in 1925, he even defended Japanese immigration against Miguel Couto's anti-Japanese argument. Yet, Xavier de Oliveira, who was a disciple of Miguel Couto and was summoned to the medical office by Couto before the Constitution of 1934 was passed, testified that Pacheco had been present earlier.<sup>21</sup> Around the time of the Manchurian Incident, under direction of Pacheco, the *Jornal do Commercio* was “not to publish any articles that would benefit Japan” (NODA, 1936, p. 30-31; GAIMUSHŌ, 1933, p. 952). This also means that Pacheco — at his own discretion — could exploit the *Jornal do Commercio*, which “provided spaces in its pages for the whole reproduction of the eugenic and xenophobic arguments expressed by Miguel Couto and by the Society of the Friends of Alberto Torres (Sociedade dos Amigos de Alberto Torres)” (TAKEUCHI, 2016, p. 224; Cf. TAKEUCHI, 2012, p. 97).<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup>“Latin America would be shared between Germany, Italy and Japan. Logically, Santa Catarina would belong to Germany. Japan is known to have colonies spread across South America, from the Pacific Ocean to Santos”. In: *O Estado de Mato Grosso*, March 25, 1942.

<sup>21</sup> In: Moraes, op.cit., p. 64. Carlos de Souza Moraes cited the following book: *O problema imigratório na América Latina — o sentido político-militar da colonização japonesa nos países do novo mundo*, published in 1934 by Xavier de Oliveira.

<sup>22</sup> The Society of the Friends of Alberto Torres (SAAT) was founded in Rio de Janeiro in 1932 and probably dissolved in 1945, whose principal objective was both to disseminate the ideas of sociologist Alberto Torres (1865-1917) and to realize various actions that would contribute to the nation, promoting meetings, lectures and debates on issues such as rural education, immigration problems against, in particular, Assyrian, Japanese, Jewish, and the use of resources as a source of energy, among others. Félix Pacheco was one of the founding members of this nativist entity (JORNAL DO BRASIL, December 14, 1932), and for this reason, he “offered the group free space in his newspaper for attacks on the Japanese, the League of Nations, or any other non-nationalistic element which at the time may figure in the news” (LESSER, 1999, p. 69). The fact that the SAAT's headquarters was located in the building of the *Jornal do Commercio* draws our attention (DE PINHO, 2007, p. 173). In this respect, it would be necessary to pay more attention that the campaign by the *Jornal do Commercio* and the SAAT was also promoted from outside the National Constituent Assembly, colluding with the anti-Japanese faction.

To reiterate a point made earlier in the paper, the influence of Miguel Couto and the Manchurian Incident were the main factors that led to the hardening of Pacheco's attitude. It would not be far-fetched to presume that the thing that corroborated it and provided Pacheco with a decisive guideline was, as Noda stated, the "Tanaka Memorial." According to Noda, Pacheco read the document, which had been sent to Itamaraty (MRE) by a person concerned with the Ministry of Foreign Affairs stationed in another country, and was tipped off as an important secret document by Mr. P, an official of the Ministry of Foreign Affairs of Brazil to whom Pacheco was particularly indebted during his time as Foreign Minister (NODA, 1936, p. 31). Although the source is still unknown, it is known that the memorandum was mailed from somewhere to major Brazilian newspapers. What is clear is that Pacheco and Couto had formed an "alliance" for the exclusion of the Japanese immigration and used the *Jornal do Commercio* as a propaganda organization for the anti-Japanese movement.

#### CONCLUDING REMARKS

Subsequently, the "Tanaka Memorial" was picked up by an increasing number of newspapers, especially after Brazil's entry into World War II in 1942, and was promoted as the bible of Japanese wartime imperialism. In addition, some of the articles that circulated in Brazil were reprinted from British and American media sources, revealing the indirect influence of these countries on Brazil's policy toward Japan.<sup>23</sup>

For example, it is said that the "Tanaka Memorial" had a strong influence on the United States' policy toward Japan because it depicted the coming Japan-US war as a prelude to Japan's conquest of China and consequently, of world conquest. Therefore, after Japan's surrender in the war, the International Military Tribunal for the Far East (IMTFE), also known as the Tokyo Trial, included it as evidence of conspiracy in the war of aggression. The International Prosecution Section (IPS) searched for the original text of the "Tanaka Memorial" until the trial began, yet as it

---

<sup>23</sup> Cf. *Vamos Lêr!*, October 24, 1940, pp. 24-25, 60; *Diretrizes: política, economia, cultura*, February 5, 1942, p. 9; *Diário Carioca*, April 19, 1942, p. 21; *Vamos Lêr!*, February 11, 1943, pp. 28-29.

turned out to not exist, the “Tanaka Memorial” was eventually excluded as a form of evidence.

In this paper, we have attempted to examine how the “Tanaka Memorial,” which was seemingly unrelated to the anti-Japanese movement in Brazil, was relevant to the movement, how it influenced, and how it was reflected in its development. As we have seen, the “Tanaka Memorial” served the anti-Japanese movement in Brazil as a symbolic document providing evidence of Japan’s militaristic ambitions. In particular, it is important to bear in mind that the “Tanaka Memorial” — at least to Miguel Couto — was used as material for anti-Japanese propaganda, even though it was considered to be a fake document. The argument was that Japan’s military action after the propagation of the “Tanaka Memorial” itself proved the authenticity of the matter.<sup>24</sup>

Japan’s military actions, namely, the Manchurian Incident, also had a profound effect on Japan-Brazil relations. Miura Saku, the president of the *Nippaku Shimbun*, once said that Ambassador Hayashi’s statement that the Manchurian issue was a direct cause of the exclusion of Japan was “nonsense” (NIPPAKU SHIMBUN, August 8, 1934). Although Miura had foresight on the issue of Japanese exclusion in Brazil, no matter how much of an anti-government stance he may have taken, it is undeniable that he downplayed the Manchurian issue in light of his assertion that Manchuria was not the direct cause of the anti-Japanese sentiment.

The aftermath of the Manchurian issue is present in the discourse of the anti-Japanese faction. According to Japanese newspapers, Miguel Couto feared that “Japan gave Manchuria its independence in 1932. If Japan proceeds with the current situation, Japan will next merge Brazil around 193X [sic]” (HŌCHI SHIMBUN, May 27, 1934; Cf. DIARIO DE NOTICIAS, February 28, 1934), while Arthur Neiva claimed that “the second Manchuria should not be established in the Amazon” (JIJI SHIMPŌ, May 17, 1934). In addition to this, there are also speeches given by Xavier de Oliveira and Monteiro de Barros that yearn for Brazil or the Amazon not to become a second Manchuria.<sup>25</sup> In this way, the psychological impact of the Manchurian Incident on the Japanophobes

---

<sup>24</sup>A similar discourse was still stated in a magazine in 1967, some twenty years after the war. In: *Revistamarítima brasileira*, n.d., Ano LXXXVII Abril, maio e junho de 1967 (n. 4, 5 e 6), p. 48.

<sup>25</sup>About Xavier de Oliveira: *Osaka Mainichi Shimbun*, May 12, 1934; Monteiro de Barros: *Nippaku Shimbun*, August 8, 1934. At the time, the Amazon was repeatedly compared with Manchuria. In: Geraldo, 2009, p. 186.

cannot be ignored. One person that was influenced by them — especially by Miguel Couto— was the once pro-Japanese Félix Pacheco, whom we have considered a key figure throughout this paper.

The role played by newspapers in the development of the anti-Japanese movement was also significant. There were certainly pro-Japanese newspapers such as the *Diarios Associados* by Assis Chateaubriand and the *Diario da Noite* by Antônio de Alcântara Machado, yet they could not put the brakes on the anti-Japanese propaganda of newspapers such as the *Jornal do Commercio* by Félix Pacheco and the *A Nação*, which Arthur Neiva became the owner in 1933.

As mentioned, up until today the “Tanaka Memorial” has never been mentioned on a full scale in relation to the anti-Japanese movement in Brazil, however this paper has shown that the document had much influence, particularly on Miguel Couto, Arthur Neiva, and Félix Pacheco, who were dubbed the “Three Heroes of the Anti-Nipponic Campaign” (OLIVEIRA, 1945, p. 235; LESSER, 1999, p. 100). As a matter of fact, the anti-Japanese issue in Brazil involves extremely complex elements, and the “Tanaka Memorial” ought to be considered just one of them.

Therefore, the media’s anti-Japanese propaganda, including the “Tanaka Memorial,” should not be disregarded in light of the international situation during that time. In order to further clarify the reality of the anti-Japanese movement in Brazil in the future, it would be necessary to pay more attention to international relations, and to regard these so-called “maneuvers” as one of the elements that are organically linked to the anti-Japanese movement.

#### OFFICIAL DOCUMENTS, NEWSPAPERS AND MAGAZINES

*ANNAES DA ASSEMBLÉA NACIONAL CONSTITUINTE* (81.ª sessão, 1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. XIII, 1935.

*ANNAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS* (Sessão de 22 de outubro de 1923). Rio de Janeiro, vol. X, 1928.

*BURAJIRU JIHŌ* (SP).

*DIARIO CARIOCA* (RJ).

*DIARIO DE NOTICIAS* (RJ).

*DIARIO NACIONAL* (SP).



DIRETRIZES: POLÍTICA, ECONOMIA, CULTURA (RJ).

GAIMUSHŌ [Ministry of Foreign Affairs of Japan] (org.). *Nihon Gaikō Bunsho Shōwa ki II Dai 2bu, Dai 2 kan*. Nihon Kokusai Rengō Kyōkai, 1933, pp. 947-961.

<[https://www.mofa.go.jp/mofaj/annai/honsho/shiryo/archives/pdfs/showaki22\\_22.pdf](https://www.mofa.go.jp/mofaj/annai/honsho/shiryo/archives/pdfs/showaki22_22.pdf)>

\_\_\_\_\_. *Nihon Gaikō Bunsho Shōwa ki II Dai 2 bu, Dai 3 kan*. Nihon Kokusai Rengō Kyōkai, 1934, pp. 873-925.

<[https://www.mofa.go.jp/mofaj/annai/honsho/shiryo/archives/pdfs/showaki22\\_23.pdf](https://www.mofa.go.jp/mofaj/annai/honsho/shiryo/archives/pdfs/showaki22_23.pdf)>

HŌCHI SHIMBUN.

JJI SHIMPŌ.

JORNAL DO BRASIL (RJ).

JORNAL DO COMMERCIO (RJ).

NIPPAKU SHIMBUN (SP).

NIPPON SHIMBUN (SP).

O CRUZEIRO: REVISTA (RJ).

O ESTADO DE MATO GROSSO (MG).

OSAKA ASAHI SHIMBUN.

OSAKA MAINICHI SHIMBUN.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA (RJ).

SEISHŪ SHIMPŌ (SP).

VAMOS LÊR! (RJ).

## REFERENCES

AOYAGI Ikutarō. *Burajiruniokeru Nihonjin Hattenshi(Jō)*. Tokyo: Burajiruniokeru Nihonjin Hattenshi Kankōinkai, 1941.

ASHIDA Hitoshi. Burajiru no Imin Seigen. In: *Keizai Ōrai*. Tokyo: Nihon Hyōron Sha, v. 9, n. 7, pp.117-124, 1934.

BARRETO, Gustavo. *Dois séculos de imigração no Brasil: imagem e papel social dos estrangeiros na imprensa*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

CENTRO NIPPONICO DE CULTURA (ed.). *Brasil e Japão: duas civilizações que se completam*. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1934.

CROW, Carl. *Japan’s Dream of World Empire: The Tanaka Memorial*. New York: Harper Brothers, 1942. Disponível em:

<<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.60766/page/n9>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

DE PINHO, Silvia Oliveira Campos. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras* (dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2007.

DOS SANTOS, Rodrigo Luis. Livrai-nos do maléfico perigo amarelo. *Faces da História*, v. 6, n. 1, pp. 364-384, 2019.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FUJII Kazuyuki. Kenschō “Tanaka Jōsōbun” – Shinshiryō de Shinsō ni Semaru. In: *Arena 2013 Bessatsu*. Nagoya: Fūbaisha, v. 16, pp. 3-89, 2013.

GERALDO, Endrica. “A lei de cotas’ de 1934: controle de estrangeiros no Brasil”. *Cadernos AEL*, v. 15, n. 27, 2009.

KŌYAMA Rokurō. *Imin Yonjūnenshi*. São Paulo: Kōyama Rokurō, 1949.

LESSER, Jeffrey. *Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities and the Struggle for Ethnicity in Brazil*. Durham, N.C: Duke University Press, 1999.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. [2.<sup>a</sup> ed., 1937.]

NIKKA KURABU (tr.). *Shina jin no Mita Nihon no Manmō Seisaku*. Sine Loco: Nikka Kurabu, 1930. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/1445022>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

NODA, Ryōji. Shin-nichiyori Hainichini Tenkōshita ko Félix Pacheco shi. *Burajiru-ishokumin to bōeki*, Kobe: Nippaku Kyōkai, v. 10, n. 3, pp. 26-33, 1936.

OLIVEIRA, Antônio Xavier de. Três Heróis da Campanha Anti-Nipônica no Brasil: Felix Pacheco, Arthur Neiva e Miguel Couto. *Revista de Imigração e Colonização*, ano VI, Ns. 2 e 3, maio-setembro de 1945, pp. 235-254.

SKIDMORE, Thomas. *Black into White: race and nationality in Brazilian thought*. New York: Duke University Press Books, 1993. [3<sup>rd</sup> ed., 1974.]

\_\_\_\_\_. “Racial Ideas and Social Policy in Brazil, 1870-1940.” In: GRAHAM, Richard (org.). *The Idea of Race in Latin America, 1870-1940*. Texas: University of Texas Press, 1990.

SUZUKI Shigeru. “Burajiru no Imin Seisaku-Nibun Seigenhō (1934nen 7gatsu).” In: *Sekaishi Shiryō 10 -20 seiki no sekai I: hutatsu no sekai taishen*. Tokyo: Iwanami Shoten (Rekishu gaku kenkyū kai hen), pp. 315-316, 2006.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. “A corrente migratória e adaptação dos japoneses ao Brasil”. In: CORNEJO, Carlos; TAKEUCHI, Marcia Yumi (orgs.). *Kasato Maru- a alvorada do novo mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

\_\_\_\_\_. *Imigração japonesa nas revistas ilustradas: preconceito e imaginário social (1897-1945)*. São Paulo: Edusp, 2016.

VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959. [4.ª ed.,1932.]

ZAIHAKU NIHONJIN BUNKA KYŌKAI. *Hakukoku Shin Kenpō Shingikainiokeru Nihon Imin Haiseki Mondai no Keika*. São Paulo: Zaihaku Nihonjin Bunka Kyōkai, 1934.

#### WEB

Biography of Félix Pacheco in the Brazilian Academy of Letters (ABL). Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/felix-pacheco/biografia>> . Acesso em: 07 jun. 2021.

DE SOUZA, Ioneide Piffano Brion. Verbete de Fidélis Reis, in FGV/CPDOC -Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REIS,%20Fid%C3%A9lis.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

Filosofía en español, Augusto Riera y Sol en ‘Averiguador de la filosofía en español’. Disponível em: <<https://www.filosofia.org/ave/003/c115.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Hemeroteca Digital (BNDigital). Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

Polícia Civil, IIFP- Instituto de Identificação Félix Pacheco. Disponível em: <<http://www.policiacivilrj.net.br/iifp.php>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SANDRONI, Cícero. Verbete de Félix Pacheco, in FGV/CPDOC -Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PACHECO,%20F%C3%A9lix.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

Shimbun Kiji Bunko (News Paper Clippings Collection), Kobe University Library. Digital Archive, RIEB. Disponível em: <<http://www.lib.kobe-u.ac.jp/sinbun/>>.



## MÃES, AGÊNCIAS E FORMAS DE RESISTÊNCIAS: JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE FORTALEZA

Ingrid Lorena Silva Leite<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca compreender a atuação de mães que se organizaram e formaram um grupo para conseguir lutar pelos direitos dos filhos, jovens em privação de liberdade nos centros socioeducativos da cidade de Fortaleza (CE). A partir desse cenário, destaco que duas mães interlocutoras da pesquisa são mulheres moradoras de localidades periféricas da cidade, autodeclaram-se pardas e/ou negras e têm suas experiências elaboradas por situações de violência. A partir da pesquisa de campo entre 2016 e 2020, busco entender como o grupo surgiu e como as mães conseguiram se organizar e se articular. Como recurso metodológico, debrucei-me sobre as experiências das mães, apropriando-me de duas principais técnicas: entrevistas em profundidade e observação participante. Destaco que a pesquisa possibilitou compreender as disputas que atravessam o acionamento do termo “mãe”. Tais disputas envolvem implicações morais em torno dos significados de mãe, precipitadas a partir de relações de poder e expressão de emoções que norteiam as interações entre os sujeitos implicados nas situações de privação de liberdade descritas ao longo do trabalho

**Palavras-chave:** Mães; Centros socioeducativos; Resistências

## MOTHERS, AGENCIES AND FORMS OF RESISTANCE: YOUTH DEPRIVED OF FREEDOM IN THE SOCIO-EDUCATIVE CENTERS OF FORTALEZA

**Abstract:** This work seeks to understand the role of women mothers who organized and formed a group to be able to fight for the rights of their children, young people deprived of freedom in socio-educational centers in the city of Fortaleza. Based on this scenario, I highlight the fact that two mothers interviewed in the research are women living in peripheral areas of the city, self-declared as brown and/or black and have their experiences elaborated by situations of violence. From field research between 2016 and 2020, I seek to understand how the group emerged and how mothers managed to organize and articulate themselves. As a methodological resource, I focused on the experiences of mothers, appropriating two main techniques: in-depth interviews and participant observation. I emphasize that the research made it possible to understand the disputes that cross the activation of the term mother. Such disputes involve moral implications around the meanings of the term mother, precipitated from power relations and the expression of emotions that guide the interactions between the subjects involved in the situations of deprivation of freedom described throughout the work.

**Keywords:** Mothers; Socio-educational centers; Resistances

---

<sup>1</sup> Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.  
E-mail: lorenaleitte17@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa compreender a atuação de mulheres mães que se organizaram e formaram um grupo para conseguir lutar pelos direitos dos filhos, jovens em privação de liberdade nos centros socioeducativos<sup>2</sup> da cidade de Fortaleza. As reflexões tecidas neste artigo são um recorte feito a partir da pesquisa desenvolvida em minha dissertação. Foram entrevistadas quatro mulheres-mães, moradoras de localidades periféricas da cidade, autodeclaradas pardas e/ou negras, que têm suas experiências elaboradas por situações de violência, sobretudo por terem seus filhos privados de liberdade. As entrevistas foram realizadas com as mães que aceitaram compartilhar suas experiências de vida. Maria e Rosa<sup>3</sup> serão as interlocutoras que estarão presentes neste texto objetivando compreender suas trajetórias de vidas e como se organizaram com as demais mulheres-mães para formar um grupo. As referidas mulheres mencionadas integram um grupo denominado por elas: Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional que surgiu em 2013 com o apoio do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-CE-Ceará<sup>4</sup>).

Em agosto de 2016 conheci o grupo formado por mulheres-mães que se reuniam mensalmente aos sábados à tarde na sede do Cedeca-CE-Ceará para buscar formas de lutar pela garantia de direitos dos seus filhos, jovens em privação de liberdade. Foi a partir desse momento que iniciei a pesquisa de campo, que ocorreu entre 2016 e 2020. Inicialmente busquei entender como o grupo surgiu e como as mães conseguiram se organizar e articular. Além de acompanhar os encontros mensais, também participei das manifestações públicas realizadas no centro da cidade, visitas as residências das mulheres e as entrevistas concedidas pelas interlocutoras. Foram diversos percursos feitos ao lado das mães durante as visitas aos centros

---

<sup>2</sup> Os centros socioeducativos ou unidades socioeducativas deveriam ser instituições onde jovens que cometeram algum tipo de ato infracional, pudessem cumprir medidas socioeducativas de privação de liberdade conforme afirma o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As medidas socioeducativas são aquelas aplicadas aos jovens sentenciados pelas práticas de atos infracionais depois de todo o processo judicial devido. Todas as medidas socioeducativas constam no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e são aplicadas de acordo com o entendimento do juiz. As medidas socioeducativas, como preconiza o ECA, têm três objetivos: responsabilizar o jovem; integrá-lo à sociedade, na perspectiva de garantia de direitos; e desaprovar a conduta infracional, considerada crime (Código Penal Brasileiro, 1940).

<sup>3</sup> São nomes fictícios para garantir o sigilo das informações das interlocutoras

<sup>4</sup> O Cedeca-CE-Ce possui uma sede localizada no centro da cidade de Fortaleza. A sede possui auditório e espaços abertos onde ocorrem reuniões e encontros dos grupos e coletivos parceiros da instituição.

socioeducativos, caminhadas pela cidade enredadas por meio das conversas durante as viagens no transporte público nos bairros de Fortaleza.

Vale ressaltar que o grupo organizou seu primeiro ato em junho de 2016. As mães de jovens internos no sistema socioeducativo protagonizaram uma encenação que representou as abordagens violentas da polícia militar para com os jovens, buscando retratar a crise do sistema socioeducativo em 2015. Em seguida, fizeram uma ação em memória à Chacina da Messejana,<sup>5</sup> ocorrida em novembro de 2015, inserindo onze cruzeiros em frente ao Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado do Ceará. Ao realizar o primeiro ato, esse grupo de mães buscou demonstrar preocupação em relação a essa realidade violenta que mata jovens que também são seus filhos.

Como recurso metodológico, debruicei-me sobre as experiências das mães, me apropriando de duas principais técnicas: entrevistas em profundidade e observação participante realizadas durante os caminhos mencionados acima. Além disso, foram feitas três entrevistas gravadas com cada interlocutora. Vale destacar que a entrevista em profundidade e a observação participante foram sendo construídas no decurso do tempo, pois o trabalho de campo, como Silva (2009) assinala, está repleto de circunstâncias conflituosas e intensas, que estão relacionadas ao grau de envolvimento que sofremos no campo, principalmente quando estabelecemos as interações com as interlocutoras da pesquisa. Não estou dizendo, com isso, que há um modelo de relação estabelecida ou mais aceitável, mas, como aponta Farias (2007, p. 42), “enxergar que as integrantes do grupo com o qual está trabalhando vão se posicionar nesta relação através de discursos próprios” nos possibilita a compreender que as relações construídas no campo são complexas e contraditórias e constituídas de trocas, negociações e relações de poder.

É importante pensar os processos de negociações com as mulheres, sobretudo durante as entrevistas em profundidade, pois, situando Clifford (2002, p.12) “nessas questões visualizo os limites da minha capacidade como pesquisadora de conhecer o outro, especificamente tratando as mulheres como pessoas conscientes e politicamente significativas”.

---

<sup>5</sup> Para mais informações, o Jornal O Povo tem um *website* disponível em: <http://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/13/noticiafortaleza,3533287/chacina-na-grande-messejana-e-a-quinta-no-ceara-neste-ano.shtml>.

Como sugere Farias (2007), ao invés de separar os discursos entre objetividade e subjetividade, é necessário compreendê-los como ocupando posições intermediárias. Compreendendo as proximidades entre as minhas interlocutoras, as semelhanças não podem ser naturalizadas ou não questionadas. Tomo este trabalho com as mães como um desafio de *tirar o fôlego*. Digo isso ao compreender que a pesquisa de campo é composta por um conjunto articulado de tensões, ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações do qual faz parte (CLIFFORD, 2002). É através da escrita que as experiências compartilhadas, as narrativas emocionadas, os atos e reuniões ganham outra forma, são “vidas alheias” que estão no texto.

Destaco que a pesquisa possibilitou compreender as disputas que atravessam o acionamento do termo mãe. Tais disputas envolvem implicações morais em torno dos significados do termo mãe, precipitadas a partir de relações de poder e expressão de emoções que norteiam as interações entre os sujeitos implicados nas situações de privação de liberdade descritas ao longo do trabalho.

#### NARRATIVAS, AGÊNCIAS E AS MÃES: SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

“Quando os meninos quebram o centro, a situação é aterrorizante”, disse Rosa durante uma entrevista realizada em janeiro 2019, mãe de Guilherme, que tinha 16 anos quando estava em um centro socioeducativo cumprindo medida de internação – privação de liberdade. Rosa relata a experiência de presenciar uma rebelião quando foi visitar seu filho numa unidade de internação:

Para quem está fora, parece um momento agonizante. Eu estava dentro do Centro São Miguel quando a rebelião começou. Eu fui visitar meu filho. Éramos dez famílias, formadas por nove mães e um pai. Os socioeducadores e assistentes sociais, nessas situações, fogem, abandonando tudo e prendendo os jovens que já estavam nos corredores. Só quem têm permissão para entrar, diante dessas ocorrências, é a polícia. Os adolescentes quebram tudo. Algumas mães choram, passam mal e desmaiam. Os meninos são trancados pelos socioeducadores, que portam barras de ferro, chamadas “paracetamol”, para baterem nos meninos. Nesse dia, eles acreditavam que os dez meninos que estavam de passagem para visita familiar também pretendiam fazer parte da rebelião. As mães estavam com medo de que a polícia pudesse castigar aqueles dez meninos. Os jovens que participaram da visita prepararam um cordão humano porque os que estavam nos dormitórios já estavam saindo de lá para receber os visitantes. Meu filho, Guilherme, gritava e apontava para todos que eu era

sua mãe. Todos estavam nervosos. A polícia chegou e começou à pancadaria. As famílias dos jovens estavam acuadas, agachadas e com medo. Os meninos queimaram os colchões. A fumaça entrava na recepção da unidade. Os meninos fizeram um cordão humano para as famílias chegarem até os policiais, a fim de serem liberadas, mas, mesmo assim, os outros meninos atiravam pedras e duas mães foram atingidas. A gente conseguiu sair daquele lugar, mas ficamos lá fora para garantir que os jovens não fossem agredidos. O centro educacional foi arrebitado.

Nessas ocasiões, é comum que as mães permaneçam nos centros para tentar garantir que seus filhos não sejam agredidos. Elas ficam organizadas na entrada do centro educacional tentando acompanhar o que ocorre na unidade de internação durante a rebelião. O dia que, Rosa, se referiu na entrevista, ela estava acompanhada de duas outras mães, conversaram com o comandante da polícia militar para impedir qualquer tipo de agressão aos jovens. “Não precisa usar a violência, eles já apanham muito”, relata a mãe. Rosa ficou durante horas ali “pedindo a Deus” que nada grave acontecesse e que seu filho saísse vivo. Segundo foi relatado, as mães pareciam tentar sensibilizar os policiais que entravam na unidade, muitas vezes, as mães conseguiam acompanhar a intervenção da polícia, como forma de “ajudar” a controlar a rebelião.

Rosamary Almeida (2001) a partir das suas pesquisas aponta, que, em determinadas situações, é perceptível certo aproveitamento dos significados que são associados à figura materna, sobretudo a mãe protetora, sensível, ou, porque não dizer, um “escudo de proteção”. Ao realizar uma pesquisa com “Mulheres que Matam”, Almeida (2001) traz reflexões sobre os crimes praticados por mulheres, levantando questões sobre o imaginário social e o mundo jurídico, que, não raro, percebem essas mulheres como incapazes de praticar ou arquitetar crimes violentos, como assassinatos. A autora nos leva a pensar na invisibilidade das mulheres na cena pública, “mulheres que sempre estiveram à margem do espaço público”, logo, também do crime, já que este é uma ação pública, objeto de ação penal pública (ALMEIDA, 2001, p. 13). Almeida nos propõe refletir sobre o que histórica e tradicionalmente é considerado como lugar da mulher.

Ressaltamos que as negociações realizadas pelas mães com os policiais estão carregadas de sentimentos e apelos, sobretudo com dor, pois esta se apresenta à exigência de uma resposta moral (DAS, 2011). Essa resposta moral está articulada à ideia das “mães que lutam” por seus filhos, das mães que tomam as ruas para garantir



os direitos dos filhos que estão nos centros educacionais. O termo mãe é mobilizado e disputado por diferentes agentes: as mães, os jovens, os policiais. Esse termo, compreendido como um campo de significações, passa por deslocamentos provocados por contextos específicos.

Diante do exposto, tento apreender as agências dessas mulheres-mães, tendo em vista que a **agência** é capacidade de realizar os atos de criação própria que produzem efeitos duradouros além do próprio ator. Os agentes ou atores são tanto indivíduos quanto coletividades podem exercer a agência, a qual realizam de forma articulada com a ideia de autonomia, embora seja um gradiente de poder. Dessa forma, todos os elementos socioculturais que afetam a capacidade de agência constituem a **estrutura**. Como se verá, a agência tem um papel significativo na formação da estrutura, a qual, por sua vez, afeta a agência. Assim, as mães coletivamente constroem formas de luta e resistências cotidianamente. Campos (2005) sinaliza que a cada sociedade ou a cada cultura correspondem estruturas de relações, práticas sociais específicas, em meio e por meio das quais emoções, sentimentos e apelos são expressos, controlados, normatizados e disputados por diferentes agentes e agências. Diante disso, os centros educacionais são espaços importantes para compreendermos a atuação das mães, sobretudo daquelas que integram o grupo de mães. “Só conhece um centro quem tem um filho lá dentro. Só conhece quem está lá *pra* ver”, fala Maria sobre os centros educacionais de Fortaleza. Estes são mencionados pelas mães como lugar de rejeição e violência. Maria fala:

Falar do centro educacional é falar das ignorâncias deles (profissionais). É com ignorância querendo esculhambar a mãe. E se a gente falar alguma coisa contra eles, principalmente, os socioeducadores, eles querem bater ou dizer que é desacato. Eles não têm respeito. Esses meninos sofrem muito e *pra* eles (socioeducadores) os meninos não são bichos, são monstros.

Interpretamos que partir da forma como elas e seus filhos são tratados, as mães, mesmo conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se referem às unidades de internação como “FEBEM”, fazendo referência ao Código de Menores que traz ranços sobre a imagem histórica e socialmente construída do “menor infrator”<sup>6</sup>,

---

<sup>6</sup> Esse termo carrega historicamente a lógica do Código de Menores constituído no século XX, no Brasil. O termo “menor” reproduz e endossa, de forma subjetiva, discriminações arraigadas e uma postura de

que tomou corpo e rosto ainda no século XX, quando se iniciou as intervenções direcionadas ao público infante-juvenil.

Rosa relata que as mães sabem como deveriam ser as medidas, mas elas são feitas como castigos. Para as mães parece que não existe, concretamente, centro educacional; o que há é “FEBEM”, devido a sua forma de tratamento com os jovens. Há funções, organizações e práticas cotidianas da polícia e do sistema socioeducativo em contraste com o sistema normativo ou legal (ZALUAR, 2004). As unidades de internação parecem ser espaços onde a violência se mantém e se reproduz, seja pelos jovens ou pelos funcionários e socioeducadores.

Sendo assim, a realidade das práticas institucionais é distinta da legislação e a situação dos jovens que cumprem medida socioeducativa de internação configura-se através da violência e de suas múltiplas expressões. Seguindo o pensamento de Foucault (2009), podemos analisar que a disciplina imposta nas instituições de atendimento aos jovens internos cria a subordinação irreversível de uns em relação a outros, impedindo qualquer desenvolvimento; ao mesmo tempo em que, assim como a punição, “vem aplicar-se seletivamente a certos indivíduos e sempre os mesmos” (p. 145, ênfase da autora). Mas, como Foucault destaca, o poder disciplinar não pode ser visualizado como algo negativo. O fracasso faz parte da prisão, pois ela tem um objetivo: “ela contribui para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada, irreduzível” (FOUCAULT, 2009, p. 262).

Dessa forma, “o atestado de que a prisão fracassa em reduzir os crimes deve, talvez, ser substituído pela hipótese que conseguiu produzir a delinquência” (FOUCAULT, 2009, p 262). Podemos apontar que o centro educacional é mais eficaz em gerir, na concepção de manter e produzir estigmas, e fortalecer a concepção que esses jovens são criminosos e precisam permanecer em privação. Ainda seguindo Foucault, esse fracasso, por outro lado, possui sucesso, pois tem sua utilidade: “o sucesso é tal que, depois de um século e meio de fracasso, a prisão continua a existir” (FOUCAULT, 2009, p. 263). Compreendemos, assim, que a prisão, através de técnicas e mecanismos, conseguiu produzir uma ideia de delinquência, um tipo especificado, um sujeito-objeto.

---

exclusão social que remete ao extinto Código de Menores. Desde que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor, é considerado inapropriado para designar crianças e adolescentes, pois tem sentido pejorativo.

Não obstante, como destaca o autor, “esses não são resultados definidos, mas táticas que se deslocam na medida em que nunca atingem inteiramente seu objetivo” (FOUCAULT, 2009, p. 270). A instituição de uma delinquência, constituída como uma “ilegalidade fechada<sup>7</sup>”, apresenta suas vantagens: “é possível, em primeiro lugar, controlá-la” (FOUCAULT, 2009, p. 263), além da possibilidade de orientá-la.

Ao pensar os componentes que constituem a prisão, Loic Wacquant trabalha com os conceitos de Estado, segregação racial, pobreza, a violência urbana, a desproteção social e a criminalização na França e nos Estados Unidos. Segundo Wacquant (2003), especificamente a partir dos anos de 1990, ocorreram nos Estados Unidos e em outros países a retração da rede de segurança social, com cortes orçamentários nas políticas sociais; em particular na assistência, saúde, educação e habitação, e o deslocamento de recursos para a segurança pública, revelando o viés repressivo e punitivo da política governamental norte-americana. Implementaram-se, nesse sentido, políticas voltadas para o controle da ordem, com o apoio do aparato policial e do judiciário<sup>8</sup>.

Para o autor, a estratégia policial-penal, portanto, não é exatamente um meio de garantir o cumprimento das regras sociais estabelecidas pela sociedade, como se poderia pensar de uma perspectiva que se ocupasse essencialmente do caráter normativo dos fenômenos sociais. Conforme a perspectiva sobre a qual Wacquant se debruça, trata-se de um instrumento de construção de uma determinada política aliada à generalização da insegurança salarial e social, um instrumento para encerrar a pobreza, para excluir os indesejáveis.

Tendo em vista essa estratégia, o espaço prisional brasileiro permanece como lugar onde se retêm internos oriundos dos setores mais pobres e mais esquecidos pelo poder público<sup>9</sup>. Esse contexto é percebido e sentido pelas mães, mas sobretudo pelos

---

<sup>7</sup> O termo se refere a produção de ideia de ilegalidade dentro das normas das instituições fechada, no caso desse texto nos referimos aos centros socioeducativos.

<sup>8</sup> Trata-se de um projeto: uma forma de velar os efeitos de outra política. Dessa vez, uma política econômico-social que marginaliza uma parcela da população. Ao mesmo tempo, é também uma maneira de reeducar os segmentos mais baixos do mercado de trabalho para as novas regras do jogo – empregos menos seguros, com condições mais precárias. O crescimento do Estado penal acompanha, conforme o argumento de Wacquant, a tão aclamada retirada do Estado da economia, bem como a diminuição dos recursos destinados a programas sociais. E a articulação desses três elementos – ampliação do sistema penal, liberalização econômica e abandono ou redução das políticas sociais.

<sup>9</sup> O relatório do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen), divulgado pelo Ministério da Justiça apresenta um significativo aumento da população prisional brasileira, em intenso aceleração,

jovens internos nos centros educacionais. As mães narram que não há “grandes diferenças do sistema prisional para o sistema socioeducativo”. Maria fala que unidades de internação não funcionam:

Não tem um adolescente que entre ali que se recupere, eu acho que depois que um adolescente entra no sistema daquele acho que você pode considerar que você perdeu, não tem ressocialização. Uma mãe pode considerar que perdeu um filho a partir do momento que ele entra num sistema daquele, porque não tem essa ressocialização de nada, ele vai só aprender mais e mais, é sim, vai aprender a ficar mais violento devido às violências que eles sofrem lá dentro, vai aprender a cometer delitos mais graves né, devido aos outros adolescentes também que *tão* lá que já *tão* lá... Já tem reincidência de 5, 6 vezes, 10 vezes.

Melucci (2004) destaca que existem determinadas práticas e tratamentos direcionados aos jovens em privação de liberdade. Essas práticas e tratamentos reforçam a compreensão de que os jovens internos são potenciais criminosos. Porém, as imagens sociais direcionadas a essa população juvenil pouco se distanciam do sistema prisional, pois a estigmatização dos jovens, sob o rótulo de presidiários e criminosos, remete o atendimento a uma filiação de aspecto punitiva, elementos que reforçam os sistemas de segregação social que esses jovens, muitas vezes, incorporam.

As mães acreditam que, ao saírem das unidades, seus filhos estarão modificados para pior e mais envolvidos com a criminalidade. Essa preocupação é comum entre elas e se tornou um tema comumente debatido em grupo. Maria acredita que “o centro é a escola do crime” e completa: “eu sempre digo que os nossos filhos saem com diploma de crime dos centros [...]”. Para elas, os jovens podem se tornar mais agressivos e mais distantes da família.

Maria relata a falência dos centros educacionais, que deveriam funcionar a partir de uma perspectiva pedagógica. Diante do exposto, percebemos que a

---

e segue restrita em condições precárias, principalmente a infraestrutura. O referido relatório agrupa dados até junho de 2014, no qual aponta um crescimento de 161% no total de presos desde 2000. Desta feita, o número de presos no Brasil alcançou 607.731 pessoas, contingente que dá ao Brasil o quarto lugar no ranking das maiores populações prisionais do mundo. Em relação ao Estado do Ceará, cerca de 21 mil pessoas estão em cumprimento de pena, incluindo os recolhidos e aqueles que já saíram da unidade prisional, mas permanecem cumprindo pena (regime aberto, semiaberto, prisão domiciliar). No Estado do Ceará a maioria das pessoas presas são negras, com baixa escolaridade e do sexo masculino, evidenciando marcadores sociais de gênero, raça, etnia e classe. O perfil socioeconômico dos detentos cearenses mostra que 54,26 têm entre 18 e 29 anos, 81,68% são negros e 87,68% têm até o ensino fundamental completo.

constituição de legislações específicas, que visam compreender os jovens numa perspectiva que se distancie da questão do “menor infrator”, ainda não é eficaz quanto a sua materialidade. Pinheiro (2006) afirma que há um distanciamento no que rege a lei e no que diz respeito a sua efetivação. Destaca-se que o caráter socioeducativo parece ficar subsumido nas representações sociais que produzem uma autoimagem aproximada ao imaginário coletivo, ou seja, o jovem “marginal”. Silveira (2001) sinaliza que:

É assim que se pode afirmar que a lógica do Código de Menores tinha como premissa “infância e a adolescência em perigo”, porém com um sentido distinto do que encontrarmos hoje no Estatuto. Havia uma clara preocupação com os setores pobres da população, com o objetivo de mantê-los sob controle permanente na medida em que colocavam sob ameaça os espaços públicos, as ruas e as praças. Era preciso ordenar e controlar a pobreza (política, moral e higienicamente) pelas possibilidades de se construir um risco para as comunidades. Foi assim que, a partir da metade do século XX no Brasil, além dos negros e favelados, os migrantes passaram a engrossar o grupo dos “perigosos” e, nas últimas décadas, os jovens de periferia é que vêm ocupando um lugar de destaque nos discursos sobre violência e insegurança social (Ibid., p. 27).

Vale destacar que há uma petição contra as unidades de internação, datada de março de 2015, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pelas seguintes organizações: Fórum DCA; Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes (ANCED); e Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CEDECA-CE). Essa petição foi fundamentada na ausência protetiva do Estado para os casos de torturas e múltiplas violações das quais os jovens internos são alvo. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em dezembro do mesmo ano, considerou ter elementos suficientes para configurar uma situação de gravidade, urgência e irreparabilidade das medidas socioeducativas de internação, singularmente no que diz respeito aos centros educacionais.

Foram determinadas ao Estado Brasileiro medidas cautelares que visem providências necessárias e urgentes para salvaguardar a vida e a integridade pessoal dos adolescentes internos nos centros socioeducativos que apresentam demandas emergenciais dentre outros estados, o Ceará.

Como resposta a essas problemáticas, o Governo do Estado aprovou, na Assembleia Legislativa de Fortaleza, a criação da Superintendência Estadual de

Atendimento Socioeducativo (SEAS)<sup>10</sup>, que é responsável por coordenar a gestão e a execução das políticas socioeducativas, no Estado do Ceará, com o intuito de se promover o reordenamento do sistema socioeducativo. Esse novo órgão possui autonomia financeira e administrativa, mas ainda permanece vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), apesar de ser autônomo.

Cabe destacar que quando nos debruçamos a compreender a realidade dos jovens privados de liberdade nos deparamos com contextos de violações de direitos sociais. Silvia Aguião (2017) aponta que existem diversas questões a respeito das maneiras como as políticas públicas funcionam enquanto instrumentos de governança e uma forma de tecnologia política e cultural que opera a constituição de indivíduos e a atribuição de estatutos – tais como: sujeito, cidadão, profissional, criminoso, infrator, entre outros.

Se encararmos tais mecanismos como formas de codificação de valores e normas e de modelos de sociedade mais ou menos explicitados, precisamos observar que a dimensão relacional que aponta a inclusão ou a atribuição de um determinado estatuto a algo ou a alguém implicará em atos correlatos de exclusão ou deslegitimação. Aguião (2017) sugere que os processos de formação de Estado, pensando as políticas públicas que são desenvolvidas e aplicadas, apontam para a produção e delimitação de quem são seus cidadãos e, correlatamente, daqueles que não são; aqueles que são adequados ou são indesejáveis para uma determinada projeção ou ideia de Estado com a qual se está operando.

Tais questões ultrapassam e perpassam os segmentos da sociedade civil e configuram-se como um dos elementos que contribuem para a perpetuação de uma perspectiva punitiva na forma como são executadas e acompanhadas as medidas socioeducativas com ênfase na privação de liberdade.

Um levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que 8 em cada 10 adolescentes em situação de conflito com a lei não cometeram novos atos após deixar o sistema socioeducativo, ao cumprirem medida de privação de liberdade entre 2015 e 2019. De acordo com o CNJ, de 5.544 adolescentes que cumpriram Medida Socioeducativa no período, 1.327 jovens retornaram (ao menos uma vez) ao sistema socioeducativo – o que representa uma taxa de reentrada de

---

<sup>10</sup> Lei nº 16.040, de 28 de junho de 2016.

23,9%. No entanto, em parte dos casos, a Justiça entendeu que não houve infração penal, o que faz a taxa de reincidência cair para 13,9% quando se leva em conta os resultados dos julgamentos realizados no período analisado. De todo o universo de casos registrados nos quatro anos em que os dados foram levantados, 95% dos menores em conflito com a lei eram homens (5.246) e 5% mulheres (298). Cabe destacar que o estudo não apresenta a perspectiva de raça/etnia dos/as adolescentes.

De acordo com Helena Abramo (1994) e Glória Diógenes (2008), os jovens são, muitas vezes, entendidos pelo senso comum como fabricantes de crises sociais da modernidade e distinguidos como corpos ameaçadores das normas e etiquetas sociais. Em circunstâncias de pobreza e desigualdades sociais, as associações de “jovens pobres” à noção de periculosidade são comuns e reiteradas no imaginário e nas práticas sociais do país (ABRAMO, 1994, p. 32). As autoras mencionadas também auxiliam a contextualizar o debate na sociedade brasileira baseando-se nos processos de desigualdade social e pobreza que tendem a ser equiparados, de maneira distorcida, às dinâmicas da violência urbana.

Sobre essa discussão, podemos analisar que a criminalidade brasileira através dos argumentos de Michel Misse (2006), que procurou estabelecer alguns preceitos consideráveis para uma correta compreensão desse fenômeno. Em um primeiro momento, Misse afirma que o crime é uma ação/omissão que, por ser essencial, social e institucionalmente implicada como crime, promove-se em duplicidade. Ocorre que, para referido autor, ao mesmo tempo que o agente considera os seus riscos e possui motivos internos ou externos para, conhecendo-os ou não, prosseguir com a sua ação/omissão, acata os meios que lhe pareçam adequados. Ademais, na falta de escolha, esse agente opta pelos meios disponíveis naquele momento.

Em contrapartida, no que se refere à seleção dos meios e dos cursos de ações possíveis, o crime pode ocorrer em qualquer classe, estrato ou fração social, mas existem diferenciais históricos de segregação e perseguição de certas ações realizadas por determinadas pessoas ou grupos, que podem ser determinantes, numa medida significativa, em correlação com tais posições estamentais (MISSE, 2006).

Tal afirmação advém do fato de que, historicamente, as penitenciárias brasileiras possuem uma população carcerária quase que totalmente constituída por negros e pobres, Esse cenário não implica que a relação pobreza-crime seja apenas um

estereótipo social, bem como que a reprodução desse estereótipo seja a principal causa dessa associação (MISSE, 2006). Em geral, os aparelhos de resposta ao crime selecionam mais certos tipos de ação e de agente do que outros. Podemos compreender que os crimes nomeados pelos aparelhos estatais que provocam maior julgamento moral e social na população são denominados crimes violentos. Portanto, quanto mais inferior for a posição social do agente criminoso, mais restrita será a escala de opções na conexão entre fins, acesso aos meios e risco; acrescentando-se a probabilidade de riscos maiores, meios mais violentos e fins limitados por recursos, em um círculo vicioso (MISSE, 2006).

Misse (2006) destaca que , a associação pobreza-crime é um desafio complexo, real e hegemônico constituído positivamente pela ilusão de que todos os conflitos podem ser resolvidos pelo Estado, o qual representa, racional e legalmente, o conjunto de princípios, orientações e decisões pactuadas pelos membros que frequentam e possuem esse poder estatal.

#### MÃES E AGÊNCIAS: REFLEXÕES CRÍTICAS

A emergência das mães nas discussões públicas sobre como o sistema socioeducativo funciona perpassa situações intensas de violências. Rosa descreve essas situações ao falar do período que seu filho, que cometeu assalto à mão armada, ficou na unidade de internação durante uma rebelião:

Quando eu cheguei no centro, ele *tava* todo ensanguentado de peia. Ele apanhou muito, muito mesmo. Ele apanhou muito da polícia. Na época ele tinha 12 para 13 anos, ele era muito pouquinho, bem magrinho, toda vida ele foi magro. Aí eles pegaram ele, deram coronhada de revólver nele, até hoje ele tem a cicatriz na cabeça. Pegou sete pontos. Isso aqui dele (refere-se à região das costas com as mãos), *tava* tudo rasgado, chega o sangue escorria, parecia queda de moto. Aí eu perguntei para ele, “como foi isso?”. Ele disse: “mãe, era dois pegando nas pernas e dois nos pegando nos braços e eles me arrastaram no chão”. Eles acharam que meu filho *tava* envolvido na rebelião, mas ele não *tava*. Eu fui atrás, fiz B.O. (Boletim de Ocorrência), até hoje *tô* esperando resposta.

Efrem Filho (2017) afirma que as narrativas de violência são múltiplas e conseguem formar “imagens de brutalidade” que ocupam certa centralidade nelas. Essa brutalidade opera em duas dimensões. Trazendo para a realidade das mães de



internos que acompanhei: a primeira dimensão seria o golpe na cabeça do jovem que levou sete pontos; a segunda seria as agressões sofridas que são expostas através das narrativas que o forjam em documentos, como o Boletim de Ocorrência. Podemos pensar que, assim como os movimentos sociais, o grupo de mães e familiares do sistema socioeducativo investe em formas narrativas de contato, na contextura da dimensão narrativa por meio da qual a violência pode ser visibilizada e, por que não dizer, editada. Filho (2017) destaca:

a luta por justiça requer, de antemão, a disputa pela legitimidade de a vítima ser uma vítima, de modo que as imagens de brutalidade acionadas pelos movimentos sociais performatizam os corpos das vítimas e auxiliam no forjamento desses corpos como vitimados; b) a de que, no seio dessas disputas, a publicização da intimidade da dor e do sofrimento costuma operar nos contornos de legitimação de denúncias, denunciantes e vítimas, mobilizando, por exemplo, noções de gênero ligadas à maternidade na performatização e na organização do sujeito político coletivo que reivindica o reconhecimento da violência; e, por fim, c) a de que as reivindicações narrativas da violência tendem a acionar e atualizar inúmeras convenções de gênero e sexualidade (2017, p. 12).

Compreender que as mulheres mobilizam o termo mãe acionando discursos onde a mulher é a principal responsável pelo filho (a), nos faz pensar, por exemplo, nas articulações das múltiplas diferenças expressadas por sexualidade, gênero, raça, geração, entre outras. Essas articulações são mobilizadas para reivindicação de direitos. Em relação a minha pesquisa, na reivindicação das mães pelos direitos dos jovens internos

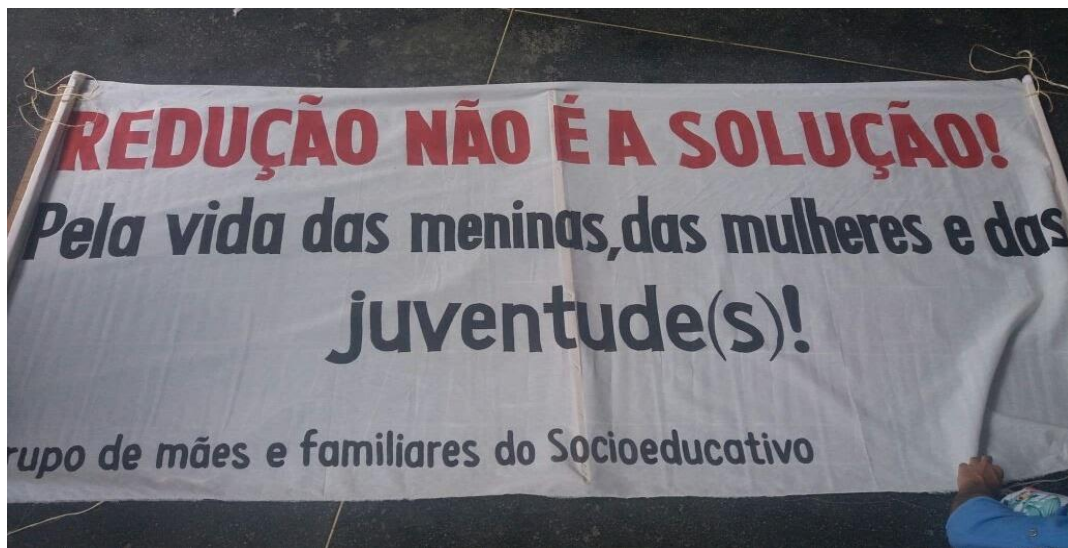
Aguião (2017) aponta que certas marcas sociais são reconhecidas como tendo mais relevância que outras e como eixos ou segmentos de classificação sempre contingentes, contextuais e relacionais são produzidos, objetivados e cristalizados na produção governamental de políticas direcionadas para determinados sujeitos. Podemos compreender que a realidade tecida nesse trabalho retrata as vivências de mulheres negras, que quando possuem alguma atividade laboral, essa ocorre de maneira informal. Além são mulheres que possuem uma pequena rede de apoio formada por outras mulheres, muitas em situação de pobreza e com pouco acesso as políticas públicas e são moradoras de bairros periféricos. Essas marcas sociais são gênero, raça, classe social, territórios, elementos que atravessam e localizam as experiências dessas mulheres.

O grupo de mães e familiares mostra um determinado formato do “fazer política” que envolve o reconhecimento de diferenças sociais, territoriais, geracionais e de gênero, especificamente, as mães, que historicamente são as principais responsáveis pela criação dos filhos. Aqui, chamo atenção para esses atores sociais do movimento social e, conseqüentemente, para a construção de identidades na composição da cena pública, sobretudo, da política pública do sistema socioeducativo.

Perseguir os significados que perfazem o termo mãe traz um campo de disputas, legitimidade e relações de poder envolvendo a sociedade civil e o Estado.

Farias (2007) sugere que os familiares, especialmente as mães, detêm maior capacidade para legitimar as reivindicações do grupo e trazer visibilidade à luta pelos direitos dos jovens internos. Dessa forma podemos analisar que os sentimentos das mães e familiares, como sofrimento, indignação e humilhação, são combinados com posicionamentos políticos.

Figura 1 - Faixa que o grupo de mães levou para uma manifestação



Fonte: Elaborada pela autora.

A imagem acima, do grupo de mães e familiares do socioeducativo, foi exposta, através de uma faixa elaborada pelas mães dos jovens internados, na sede da Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo (SEAS) no Ceará. O SEAS é o órgão responsável pela gestão e administração dos centros socioeducativos. Esse ato foi uma manifestação silenciosa realizada pelas mães em novembro de 2019 com o

objetivo de exigir do Estado do Ceará medidas de proteção e justiça diante da chacina que ocorreu dentro do Centro Educacional de Semiliberdade Mártir Francisca<sup>11</sup>. Nesta ocasião, foram assassinados quatro jovens do sexo masculino, com idades entre 12 e 17 anos que estavam internados no centro. No dia do ato em memória dos jovens, as mães permaneceram em silêncio durante quatro minutos. Em seguida, colocaram a faixa na entrada principal da sede da SEAS, bloqueando a saída e a entrada do prédio.

Após algumas horas, as mães entraram no prédio e solicitaram uma reunião com o superintendente, que não estava presente, segundo informações fornecidas pelos funcionários da instituição. Assim, Maria, que participava do ato nesse dia, pediu para agendar uma reunião, que foi marcada para a semana seguinte. Toda a construção desse ato foi feita na sede do CEDECA-CE. Ele contou com a presença da assessora jurídica e uma estagiária do CEDECA, além de três mães que também participaram da construção.

Adriana Vianna (2014) nos chama a atenção para os contextos de violência que ocorrem nas instituições, especialmente quando há jovens assassinados dentro do centro educacional. A autora fala do trabalho pessoal e coletivo de tornar esses homicídios formalmente reconhecidos, mobilizando em torno de certos “polos” fortes, formando zonas semânticas e de ação dentro das quais os familiares, sobretudo as mães, se movem. Segundo a autora, as formas adotadas nos atos, especialmente esse realizado pelas mães, demonstram uma “pré-inscrição” das mortes no terreno da desimportância social e simbólica que se desdobra no modo como serão registradas, classificadas e tratadas pela polícia e judiciário. Tratava-se de traficantes, bandidos: isso aponta para uma forma de morte previsível que, por um aspecto, teria sido procurada e aceita e, outro aspecto, não merece o reconhecimento e o esforço para investigar os homicídios e encontrar os responsáveis.

Farias (2007; 2010), Vianna e Farias (2011) e Graça (2014) enfatizam a organização das mulheres, a partir do termo mãe, tendo em vista que estas elaboram manifestações e agendam as reuniões em torno do direito que lhes assiste. Este outro termo, “direito”, passou a ser utilizado pelas mães durante os cursos de formação oferecidos pelo CEDECA-CE aos sábados. “Antes de ir *pra* reuniões do CEDECA-CE eu já

---

<sup>11</sup> Disponível em < <http://cearanews7.com/chacina-bandidos-atacam-centro-educacional-e-matam-quatro-adolescentes-em-fortaleza/>> Acesso em 23 de janeiro de 2018.

sabia que a gente tinha que ter um direito ou outro, mas não conhecia. Fez errado, fez. Mas não é *pra* eles *fazer* o que eles fazem não”, afirma Maria.

Avaliamos que o termo “mãe” se constitui em um campo de significações que, em determinados contextos e situações, ganha legitimidade. Além disso, como as mães têm parcerias com organizações da sociedade civil como o Fórum Cearense de Mulheres, Instituto Negra do Ceará (INEGRA) o Fórum de organizações não-governamentais em Defesa dos direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA-CE), esse termo passa a ser potencializado de diferentes maneiras por distintas agências. Maria fala que, após as experiências que passou no centro educacional, a luta por direitos é algo importante para sua vida:

Sinceramente, eu acho bem interessante porque realmente a gente tem que lutar pelos direitos dos filhos da gente porque é um lado bem esquecido pelos, assim, os governantes e tudo... E eu acho que *pra* eles colocou lá dentro e a sociedade também, principalmente a sociedade, a sociedade que não conhecem eles criticam muito, eles acham que os meninos *vive* nas mil maravilhas, mas não é. Olha! Quando tem rebelião eles pisam em cima dos meninos então eles são muito maltratados. Então esse lado a sociedade não conhece os que fazem parte de lá, que é exatamente quando eu não fazia, eu jamais imaginava que os meninos apanhavam dentro do centro, eu jamais imaginava isso, então é bom a gente ir abrir a voz para que a sociedade venha ver também.

Com essa *luta* apresentada para as mães, durante as reuniões do grupo acontecia a divisão e organização das integrantes para realizarem as mobilizações nos centros educacionais. E quando falavam da necessidade de construir e realizar um ato, as mulheres formavam uma comissão<sup>12</sup>. Estabeleceu-se uma comissão composta por Maria e outras mães, com o apoio de duas funcionárias do Cedeca-CE, para fazer uma mobilização no centro educacional. Nessas situações, as mães utilizavam panfletos

---

<sup>12</sup> Na obra *Sobre o Estado*, o autor Pierre Bourdieu afirma que, para compreender os fundamentos da autoridade e dos mecanismos que promovem o reconhecimento do Estado, deixa de lado as formulações abstratas e privilegia a análise de medidas e ações do Estado. Assim, ele retoma pesquisas realizadas nos anos 1970 sobre o mercado da casa própria na França, especialmente a investigação efetuada sobre uma das comissões criadas – a Comissão Barre – para tratar do assunto. A comissão, exemplo de uma invenção organizacional, condensa, do ponto de vista do autor, o processo de gênese da lógica estatal. O estudo sobre seu funcionamento permite elucidar o mistério que dota os agentes, atos e efeitos do Estado de seu caráter oficial, público e universal. Ao acompanharmos o argumento do autor constatamos que é na “crença organizada”, na “confiança organizada”, que se encontra a chave para se decifrar a lógica de constituição do poder simbólico do Estado. Um ato de Estado é um “ato coletivo”, realizado por pessoas reconhecidas como oficiais, e, portanto, “em condições de utilizar esse recurso simbólico universal que consiste em mobilizar aquilo sobre o que todo o grupo supostamente deve estar de acordo” (2014, p. 67).

com informações sobre os encontros do grupo denominado por elas de “mosquitinho”, para facilitar a atividade de mobilizar outros familiares. Esses “mosquitinhos” têm algumas informações sobre os encontros. Eram confeccionados nos encontros e custeados pelo financiamento do Fundo de Direitos Humanos.

Algumas mães ficavam na entrada do centro educacional abordando as pessoas que entravam e saíam. Esse movimento de pessoas era constante nos dias de visitas familiares. As mulheres usavam uma blusa com a imagem de uma mãe e um filho de mãos dadas. A blusa funcionava como forma de identificação das mães que participavam do grupo. Compreendemos que a mobilização é uma atividade importante para as mães, seja para a divulgação do grupo, como para convidar outras pessoas para participarem dos encontros.

Em 2017, uma comissão formada pelas mulheres se reunia em frente à unidade de internação em Fortaleza. Nesse dia, não foi possível entregar os “mosquitinhos” para os familiares dos jovens que aguardavam na entrada principal do centro educacional. As mães foram barradas. A diretora daquela Unidade afirmou que recebeu ordens da Superintendência para não autorizar a entrada da sociedade civil no local, nem do grupo de mães.

Por conseguinte, Maria ligou para o Defensor Público, no Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei (NUAJA), pleiteando auxílio para poder entrar nos centros educacionais. Em seguida, o superintendente ligou para a Defensoria Pública, autorizando a entrada de algumas pessoas no centro educacional, mas tanto o grupo de mães quanto o CEDECA-CE não tinham permissão, mesmo que as organizações da sociedade civil estão amparadas legalmente para ingressar nos centros educacionais.

Tal situação foi posteriormente repassada ao grupo na reunião com as mães. A partir disso elas começaram a planejar um ato que ocorreria em frente ao prédio da Superintendência, objetivando uma reunião com os gestores para apresentar um documento preparado por elas, elencando as principais pautas de reivindicações. Esse ato foi construído e discutido nos meses seguintes e efetivado em abril de 2017.

Esse ato ocorreu pela manhã. Uma van saiu do CEDECA-CE e se dirigiu até a sede da SEAS. Houve uma encenação, proposta pelas mães, na qual entregaram o “troféu tortura” para a SEAS, simbolizado por um rolo de papel higiênico. Em frente ao

prédio, Meire usava um terno preto, representando a Superintendência. Após a entrega simbólica do troféu, as mães cantaram, com o microfone em mãos, ligado a uma pequena caixa de som, acompanhadas da seguinte letra: “uma mãe incomoda muita gente, várias mães incomodam muito mais”. Contando com a participação de doze mães, a reunião com os gestores foi realizada logo após o ato.

Outro quesito importante a ser ressaltado é a forma como as mães foram modificando suas condutas, organizando o grupo e as atividades relacionadas. Ao longo das sucessivas entradas e saídas das unidades de internação, as experiências narradas e ouvidas de outras mães, bem como a forma como os seus filhos eram vistos e tratados e como vivenciavam este contexto, possibilitaram deslocamentos e agenciamentos, outrora invisíveis e/ou ausentes. No que tange a essa realidade, Maria argumenta:

Eu já fui assaltada dezesseis vezes em Fortaleza. Sempre tive medo do adolescente negro de boné. Eu sempre gostei de programa policial e assistia o 190. Eu via as reportagens sobre os centros que tratavam de rebelião, acreditando que o que era apresentado era verdade mesmo. Eu acreditava que os jovens eram responsáveis por tudo que acontecia nos centros. Quando eu passei a conhecer e a ter noção do que um centro era, foi através da minha experiência de vida, o meu ponto de vista mudou. Como eu tinha falado, quando o meu filho, Guilherme, foi apreendido, ninguém me comunicou, inclusive quando ele passou pela Delegacia da Criança e do Adolescente. Não é uma medida correta que um menor, com 15 anos, passe pela Delegacia da Criança e do Adolescente, indo para o centro, consiga um celular lá dentro e, numa ligação, consiga dizer que está no Centro. Ele me ligou pedindo: “mãe vai até a DCA para procurar o endereço e vem me ver”. Foi dessa forma que eu fiquei sabendo que meu filho estava em um centro.

Inicialmente, o grupo foi formado pelas mães quando identificam que as violências sofridas não possuem apenas dimensão individual, mas coletiva, propiciando-se que essas mulheres procurem acompanhar a política ora executada. Nessa ótica, compreende-se que as buscas individuais se tornam coletivas por considerações intersubjetivas, negociadas através de múltiplas interações (MATOS JÚNIOR, 2010). Nesse registro, destaca-se o processo de construção relacional dos sujeitos e suas lutas por direitos.

Vianna e Farias (2011) provocam reflexões sobre como o acionamento do termo mãe, como a de uma autoridade moral, em atos políticos, desperta para os trâmites relevantes em situações de violências, abrangendo-se dor, angústia,

humilhação pessoal e causas coletivas. Nesse âmbito, interpreta-se que os significados que as mães incorporam são constituídos na relação com o conjunto da sociedade. Para as autoras, essas questões suscitam ponderações, como os recursos políticos que circulam através de redes de informações, preferencialmente com a participação e o apoio do CEDECA-CE, e se replicam em dinâmicas de aprendizado e solidariedade entre mulheres que, movidas por condições específicas, passam a se ver como um grupo.

Estar presente nas situações em que esse grupo é disposto corrobora para o acompanhamento e a atuação, através de gramáticas e linguagens corporais de afetos e dores, tanto em termos de emoções (quais sejam: indignação; dor, ao se saber que um filho está sendo torturado, e humilhação), quanto nas relações que dão sentido à participação da luta ou das relações que se constituem a partir dessa participação.

Infere-se que a privação de liberdade dos filhos concedeu a suas mães outra dimensão para as suas vidas. Como Madalena aponta: “a gente se depara com a luta quando a luta bate na nossa porta”. Quando um filho é preso, essa luta das mães é travada nessa dimensão pública.

Percebemos, ao longo do texto, um processo dinâmico e articulado entre Estado, gênero e violência. Sobre essas três zonas de significação, Vianna (2014) aponta que essas zonas podem ser compreendidas como expressões de variedades semânticas e sentidos estratégicos deslocados em diferentes falas, ações e atos. Vale destacar que Butler (2014) nos provoca a pensar que tanto o Estado como o parentesco são estruturas inconscientes ordenadas por regras e leis que são mutáveis a partir dos questionamentos e/ou enfretamentos de alguns indivíduos contra as estruturas que as instituem, legitimam e reproduzem.

Ao compreender essas questões, tomamos aqui a ideia de legitimidade que as mulheres têm a partir da mobilização de significados em torno do termo “mãe”, destacando práticas, atos e discursos. Destaco que essa legitimidade, também reconhecida por instituições estatais, pode estar implicada na forma como as mães se organizam, como por exemplo, por comissões. Ao fazer reivindicações dentro da linguagem do Estado, elas conseguem certa assimilação, reconhecimento e legitimidade.

Trazendo essas questões para a pesquisa, percebemos que o Estado é evocado constantemente nos atos e narrativas como “personagem ativo na produção das

mortes” (VIANNA, 2014, p. 218). É o Estado que humilha as mães e trata os jovens como “bandidos”.

Percebemos que os deslocamentos, os atos, os discursos são feitos com relação às imagens, símbolos e representações do Estado. Vianna (2014) aponta que operar constantemente com as imbricações entre “violência” e “Estado”, acaba por gerar uma confusão intrínseca ao processo de fabricação contínua do “Estado” pelos militantes e familiares.

Figura 2 - Uma encenação realizada pelas mães na 5ª Vara da Infância e Juventude



Fonte: Elaborada pela autora.

Com uma faixa preta nos olhos, foi uma ação simbólica que as mães encontraram para dizer que o Estado não fazia nada, que está com olhos tampados para os jovens. Uma forma de evidenciar a performance das mães é refletir em algo já sinalizado por Vianna e Farias (2011): a construção de um repertório elaborado pelas mulheres a partir das suas experiências, principalmente as informações e vivências dessas mães na relação com o CEDECA-CE.

Os atos realizados na 5ª Vara da Infância e Juventude mostram organização, mas também como as linguagens corporais, discursos e práticas são articulados para determinados objetivos, especificamente para marcar uma reunião com o juiz que delibera as medidas socioeducativas para os jovens de acordo com os atos infracionais praticados.



Importa salientar que o uso compartilhado de símbolos, como as blusas com a imagem da criança e uma mãe, ou faixas com frases que falam dos direitos dos jovens internos levada pelas mães nas manifestações, mostram como a dor, angústia, as violações consideradas individuais tornam-se públicas e coletivas a partir de um evento que afetou ou modificou consideravelmente a vida dessas pessoas. Aqui, a crise do sistema socioeducativo foi um elemento importante para esse processo de construção e reconhecimento de sujeitos políticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto buscou situar e compreender a atuação de mulheres mães que se organizaram e formaram um grupo para conseguirem lutar pelos direitos dos filhos, jovens em privação a partir das suas experiências. Diante disso, as mulheres que têm seus filhos apreendidos são mães de jovens, residentes em bairros periféricos e em situação de pobreza, que se autodeclaram pardas ou negras. Vale salientar que, como destaca Graça (2014), os marcadores sociais da diferença, entre esses, raça, classe social e gênero são categorias que se interseccionam na articulação de múltiplas violências às quais essas mulheres são submetidas como também atravessam suas possibilidades de ação e construção de estratégias coletivas.

Destacamos que o sentido dessa atuação política emerge inicialmente de demandas consideradas individuais e após identificarem a existência de situações e violências que atravessam outras mulheres, mães e jovens, o grupo constrói uma dimensão coletiva e política da sua existência e atuação. Aqui há uma ideia de pertencimento ao grupo como também de acolhimento as suas experiências, pois as mães permanecem no grupo mesmo seu filho não estando mais em privação de liberdade.

É importante vislumbrar que a emergência do grupo está inscrita na percepção da violação de direitos, a partir do momento em que começam a construir a ideia de direitos sociais, civis e políticos, em substituição a alguns paradigmas, no que condiz às circunstâncias que os jovens cumprem de medida socioeducativa. As mulheres se organizam como mães e isso é um elemento fundante para a compreensão da formação e participação delas como sujeitos políticos. As mães defendem

coletivamente um sistema socioeducativo e um processo de responsabilização para jovens autores de atos infracionais que seja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde os jovens sejam tratados como sujeitos de direitos, possam cumprir a medida sem sofrer violências cotidianas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

**AGUIAO, Silvia**. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção de igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015). **Cadernos Pagu**. 2017, n.51, e175107.

ALMEIDA, R. de O. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. Relume Dumará: UFRJ. Núcleo de Antropologia Política, 2001.

BIONDI, K. Junto e Misturado em Prol do Comando: Reflexões acerca da imanência e transcendência no PCC. In 32º Encontro Anual da **ANPOCS**, 2008, Caxambu. Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008. v. I.

**BOURDIEU, P. Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CAMPOS, R. B. C. Investigações sobre o amor materno: sobre os significados, experiências, afetos e praticas na maternidade. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, Paraíba, v. 11, n. 4, p.210-222, ago. 2005.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: \_\_\_\_\_. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 17-62, 2002

DAS, [Veena](#). The act of witnessing: violence, poisonous knowledge and subjectivity. **Cadernos Pagu** [online]. 2011, n.37, pp.9-41. ISSN 0104-8333. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200002> > Acesso 12. Fev. 2018.

DIOGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galera e o movimento hip hop**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

FARIAS, J. **Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas cariocas contra a violência policial**. 2007. 135.fl.s. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. “Competências” no plural: uma reflexão sobre atuação de familiares de vítimas de violência policial em favelas. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 27, 2010, Pará. Anais... Pará: RBA, 2010. Disponível em <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_27\\_RBA/arquivos/grupos\\_trabalho/gt01/jf.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt01/jf.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2017.

- FILHO, R. E. Os Meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. **Cadernos Pagu**, Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão, práticas e representações. ISSN 1809-4449, nº 51, 2017.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**. Curso no College de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão: Tradução de Raquel Ramallete. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GRAÇA, A. M. B. **Da casa às ruas**: o movimento das mães em São Paulo. 2014. 151 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LOURENÇO, L. C. ALMEIDA, O. L. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem” Gangues prisionais na Bahia. Revista **Tempo Social**, USP, v. 25, n. 1. 2013, pp. 37-59
- MATOS JÚNIOR, C. C. de. Família e violência: organizações e reconhecimentos sociais. In: **REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**, 27., 2010, Belém. **Anais...** Belém, 2010, p. 1-15. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_27\\_RBA/index.html](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_27_RBA/index.html)>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- MELUCCI, A. **O jogo do eu**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MISSE, M. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.
- PINHEIRO, Â. **Criança e adolescente no Brasil**: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza: UFC, 2006.
- SILVA, H. R.S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p.171-188, jul./dez., 2009.
- SILVEIRA, C. de O. **Sobrevivendo ao inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- VIANNA, A. Violência, Estado e gênero: entre corpos e corpus entrecruzados. In: SOUZA LIMA, A. C. de.; GARCIA-ACOSTA, V. (Orgs.). **Margens da violência**: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília, ABA, 2014, pp.209-237.
- VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, [S.l.], v. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011.
- WACQUANT, L. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Parais Urbains**. Paris: La Découverte, 2006.
- WACQUANT, L. **Punir os pobres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- ZALUAR, A. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FVG, 2004.



## A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO CACIQUE XICÃO PARA MOBILIZAÇÕES DOS INDÍGENAS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL<sup>1</sup>

Flavio Joselino Benites <sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo discute a importância política de Francisco de Assis Araújo, mais conhecido como Cacique “Xicão” Xukuru, nas mobilizações por direitos na Assembleia Constituinte de 1987-88. Reverberou como fato decisivo para as retomadas do território na década de 1990 para o povo indígena Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira (PE) e Poção (PE). Utilizamos a metodologia bibliográfica com os estudos mais significativos em História e Antropologia acerca do tema, cotejando com outras fontes como jornais, entrevistas e documentos oficiais, entre outros. As ações políticas de Xicão foram muito importantes para seu próprio povo, e também para o fortalecimento das mobilizações dos povos indígenas situados na Região Nordeste do Brasil, evidenciando assim os protagonismos indígenas na História.

**Palavras-chave:** Política; Xicão Xukuru; Índios no Nordeste; Protagonismo Indígena.

### THE POLITICAL IMPORTANCE OF CHIEF XICÃO FOR INDIGENOUS MOBILIZATION IN THE NORTHEAST REGION OF BRAZIL

**Abstract:** The article discusses the political importance of Francisco de Assis Araújo, better known as Chief “Xicão” Xukuru in the mobilizations for rights in the Constituent Assembly of 1987/88. It had repercussions as a decisive situation for the repossession of the territory in the 1990s for the Xukuru indigenous people of Ororubá, inhabitants of Pesqueira (PE) and Poção (PE). We use the bibliographic methodology with the most significant studies in History and Anthropology on the subject, collating with other sources, such as newspapers, interviews, and official documents. The political actions of Xicão were very important for his own people, as well as for strengthening the mobilizations of indigenous peoples located in the Northeast region of Brazil, highlighting indigenous agencies in History.

**Keywords:** Policy; Xicão Xukuru; Indians in the Northeast; Indigenous protagonism.

---

<sup>1</sup> O artigo em questão foi adequado para publicação, sendo, originalmente, parte da pesquisa de mestrado do autor em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), defendida em setembro de 2021, sob orientação do Prof. Dr. Edson Hely Silva.

<sup>2</sup> Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail: [flaviojbenites@gmail.com](mailto:flaviojbenites@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

As diferentes dimensões e significados acerca da compreensão de ser índio no Brasil dizem respeito a indivíduos e coletividades participantes de um processo histórico e dinâmico, resultado de negociação, conflito, mobilizações e resistência sociocultural. Nesse sentido, os indígenas conviveram e convivem em um contexto multiétnico, com interações contínuas. Essas relações são e foram muitas vezes convergentes, porém em outras situações se deram de modo conflituoso com a sociedade com a qual estão envolvidos e, também, entre si.

Em face das dinâmicas históricas dos povos indígenas, a atual região Nordeste do Brasil é um dos locais mais antigos da colonização portuguesa. Entretanto, com o processo de contatos entre colonos e os povos nativos na região, ocorre a convivência há mais de cinco séculos. Essas relações de longa data entre indígenas e não-indígenas resultaram em diversas narrativas acerca desses povos; uma das mais nefastas é a ênfase na perda da identidade indígena. Essa questão, portanto, esteve relacionada aos esbulhos dos territórios habitados.

Nesse sentido, compreender o modo como esses paradigmas, narrativas e imagens de “perdas culturais” sobre os índios no Nordeste foram construídos e incorporados na visão social possibilita-nos desconstruir diversos preconceitos e estereótipos em relação à possibilidade de existência de indígenas na região.

A abordagem acerca dos índios no Nordeste<sup>3</sup> e a importância do Cacique Xicão será na perspectiva da “nova história indígena”, para, de certo modo, apresentar novas chaves de leitura, a fim de se desfazer o conjunto de lugares-comuns construídos em um longo período. Assim, as visões instauradas pelo senso comum destituíram de contemporaneidade os povos indígenas habitantes da região quando lhes negaram a identidade e a diversidade sociocultural, afirmando não serem índios e sim “caboclos”, e, logo, legitimando o esbulho do território.

---

<sup>3</sup> A expressão “índios do Nordeste” diz respeito a uma unidade, ou seja, a um “conjunto étnico e histórico” integrado pelos diversos povos indígenas, adaptativamente relacionados ao Bioma Caatinga e historicamente associados às frentes pastoris e ao padrão missionário dos séculos XVII e XVIII. A unidade “índios do Nordeste” se dá, não por suas instituições, nem por sua história, ou por conexões com o meio ambiente, mas por pertencer ao Nordeste, enquanto conglomerado geográfico e histórico. Assim, o discurso teórico e interpretativos sobre os povos nessa Região foram delimitados dentro de uma moldura com caráter regional e particularizante (OLIVEIRA, 1998, pp. 51-52).

O Cacique Xicão é do povo Xukuru de Ororubá que, atualmente, habita a região Nordeste do Brasil, onde os povos indígenas cada vez mais vêm ocupando o cenário sociopolítico regional, e, por meio de suas mobilizações, questionando as visões tradicionais, as quais sustentavam sua inexistência, sua extinção ou, ainda, seu gradual desaparecimento. As mobilizações dos índios no Nordeste durante um longo período, e até recentemente, não foram consideradas nas reflexões históricas, antropológicas e das Ciências Humanas e Sociais em geral. O fato foi possível porque partiram de uma visão baseada em concepções da “aculturação” ou “mestiçagem” após a extinção oficial dos aldeamentos indígenas iniciada partir de meados do século XIX (SILVA, 2017).

Por conseguinte, quando destacamos as ações dos índios no Nordeste, com ênfase na importância política do Cacique Xicão, evidenciamos que esses indivíduos foram atores sociopolíticos da própria história. Essa é uma contraposição a uma visão predominante de longa data na historiografia brasileira que considerava os indígenas apenas como “vítimas” de um sistema global de colonização, “vítimas” de políticas e de práticas que os destruíram. Assim, essas circunstâncias desembocaram em um resultado paradoxal com duas consequências para os indígenas no Nordeste: a primeira consagrando a narrativa sobre a eliminação dos índios, e a segunda pensando-os como sujeitos passivos, negando-os como sujeitos históricos (CUNHA, 2012, p. 22).

Entretanto, quando destacamos a importância política de Xicão, referimo-nos ao entendimento estrito de política, ou seja: conforme atividade destinada a governar ou influir indiretamente no poder político, no centro político de direção e controle do conjunto da sociedade (CRUZ, 2002, p. 56). Os recursos de Xicão estavam em seu carisma (WEBER, 1991), capacidade de mobilizar e coragem de agir em situações estrategicamente importantes.

## O TERRITÓRIO, O DESENVOLVIMENTO DO CACICADO DOS XUKURU E A LIDERANÇA DE XICÃO

A terra para os povos indígenas tem uma importância fundamental, não apenas para a consagração de direitos, mas porque o território é o local onde se desenvolve o

modo de vida nas esferas econômica e política, e nas dimensões religiosa e sociocultural. Como bem apontou Gersem Baniwa (2006), o território é compreendido como condição para a vida dos povos indígenas. Dessa forma, a terra não tem um mero valor material ou local para a produção ou exploração, mas se trata de um ambiente onde se desenvolve todas as formas de vida.

O território é compreendido como o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos e tradições, possibilitando para os povos indígenas o sentido da vida individual e coletiva. Também compreendem a terra como um espaço de resistência dos chamados povos tradicionais; o tema unifica, mobiliza e articula os povos indígenas em uma causa comum em defesa dos territórios habitados (LUCIANO, 2006, p. 101).

Para o povo indígena Xukuru do Ororubá, a retomada do território tradicional no início dos anos 90 ocorreu em estreita relação com a liderança exercida por Francisco de Assis Araújo, o Cacique Xicão. Devido à sua atuação política e à sua capacidade de mobilizar o povo Xukuru do Ororubá, ele possibilitou a retomada das terras esbulhadas por fazendeiros na região da Serra do Ororubá, entre os municípios de Pesqueira e Poção, localidade que habitam.

A liderança indígena se tornou central no período, não somente para os Xukuru do Ororubá, mas para outros povos indígenas na região Nordeste e no Brasil, conseguindo reunir várias forças no território. Xicão, o “Mandaru” como é chamado pelos Xukuru do Ororubá, foi assassinado de forma brutal em 1998, devido às ações políticas na retomada das terras. Ele atuou de modo emblemático para o exercício do direito do seu povo (SILVA, 2007, p. 10).

Xicão nasceu em março 1950 Francisco de Assis Araújo, no então Sítio Cana Brava, atualmente Aldeia Cana Brava, no território Xukuru do Ororubá. Filho de Cícero Pereira de Araújo e Quitéria Maria de Araújo, Xicão viveu a infância em um pequeno pedaço de terra de propriedade da família e estudou na escola somente até a antiga 4ª série primária. Na época, quem desejasse continuar aos estudos se deslocava para o município de Pesqueira, porque na escola do sítio só tinha o ensino primário (WELLEN, 2002, p. 36-37).





Figura 1. Aldeia Cana Brava. Local onde se concentrava o maior número de famílias indígenas com pequenas glebas de terras. Origem familiar dos Caciques.

Xicão casou-se em 1970 com Zenilda Maria de Araújo e juntos tiveram oito filhos. Em 1975, com a intenção de trabalhar como caminhoneiro, Xicão viajou para São Paulo. A vida na capital paulistana não foi fácil; era raro quando alguém conseguia um bom emprego e salário. Enquanto tentava a vida como motorista de caminhão, Xicão ficou doente e os médicos diagnosticaram impossibilidade de cura. Com uma úlcera no duodeno, retornou à terra natal, onde começou a participar das mobilizações com os Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2018; WELLEN, 2002, p. 119-120).





Figura 2. Acima (A) mapa de parte do estado de Pernambuco destacado a seta da capital Recife em direção aos municípios de Pesqueira e Poção região onde está localizado o povo indígena Xukuru do Ororubá. Logo abaixo (B) mapa integral do estado de Pernambuco destacado com as linhas pontilhadas o recorte acima (A). Fonte: Mapa do estado de Pernambuco: político; rodoviário; turístico; estatístico. Edição atualizada. Multimapas, s/d.

Na região Nordeste, os indígenas vivenciaram dois processos de territorialização<sup>4</sup> com características bem distintas entre si. O primeiro, na segunda metade do século XVII, com missões religiosas, quando famílias de nativos de diferentes línguas e expressões socioculturais foram agrupados nos aldeamentos, promovendo o sedentarismo e o catecismo dos indígenas. O segundo processo ocorreu nas primeiras décadas do século XX, quando o governo de Pernambuco reconheceu as terras doadas ao antigo aldeamento missionário de Ipanema em Águas Belas para os “descendentes” dos Carnijós, atuais Fulni-ô, repassando-as à administração do órgão indigenista até os indígenas serem integrados e, posteriormente, serem liberados dessa tutela. O processo de territorialização operou como um mecanismo de assimilação, promovendo de forma compulsória o exercício do paternalismo e da tutela estatal (BEZERRA, 2020; OLIVEIRA, 2004, pp. 24-27).

Nessa perspectiva, o órgão indigenista oficial deliberava os critérios da “indianidade” dos povos indígenas no segundo processo de territorialização. A organização estatal executava ações relacionadas aos povos indígenas em todo Brasil. Dentre essas ações, deu-se o modelo de organizações políticas entre os índios no Nordeste, pois, em quase todos os povos, foram inclusos três papéis diferenciados: Cacique, Pajé e Conselheiro, tomados como “tradicionais” e “autenticamente” indígenas. A indicação dos ocupantes desses papéis era realizada pelo agente indigenista, o chefe local dos Postos Indígenas<sup>5</sup> (OLIVEIRA, 2004, p. 27); com os Xukuru do Ororubá não foi muito diferente.

---

<sup>4</sup> A territorialização deve ser compreendida como um processo de reorganização social do grupos humanos fundamentada em 4 etapas: 1) quando um grupo cria uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora aos demais grupos; 2) quando um grupo se apropria de constituição de mecanismos políticos especializados; 3) quando o grupo redefine o controle social sobre os recursos ambientais e por fim, 4) quando ocorre a reelaboração da cultura e da relação com o passado do grupo (OLIVEIRA, 1998, p. 55). Assim, como os indígenas na Região Nordeste passaram por esse processo durante os cinco séculos de contanto com os não índios.

<sup>5</sup> Depois de alguns anos de investimento na construção de Postos Indígenas PI, o Serviço de Proteção aos Índios SPI o órgão foi criando, ou melhor, recriando a necessidade de documentar todas as suas ações. O importante era registrar tudo, seja no formato de relatório, telegrama ou carta. Assim, as

Pensar a figura do Cacique na perspectiva da territorialização contribui para compreender como os índios são agentes da própria história, agindo politicamente de acordo com seus interesses, muitas vezes subvertendo a lógica “vinda de fora”. Assim, analisamos o uso do cacicado pelos Xukuru do Ororubá a partir do processo de territorialização. Define-se como um processo de “reorganização social” com características bem definidas: as implicações na criação de uma nova unidade sociocultural mediante uma identidade étnica diferenciadora; a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social e os recursos do ambiente e, por fim, a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Nesse contexto, a partir dos anos 1940 e durante a década de 1950, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI)<sup>6</sup> ampliou a sua atuação no Nordeste; criou novos Postos Indígenas (PI), e atendeu à demanda de vários grupos étnicos mobilizados que reivindicaram o reconhecimento oficial enquanto povo indígena e a retomada de suas terras (SILVA, 2017, p. 258).

No órgão indigenista, os agentes da 4ª Inspeção Regional (IR4) do SPI no Nordeste, para justificar as instalações dos Postos Indígenas, realizavam pesquisas de caráter documental em arquivos e bibliotecas, a fim de comprovar a ocupação histórica dos grupos indígenas nas terras de antigos aldeamentos. Portanto, na lógica dos agentes do SPI, além de se apresentarem como os redutores dos últimos “remanescentes” indígenas, estavam convencidos de que os índios eram vítimas indefesas e precisavam ser protegidas e assistidas, para que um dia pudessem ter uma convivência pacífica com os “civilizados” não-índios (SILVA, 2017, p. 258-259).

---

Inspetorias Regionais IR, ficavam responsáveis pelos PI. A IR era a responsável por reunir todas as informações em nível regional dos Postos Indígenas, e enviar à Diretoria do SPI, localizada no Rio de Janeiro, principalmente, em formato de relatório. Portanto, os encarregados e auxiliares tinham o dever de informar todos os ocorridos no interior dos postos, espaços estes, por sua vez, estavam geograficamente muito distantes do centro gestor e regulador dessa política. Com a documentação dessas ações, o governo, através do SPI, construiu uma engrenagem de controle para ter conhecimento do que estava sendo realizado nos rincões do Brasil (ARRUDA, 2015).

<sup>6</sup> O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais SPILTN criado a partir das redes sociais vinculando os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/MAIC, do Apostolado Positivista e do Museu Nacional. E desde a criação em 1906, o MAIC previa a instituição de um serviço para catequese e civilização dos índios para integrá-los a sociedade (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 112). Em 1910 o órgão passou a ser chamado SPI.

As relações dos Xukuru do Ororubá com o SPI, entre os anos de 1949 e o início da década de 1950, foram intensificadas do ponto de vista do assistencialismo. De Recife, a IR4 despachou, em nome do índio Luiz Romão, enxadas destinadas aos índios Xukuru do Ororubá (SILVA, 2017, p. 252).

O “Posto Indígena Xukuru” foi instalado em fins de 1954 e a fundação ocorreu, em grande parte, graças à mobilização dos próprios indígenas. Portanto, dentre as principais ações realizadas, os Xukuru do Ororubá relataram que a instalação do Posto do SPI foi resultado da viagem dos irmãos Nascimento ao Rio de Janeiro; eles se deslocaram a pé para falar com o Marechal Rondon e o Presidente Vargas. Partiram de Pesqueira em 1º de outubro de 1953 e, depois de três meses de viagem, chegaram ao Rio de Janeiro (SILVA, 2017).

Como relatou o indígena Durval Ferreira Farias sobre o ocorrido:

Quando foi à noite tavam eles em Jacarepaguá. O Cândido Mariano Rondon morava lá. Aí ele entregou a ele. Ele chorou. Eles me contaram tudo, os que foram. Aí chorou muito. “— Vou levantar Getúlio Vargas. Vou telefonar pra Getúlio Vargas”. Aí telefonou. Aí Getúlio Vargas disse: “— Mande eles aqui. Mande eles aqui”. Quando foi com dois dias, mandaram ajeitar eles. Mandou ajeitar roupa pra eles, tudinho, e levaram aqueles homens, com os pés todo ferido de andar de pés. Foram de pés. Passaram 90 dias de viagem! Aí chegaram lá eles receberam bem. Passaram 15 dias sendo entrevistado lá. Nesse entremeio as mulheres deles: “— Sinhô, ei vinha aqui. Passava aqui, “Meu marido mataram”. “As notícias é que mataram”. Aí eu vi dizer aqui, um parente meu era escrivão aí, da polícia, e disse: “— Vão matar os índios quando chegarem”. Aí eu fui a Recife, falei com esse advogado, ele chegou e comunicou direto pra Cândido Rondon. Disse: “Tragam uma ordenança, garantindo os três caboclos, que não vão matar quando chegarem, porque foram enredar dos brancos”. Quando deu fé, chegaram. Coronel Zé Guedes chegou com esses índios. Foram lá no Recife... Vieram de navio do Rio de Janeiro prá cá (*apud* SILVA, 2017, pp. 275-276).

Na perspectiva da organização política, a existência de um Cacique reconhecido oficialmente entre o povo Xukuru do Ororubá esteve por muito tempo vinculada às relações institucionais com o Serviço de Proteção aos Índios, após a criação de um Posto Indígena (PI) na Serra do Ororubá. O PI proporcionou a conquista do reconhecimento enquanto índios e o direito à assistência oficial pelo órgão indigenista, além de amenizar as perseguições dos fazendeiros, invasores nas terras do antigo aldeamento, uma vez que o SPI regulava as relações de trabalho (SILVA, 2017, p. 238).

Instalado o Posto Indígena Xukuru, foi adquirida uma gleba de terras das que pertenciam ao Posto, logo “terra indígena”, como afirmou o Pajé “Zequinha”:

Inclusive que em São José, hoje ninguém vai mais atrás porque lá tudo é índio, mas era 14 hectares e hoje se tem três hectares já é muito! Porque tomaram conta, o cara mesmo abriu mão para os brancos. Os brancos tomaram conta, mas hoje tá tudo nas mãos dos índios. Mas fizeram isso ia apertando pouquinho, o Posto era muita terra e ficou desse tamanho (*apud* SILVA, 2017, p. 282).

O PI tinha como objetivo estimular a agricultura: os indígenas produziram e venderiam os produtos cultivados, e o dinheiro seria destinado para a manutenção do grupo étnico. O SPI tinha instituído a figura do Cacique como intermediário entre o órgão oficial do Estado junto aos indígenas – portanto, ele seria o responsável por organizar e distribuir bens enviados para os índios, como alimentos, remédio, ferramentas para agricultura, entre outros. (OLIVEIRA, 2014, pp. 74-80).

O primeiro Cacique “oficial” Xukuru chamava-se Jardelino Pereira de Araújo, nomeado pelo SPI no início da década de 1960 para estabelecer entre os índios o modelo de ordenamento político que vigorava em outros povos do Brasil atendidos pelo órgão indigenista.

Selecionar um representante Xukuru como um intermediário teve também motivações políticas do governo federal, tendo em vista que na época ocorriam as mobilizações das Ligas Camponesas na região, entre 1955 e 1964, em defesa da população rural para obtenção de terras. A experiência do primeiro cacicado exercido por Jardelino não foi pautada por uma força representativa coletiva, e o mesmo ocorreu com o segundo Cacique, Antero Pereira de Araújo, irmão de Jardelino. Antero recebeu o título de Cacique porque o irmão adoeceu na década de 1970, morava no então Sítio Cana Brava e anualmente organizava o ritual religioso do Toré,<sup>7</sup> quando indígenas seguiam para o então vilarejo de Cimbres em datas específicas.

---

<sup>7</sup>O Toré é um aspecto fundamental no sistema cosmológico Xukuru do Ororubá, o significado é polissêmico, pois em alguns momentos, o Toré é um ritual; em outros, uma brincadeira, ou ainda uma dança que integra o ritual. Também dançar o Toré possibilitou a reunião em encontros festivos, com o significado de promover continuidade de rituais, o Toré configurou-se como afirmação da identidade indígena e os direitos à terra, porque houve tempos em que o Toré foi perseguido e proibido por fazendeiros que haviam esbulhados a terra dos Xukuru do Ororubá (SILVA, 2011, p. 190).



Figura 3. Toré na Vila de Cimbres, 2005. Foto Edson Silva.<sup>8</sup>



Figura 4. Toré Vila de Cimbres. Foto: Laércio Assis, 1998.

Passou pelo crivo do SPI a legitimação do cacicado com o objetivo de manter o controle sobre os índios. Antero Pereira exercia a mesma função de distribuição dos objetos recebidos do SPI, com a diferença de residir entre os Xukuru. Ele passou a trabalhar na distribuição dos materiais somente para este povo, e não mais para os outros povos em Pernambuco como fazia o irmão (OLIVEIRA, 2014, p. 82).

Poucos anos depois de assumir o cacicado, Antero Pereira faleceu, deixando os Xukuru por um certo período sem a representação de um Cacique. A morte do Cacique não teve grande repercussão devido à sua baixa representatividade enquanto líder. Nesse vácuo de poder, o Pajé,<sup>9</sup> o líder religioso Pedro Rodrigues Bispo, conhecido como “Seu Zequinha”, se automeinou como liderança maior dos Xukuru, utilizando o poder religioso e prestígio reconhecido no então Sítio Cana Brava, nos rituais de cura e na religião Xukuru.

Portanto, com o prestígio político e credibilidade como líder religioso, apresentou o novo Cacique, José Pereira de Araújo, o “Zé Pereira”, junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), não somente para gerenciar questões do povo Xukuru, mas para reaver as terras dos indígenas. Porém, com a falta de apoio, não ocorreram mobilizações mais intensas para uma retomada das terras, pois havia temor de Zé

---

<sup>8</sup> Os Brasis e suas memórias. Biografia Povo Xukuru do Ororubá. Edson Silva. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba/> Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>9</sup> O Pajé “Seu Zequinha”, sendo o responsável não só pelas curas, mas também pela representação do ritual, surgiu como uma das peças fundamentais com as articulações políticas no processo de constituição e consolidação de lideranças atuantes pela recuperação do território Xukuru do Ororubá. Em entrevista, “Seu Zequinha” afirmou que além de ter ajudado na escolha do novo Cacique, também foi várias vezes ao Recife se informar como poderia reaver o território esbulhado (OLIVEIRA, 2014, p. 83).

Pereira e o envolvimento do Cacique indicado em situações questionáveis (OLIVEIRA, 2014, pp. 82-83).

A oficialização de Zé Pereira como Cacique não envolveu nenhum problema burocrático para legitimá-lo ao cargo. O escolhido se deslocou com o Pajé, Seu Zequinha, até a sede da FUNAI, e informou sua liderança enquanto Cacique, recebendo um documento que o legitimava na função e oficializando o ato pelo órgão tutor dos indígenas. Assim, Zé Pereira, no papel de Cacique, passou a fazer a distribuição de alimentos, sementes e ferramentas destinadas aos Xukuru do Ororubá, além de ser o responsável por organizar uma vez por ano as comemorações festivas religiosas de Nossa Senhora das Montanhas<sup>10</sup> na igreja de Cimbres. O Toré foi o trabalho de maior relevância executado pelo Cacique na época, porque a partir do ritual mantinha-se a tradição, identidade e unidade comum entre os Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014, p. 86).

O Toré, nessa conjuntura da organização sociopolítica dos Xukuru do Ororubá, possibilitou ocasiões de encontros festivos e continuidade do ritual religioso, e também a afirmação de uma identidade indígena expressa na memória coletiva (SILVA, 2017, p. 175). O Toré, como memórias ancestrais dos Xukuru do Ororubá, possibilitou formar um sentimento de unidade, pois:

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. E preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2006, p. 39).

A partir do processo de territorialização, o órgão indígena considerou o Toré como expressão sociocultural, qualificando os Xukuru do Ororubá como índios. Assim, o povo indígena incorporou o Toré para diversas ocasiões, não só como um símbolo de unidade e identidade, mas como uma tradição Xukuru do Ororubá para afirmação e diferenciação de outros povos.

---

<sup>10</sup>A data comemorativa é 2 de julho, quando os Xukuru do Ororubá celebram os festejos de “Nossa Mãe Tamain”, para os católicos romanos “Nossa Senhora das Montanhas” (SILVA, 2017, p. 34).

Essa tradição, pensada como uma discussão da “tradição inventada” e descrita como um conjunto de práticas, normalmente orientadas por regras veladas ou abertamente aceitas, tem como característica a sua natureza ritualista ou simbólica. Seu objetivo é inculcar determinados valores e normas de comportamento por meio da repetição, implicando automaticamente na promoção de uma continuidade do passado por determinado grupo social (HOBBSAWM e RANGER, 2018, p. 8). Ou seja, os Xukuru do Ororubá elaboraram estratégias para afirmar a sua organização sociopolítica mediante as regras impostas pelo órgão do Estado.

Nesse sentido, o contexto do surgimento dos caciques contribui para compreender as diferenças entre a atuação de Xicão como liderança Xukuru do Ororubá em contraposição aos outros indígenas ocupantes do mesmo cargo. Uma das principais diferenças foi o modo como Xicão relacionou-se com o órgão indigenista anterior à sua liderança. Antes de Xicão, vigorava a prática assistencialista do SPI e, posteriormente, da FUNAI, com uma aparência de conformismo na situação vivenciada pelos indígenas. Não ocorrera uma ação mais combativa e de reivindicações de direitos por parte dos caciques representantes do povo Xukuru anteriores a Xicão.

Sobre o cotidiano indígena, muitos deles na época viviam do trabalho na roça e também no sistema de arrendamento, no qual fazendeiros invasores arrendavam aos indígenas parte das terras para plantarem milho e feijão. Dessa forma, os indígenas tinham a obrigação de pagar pelo uso da terra em posse do fazendeiro a quantia de 4 sacas de milho, com o dever de plantar capim e, logo ao fim da colheita, a terra era destinada ao gado.

A situação de exploração se agravou em 1987 quando os fazendeiros ampliaram as áreas de plantio de capim para o gado, diminuindo ainda mais as terras utilizadas para o plantio agrícola destinado ao consumo pelos indígenas. No mesmo período, circulava a notícia de que índios na região Norte do Brasil estavam mobilizados, reivindicando os territórios após o início da “abertura política”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Em meados de 1983, depois da derrota parcial e confusa do governo nas eleições de novembro de 1982 e depois do aprofundamento da crise econômica brasileira nos quadros da crise financeira internacional desencadeada a partir de setembro de 1982, o regime político tecnoburocrático-capitalista implantado no Brasil em 1964, vivia um momento de aprofundamento da sua própria crise e de impasse político (BRESSER-PEREIRA, 1983, p. 5).

O cenário político nacional era pautado pelas mobilizações de parte da sociedade pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, e campanha pelas “Diretas Já!” entre 1983 e 1984, demandando o direito de eleições para Presidente da República. Na sequência ocorreu a campanha nacional pró-Assembleia Nacional Constituinte, construindo as bases dos debates para elaboração de uma nova Constituição.

Assim, nesse processo de transição sociopolítica, o país vivia um momento peculiar, caracterizado por uma ampla participação social. Apesar da derrota do projeto das “Diretas Já”, as manifestações populares realizadas tanto pela Anistia como pelas eleições presidenciais foram muito intensas, principalmente por mobilizarem organizações populares em favor da redemocratização, de forma que estes temas voltaram a ser assunto anos depois e foram discutidos na Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988 (DUARTE, 2017, p. 36).

No contexto da região Nordeste, durante a organização das mobilizações, outros povos indígenas entraram em contato com os Xukuru do Ororubá e, sobretudo com o apoio considerável do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)<sup>12</sup>, atuaram junto aos índios no Nordeste. Em um novo período no processo de organização para os povos indígenas no Nordeste, o Cacique Zé Pereira estava sendo incitado pelo Pajé a participar do acontecimento a fim de reaver o território, iniciando uma nova fase política para os Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014, pp. 88-89).

O período após 1985 pode ser considerado como o momento de maturação da organização política interna dos Xukuru do Ororubá, porque anteriormente a relação do povo indígena com os órgãos indigenistas era marcada pela dependência de um auxílio precário oferecido pelo Estado – através da SPI por um tempo e depois pela FUNAI – nas áreas de saúde, educação e subsistência econômica.

O destino de Xicão como líder Xukuru do Ororubá começou a tomar forma no início dos anos 1980. Ao retornar de São Paulo em 1982, com 32 anos, ele estava

---

<sup>12</sup>O Conselho Indigenista Missionário CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da Ditadura Civil-Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia de todos os seus direitos, inclusive à diversidade cultural.

CIMI-Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: jun. 2020.



doente ao retornar para Cana Brava e fez uma promessa à “Mãe Tamain” para se curar da úlcera no duodeno. No pedido, também pediu que o afastasse do vício de bebida alcoólica. O caso era grave e ele foi encaminhado para Recife. Desenganado pelos médicos, chegou a pesar 50 quilos. Mesmo com o prognóstico Xicão sobreviveu, ficou 36 dias internado e, não se esquecendo da promessa que fizera, firmou que a partir da cura iria trabalhar em prol dos parentes até a hora da morte (OLIVEIRA, 2014, p. 92).

Em 1987 Xicão começou a acompanhar e auxiliar as lideranças Xukuru do Ororubá – o Pajé Seu Zequinha, o Cacique Zé Pereira e outros mais idosos – na busca por recursos para os índios, como, por exemplo, ir até a FUNAI solicitar remédios, sementes e materiais agrícolas, entre outros. Com a participação de Xicão nas ações políticas, essas atividades deixaram de ser exclusivamente realizadas pelo Pajé e pelo Cacique, possibilitando ações de outros indígenas que se integraram ao processo. Desse modo, foram mobilizadas incursões por outros indígenas, que aprenderam quais caminhos recorrer no trato com entidades externas, ONG’s, universidades, CIMI-NE, etc., a fim de angariarem algum tipo de melhoria para o povo indígena. Destaca-se que o contexto histórico do Brasil contribuiu para que as ações se efetivassem, pois ocorria a “abertura política” e os direitos de grupos antes não respeitados gradativamente foram sendo reconhecidos, proporcionando a formação de um terreno fértil para germinar ações cada vez mais efetivas pelos indígenas (OLIVEIRA, 2014, 94-95).

A nova configuração da organização sociopolítica Xukuru do Ororubá evidencia os indígenas como agentes da própria história, tendo em vista a notável capacidade de articulação política que formou alianças e permitiu a apropriação dos contextos nos quais buscavam conquistas para o povo indígena. Onde: “a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira” (CUNHA, 2012, p. 24).

Com o passar do tempo e por meio de sua habilidade argumentativa, Xicão liderou as viagens e discussões por direitos para os povos indígenas. O Pajé Seu Zequinha propôs o posto de Vice-Cacique para Xicão que até então nunca havia existido. O objetivo era deixá-lo mais próximo do Cacique, a liderança principal do grupo. A nomeação de Xicão para o posto de vice serviu para fortalecê-lo enquanto liderança alheia às determinações oficiais da FUNAI, já que a instituição reconhecia

somente o cargo de Cacique. Portanto, esse novo estágio alcançado por Xicão tinha respaldo do Pajé, que, conforme diziam, em uma pajelança em 1970, foi apontado pelos encantados que Francisco de Assis Araújo seria uma liderança – ou seja, escolha da Mãe Natureza. Outro motivo, justificando o posto de Vice-Cacique, era o cumprimento da promessa de Xicão em ajudar o povo em agradecimento à cura milagrosa por meio de “mãe Tamain”. A escolha de Xicão, e não outro índio xukuru, foi amparada no campo do político por suas habilidades e, no do simbólico, por ser uma vontade da Natureza e dos “Encantados” (OLIVEIRA, 2014, p. 95; SOUZA, 2019, pp. 66-67).

#### TEMPOS DE MUDANÇAS: A VIRADA DE 1988 DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Em 1988 ocorreram mudanças mais efetivas nas estratégias políticas dos Xukuru do Ororubá, com mobilizações apoiadas pelo CIMI-NE aos indígenas para defenderem os direitos no momento do debate do texto Constituinte. O CIMI-NE iniciou uma atuação de base no Sítio Cana Brava, local em que os missionários informavam aos indígenas sobre os direitos a serem conquistados participando da Assembleia Constituinte em Brasília-DF. Eram realizadas reuniões com as participações do Cacique e do Vice-Cacique Xicão, com a presença de índios mais idosos e representantes de mais quatro sítios. Essas pessoas foram nomeadas pela FUNAI para distribuição de material e eram considerados “lideranças da FUNAI”. Com a motivação da Assembleia Constituinte na pauta das reuniões e as discussões sobre garantia de direitos, a maior demanda era a reconquista do território. Nesses encontros, os representantes do CIMI-NE enfatizavam para os indígenas as discussões sobre os processos de demarcação da terra e os direitos sobre a realização dos rituais historicamente proibidos (OLIVEIRA, 2014, p. 97; SILVA, 2007, p. 9; SOUZA, 2019, p. 67).

Atuavam pelo CIMI-NE um casal de missionários, moradores na área urbana de Pesqueira, com o objetivo de acompanhar com mais proximidade os Xukuru do Ororubá. A casa dos missionários, em certos momentos, foi utilizada como local para

as reuniões com os indígenas. O momento era oportuno porque os índios desciam a Serra do Ororubá para comercializar na cidade os produtos cultivados.

No entanto, os missionários do CIMI-NE, convivendo diariamente com os indígenas, provocaram significativas mudanças na organização política, contribuindo com informações sobre direitos e com apoio logístico para a viagem à Brasília, de forma que pudessem participar dos debates da Assembleia Constituinte. Também nessa ocasião se reuniram com outros povos na região Nordeste, trocando experiências (FIALHO, 1992, pp. 62-63; OLIVEIRA, 2014, pp. 97-98).

Com o CIMI-NE auxiliando os Xukuru do Ororubá na reivindicação por direitos e na atuação direta junto com o Cacique, ampliaram-se as responsabilidades e, na época, foram abruptas as alterações. Nesse contexto de mobilizações, o papel desempenhado pelo Cacique foi modificado profundamente, porque exigia não só mais disponibilidade para outras atividades além de distribuição de produtos aos indígenas, como também mudanças de posicionamentos com a FUNAI em relação ao território e a valorização da identidade étnica dos Xukuru do Ororubá.

O Cacique Zé Pereira foi pressionado diante das situações:

Pela posição de Cacique, Zé Pereira era chamado a passar de agente passivo, responsável pela mediação entre Funai e índios, a agente ativo na busca por recursos e embate político com essa mesma instância, a fim da conquista da terra e consequente melhoria social para o grupo. Estava sendo criada uma nova forma de ação política no povo, e havia a necessidade de alguém para leva-la adiante, personifica-la. Devemos, no entanto, lembrar que a liderança “oficial” maior do grupo, Zé Pereira, havia sido forjado dentro de uma prática paternalista de sujeição mantida pelo órgão indigenista governamental, que já vinha se arrastando desde a década de 1950 [...] seria difícil esperar uma mudança de comportamento tão ampla que estava sendo esperado (OLIVEIRA, 2014, p. 99).

Com as mudanças da atuação do Cacique, gerou-se a necessidade de adequação para as novas demandas dos direitos discutidos. Destacando-se de modo mais relevante o Vice-Cacique Xicão, uma nova liderança estava se formando; isto, portanto, tornou-se fundamental para a organização sociopolítica dos Xukuru do Ororubá, com o apoio ainda maior do CIMI-NE.

Os missionários, por meio de reuniões, expuseram os “caminhos” a serem trilhados para reivindicação e conquista de direitos na retomada do território e na afirmação da identidade étnica, apresentando relatos das experiências de outros

movimentos sociais e, também, apoiando-os a participar na Assembleia Constituinte. Assim, o CIMI-NE contribuiu com a organização dos indígenas com a apresentação de conteúdos necessários para que a liderança pudesse se preparar para as novas funções e ações.

Ao que diz respeito ao movimento indígena, surgiu na década de 1970 para fortalecer ações conjuntas na angariação de direitos comuns. No fim da década de 1970 multiplicaram-se as Organizações Não Governamentais ONG de apoio aos indígenas, e, no início da década de 1980, organizou-se pela primeira vez um movimento indígena de amplitude nacional, sobretudo para a garantia dos direitos aprovados na Constituição de 1988 (CUNHA, 2012, p. 22; BICALHO, 2010). Ou seja: existiu e existe um protagonismo nas ações dos indígenas na perspectiva dos interesses pelos quais estavam mobilizados.

Entretanto, nos anos de 1988 e 1989, nas ações realizadas no povo Xukuru do Ororubá, o Cacique Zé Pereira exercia um papel secundário diante da atuação do Vice-Cacique Xicão. Não somente nas reuniões como, também, no Conselho Indigenista Missionário e nas entrevistas para jornais. Assim, as matérias jornalísticas começavam a destacar com frequência a atuação de Xicão, sobretudo após a aprovação da Constituição de 1988 quando os Xukuru do Ororubá pressionaram ainda mais a FUNAI para o processo de demarcação do território (OLIVEIRA, 2014, pp. 100-101).

Em entrevista do Vice-Cacique para o *Jornal do Comércio* no Recife, em outubro de 1988, ele questionou a implementação de um projeto agropecuário no território dos Xukuru. Por sua fala, evidencia-se o protagonismo de Xicão como representante Xukuru do Ororubá:

O projeto da Agropecuária Ipojuca S/A, recentemente aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene, é apenas mais um projeto na região que, no entender dos índios, virá a dificultar ainda mais a sobrevivência das aldeias locais. Segundo o vice-cacique Xucurus Francisco de Assis de Araújo, o Chicão, o crescimento da pecuária na região tem causado uma grande escassez de alimentos na região. Sem terras, os índios são obrigados a cultivar as áreas dos fazendeiros, onde só é permitido o plantio e cultivo de milho e feijão. Segundo Chicão, para cada hectare plantado, o trabalhador fornece três sacas de milho ao “patrão”. Por outro lado, não é permitido o cultivo de bananas, mandioca, café ou qualquer outra cultura de maior duração, pois o fazendeiro não permite, uma vez que a terra só deve ser

utilizada para o plantio de capim e culturas que possibilitem forrageiras para ração animal.<sup>13</sup>

Tendo em vista as suas habilidades, Xicão foi o escolhido pelos indígenas para falar com a imprensa após participar de cursos promovidos pelo CIMI-NE. Esses cursos eram para capacitação de lideranças e reuniu também lideranças de outros povos indígenas em Pernambuco. Nessas reuniões, foram realizados debates sobre textos da recém Constituição Federal promulgada, discutidos por membros do CIMI-NE para assessoria no campo jurídico acerca dos direitos indígenas e da importância do território para os Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014, p. 101).

A Constituição Federal aprovada em 1988, reconhecida como a mais progressista na história do país, tem, entre os maiores destaques, a supressão do termo “assimilados” no texto legal e o reconhecimento aos direitos originários dos povos indígenas, sobretudo o direito à posse da terra, aceitando-os, definitivamente, como primeiros senhores da terra (COLLET, PALADINO, RUSSO, 2014, p. 32; CUNHA, 1992, p. 17).

A ação dos indígenas mobilizados por direitos ocorreu durante todo o processo da Assembleia Nacional Constituinte. Os índios ocuparam Brasília e o plenário legislativo no Congresso Nacional, articularam alianças, realizaram diversas manifestações públicas e buscaram apoios para seus interesses. Assim, na última semana antes da votação final do texto da Carta Magna, os indígenas organizaram em fileira um corredor onde era o acesso ao plenário, abordando e questionando cada constituinte que passava por eles.

Ademais, os índios se empenharam em dominar a proposta de direitos que defendiam e em conhecer as propostas contrárias. Para viabilizar a participação indígena nesta fase decisiva do processo constituinte, a ação do Conselho Indigenista Missionário garantiu para os indígenas em Brasília estadia, alimentação e transporte. E quase que diariamente, ao final do dia, os indígenas se reuniam com os assessores do CIMI para avaliar a situação e os resultados obtidos em cada dia de mobilização, e planejavam estratégias para as ações do dia seguinte, continuando assim as reivindicações (ALBUQUERQUE, 2010, p. 7).

---

<sup>13</sup>**Projeto Agropecuário é ameaça.** *Jornal do Comércio*, Recife, 22 de outubro de 1988. Não foi possível identificar a página do referido do jornal.

No processo constituinte, os Xukuru do Ororubá se destacaram e obtiveram certa notoriedade, com participação direta nas discussões da Constituição brasileira aprovada em 1988. Na ocasião, lideranças de todo o Brasil reuniram-se em Brasília para discutir e negociar os Artigos, garantindo os direitos indígenas, e o Vice-Cacique teve ampla visibilidade porque liderou as ações entre vários povos indígenas. Quando a maioria das lideranças experientes nas mobilizações foram impedidas de ter acesso, Xicão conseguiu adentrar o Congresso Nacional para discutir os artigos da nova Constituição que estava sendo elaborada (OLIVEIRA, 2014, p. 101).

Na ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, em entrevista ao Centro Cultural Luiz Freire CCLF, relatou Xicão:

Lá em Brasília de cara as outras lideranças botaram eu pra ser o da frente, para abrir as portas do Congresso Nacional nos trabalhos Constituintes. Eu logo de cara topei essa barra pesada. Não conhecia Brasília, não conhecia o Congresso Nacional, não conhecia a Funai, mas os caras perceberam [as lideranças mais antigas] assim uma... [capacidade de ação naquele momento]. Aí comecei a enfrentar o debate com Marcos Maciel, Sandra Cavalcanti do Rio de Janeiro. (Xicão – CCLF, 1997, *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 101).

O resultado geral da mobilização dos índios na Assembleia Nacional Constituinte foi decisivo para conquista de direitos; garantiram uma legislação favorável à demarcação do território, principalmente na região Nordeste, que estava ameaçada pelo artigo 271 do projeto da Constituição. O referido artigo expressava: “os direitos previstos não se aplicavam aos índios com elevado estágio de ‘aculturação’, que mantinham uma convivência constante com a sociedade nacional e não habitem terras indígenas” (CEDI, 1991, p. 27).

Assim, ocorreu uma ruptura com a perspectiva integracionista, muito presente e discutida por teóricos dos anos 1950 até final dos anos 1980. Outro fator fundamental para a construção de uma nova mentalidade sobre os povos indígenas, na medida em que as constituições brasileiras, até aquele momento, nunca foram representativas aos anseios dos povos indígenas. E sobre os índios diretamente, o paradigma científico de “assimilado” atribuído aos povos indígenas, remetendo à ideia do índio como incapaz e uma identidade em permanente desintegração, caiu por terra – estava fundamentada em uma crença na identidade indígena como fixa.

Em razão do apoio aos povos indígenas, durante os processos da Assembleia Nacional Constituinte, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) enfrentou uma série de difamações pela imprensa, inclusive respondendo a uma Comissão Parlamentar do Inquérito (CPI). As acusações ocorreram porque as mobilizações indígenas e o reconhecimento de direitos na Constituição Federal são empecilhos à expansão capitalista, e o CIMI possibilitou aos indígenas a contraposição a essas forças “desenvolvimentistas”, motivo pelo qual o conselho foi perseguido. Assim, para “ter a presença indígena como entrave para o desenvolvimento brasileiro é uma percepção antiga e justificou a política integracionista até a década de 1980” (FIALHO, 2011, p. 161).

As mobilizações indígenas no período da Constituinte alcançaram êxitos, como observou Saulo Feitosa, um dos membros do CIMI regional Nordeste, afirmando que a participação dos índios foi uma ação decisiva para que a Constituição aprovada em 1988 contemplasse os direitos aos povos indígenas (OLIVEIRA, 2014, p. 102).

Portanto, com a nova Constituição promulgada, o saldo foi positivo, reconhecendo direitos como:

a) o abandono das políticas integracionista e paternalista através do fim da tutela, garantindo aos índios, suas comunidades e organizações a defesa de seus interesses em juízo, com o acompanhamento do Ministério Público; b) a autenticação do direito à língua materna indígena, com uma educação diferenciada; c) a supressão do princípio assimilacionista, herdeiro de uma política de dominação colonial; d) o reconhecimento dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam; e) a vinculação da exploração mineral à autorização do Congresso Nacional; e f) a nulidade de atos que tenham como objeto o domínio e posse das terras indígenas (DUARTE, 2017, p. 111).

Para os Xukuru do Ororubá, o contexto pós-promulgação da Carta Magna de 1988 foi importante para pensar as relações entre os povos indígenas e os territórios, consagrando o reconhecimento sobre os povos indígenas enquanto coletividade socioculturalmente distintas entre si, em crescente notoriedade nos meios de comunicação – representando, assim, um meio de pressionar o reconhecimento dos direitos as terras.

Em 1988, uma situação contribuiu decisivamente para um novo rumo nas mobilizações dos Xukuru do Ororubá e, de certa forma, foi o estopim para ações mais

enérgicas por parte dos indígenas: a aprovação Projeto Agropecuário do Ipojuca, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em setembro de 1988. O projeto permitia a ocupação e uso de dois mil hectares da área habitada pelos indígenas. A aprovação do empreendimento provocou a mobilização dos Xukuru do Ororubá, que se lançaram na tentativa de impedir a implantação do projeto, tornando assim a demarcação do território prioritária e contando com o apoio jurídico do CIMI-NE nos processos de retomadas realizados pelos indígenas (FIALHO, 1992, p. 63-70; OLIVEIRA, 2014, p. 102).

No entanto, os Xukuru do Ororubá reivindicaram o processo fundiário de reconhecimento do território pela FUNAI meses antes. Juridicamente no território não poderia ser instalado nenhum empreendimento. Pressionada pelos indígenas, a FUNAI recuou na autorização sobre o projeto. Houve uma reunião entre membros da FUNAI e os indígenas, registrada em um *Relatório de viagem*, elaborado por dois técnicos da 3ª Superintendência Executiva Regional SUER e datado de 04/11/1988. No documento, consta que os indígenas estavam na área Cana Brava com as indumentárias de palha, cacetes em mãos e em posse do livro da Constituição Federal de 1988. Eles mostraram aos técnicos os artigos que amparavam seus direitos, sobretudo o de demarcação do território. Outro aspecto de relevância, registrado no mesmo documento, foi o Vice-Cacique Xicão confirmando o apoio do CIMI-NE em várias frentes para recuperação das terras indígenas (FIALHO, 1992, p. 66-67).

Diante dessa situação, bastante complexa, em fevereiro de 1989, surgiu um novo conflito. Relataram as ações arbitrárias do delegado municipal de Pesqueira, José Petrônio Góis, conhecido como “Jesus”, que prendeu arbitrariamente o índio Edilson Leite, torturando-o a pedido do fazendeiro Eudin Bezerra. E não bastando o mando pela tortura, o fazendeiro proibiu os indígenas de realizarem o Toré, pois alegava que o ritual era uma preparação para a invasão de “sua propriedade”. O fazendeiro estava disputando as terras com os indígenas, provocando um clima de elevada tensão na região (FIALHO, 1992, p. 69).

As violências ocorridas foram noticiadas no *Jornal do Comércio*:

Os índios Xukurus da Serra do Ororubá, em Pesqueira, denunciaram ontem, na Secretaria de Segurança de Pernambuco, que o delegado Petrônio Góes – conhecido como Jesus – está prendendo arbitrariamente, torturando e



ameaçando de morte todos os integrantes da sua tribo. O 1º Cacique, José Pereira Araújo, e o 2º, Francisco Xukuru, disseram também que os policiais agem em comum acordo com os fazendeiros da região, a fim de tomarem as terras indígenas. Os índios pediram ao secretário de Segurança, Severino Almeida Filho, a demissão do delegado de Pesqueira.<sup>14</sup>

Nesse contexto de conflitos, os indígenas se mobilizaram em torno de um fim comum. O sociólogo George Simmel (1983) chamou de “natureza sociológica do conflito” quando, para um grupo, as principais estratégias necessárias para a resolução de conflitos em oposição a um inimigo comum exterior resultam no surgimento de uma organização com base na centralização e unificação de forças internas ao grupo, direcionando todas as forças para o combate. E, para se atingir esse fim, é necessário o estabelecimento de uma organização diretiva do grupo, concentrando as forças, com o objetivo de desenvolver estratégias com rigorosa eficiência, guiada por uma autoridade centralizadora e tendo as estratégias traçadas a partir do núcleo para o enfrentamento do inimigo.

Assim, nesse ambiente de conflito, a figura de Xicão se moldou como epicentro da organização Xukuru do Ororubá. Com os embates aumentando a intensidade, de forma simultânea, foram acentuadas as mobilizações pela garantia dos direitos indígenas, com os embates jurídicos e administrativos sendo travados para garantia do território. E, nesse contexto, crescia o prestígio do Vice-Cacique Xicão, Francisco de Assis Araújo.

Em 1989, um cenário complexo de alianças políticas e conflitos marcou a mudança de Cacique nos Xukuru do Ororubá. Valores relacionados ao místico, como a pajelança que “revelou” quem um dia seria o Cacique, a cura da doença e a promessa a Mãe Tamain eram informações bem conhecidas ao longo dos anos entre os indígenas. Estas mesmas histórias foram essenciais para a escolha de Francisco de Assis Araújo como líder do seu povo (OLIVEIRA, 2014, p. 103).

Em maio daquele mesmo ano, índios que apoiavam Xicão organizaram uma reunião no Sítio Brejinho para a escolha de um novo Cacique, decidindo pela saída do até então Cacique Zé Pereira. Os indígenas que optaram pela mudança se reuniram e

---

<sup>14</sup> Os silvícolas da Serra de Ororubá, em Pesqueira, disseram ao secretário Almeida Filho que o delegado, conhecido como “Jesus”, está agindo de acordo com os fazendeiros. *Jornal do Comércio*, Recife, 02 de fevereiro de 1989. Não foi possível a identificação da página do referido jornal.

foram até a cidade de Garanhuns na administração da FUNAI solicitar a oficialização de Xicão como Cacique Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014).

O processo de substituição do Cacique Zé Pereira, na época em que a conjuntura política entre os Xukuru do Ororubá estava composta de dois grupos: um do Cacique que exerceu a função até o período citado, mas foi destituído do cargo por não assumir, enquanto líder, a reivindicação do território de modo vigoroso, e o segundo composto por uma comissão de índios apoiadores de Xicão, representantes das aldeias que foram até a Administração Regional na cidade de Garanhuns para oficializar a nova liderança (FIALHO, 1992, p. 70).



Figura 5. Foto do Cacique Xicão, 1998.

Arquivo pessoal de Zenilda Araújo Xukuru do Ororubá (OLIVEIRA, 2014, p. 208).

Quando Xicão assumiu oficialmente como líder Xukuru do Ororubá, a maior parte dos indígenas passou a apoiá-lo, assim como o Pajé, Seu Zequinha. Em contrapartida, o Cacique deposto Zé Pereira, sendo apoiado por um pequeno grupo de indivíduos de Cana Brava, passou a constituir uma oposição à liderança de Xicão, evidenciando mais uma crise com cisões internas em facções. Nessa perspectiva, do embate entre os grupos, para fortalecer a mobilização pelo território e pela identidade Xukuru do Ororubá, foi inserida a imagem personificada de compromisso com o povo, através da ideia do “cacique do povo”, em oposição ao “cacique da FUNAI”. Assim, Xicão seria a liderança escolhida pelos próprios indígenas e não pela FUNAI, firmando

compromisso com os Xukuru do Ororubá e não com o órgão indigenista, ao contrário dos caciques anteriores (FIALHO, 1992, pp. 70-71; OLIVEIRA, 2014, p. 108).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consagração de Xicão como Cacique em 1989 intensificou ainda mais as mobilizações no território indígena. Entre as ações, a primeira foi a unificação de todas as aldeias, muitas isoladas e sem qualquer informação sobre os novos direitos indígenas. Nesse período, foi constituído um Conselho de representantes das aldeias, composto por 24 indivíduos, convocados pelo Cacique e por outras lideranças, como o Pajé.

Nas reuniões, Xicão discutia questões relacionadas ao direito dos índios sobre a terra, realizando um trabalho de base, conhecendo aldeia por aldeia, os problemas e a situação de cada uma, criando um diálogo maior entre os Xukuru do Ororubá. As pessoas que participavam das reuniões foram conhecendo seus direitos. Destaca-se também a participação do CIMI-NE nesta época, acompanhando e auxiliando os debates sobre a nova Constituição. Nestas reuniões, o Cacique falava sobre os novos direitos e o que representavam na prática, a organização indígena, os problemas enfrentados e as conquistas a serem alcançadas.

Ao tratarmos das ações dos caciques anteriores a Xicão nesse tópico, observamos que no final dos anos de 1980 ocorreu a necessidade de se redefinir o papel do Cacique para se alterar as relações dos Xukuru do Ororubá com o Estado. Xicão supria a nova necessidade enquanto liderança, e o seu perfil enquanto Cacique atendia as necessidades daquele momento histórico, seja no fortalecimento da identidade étnica, reestabelecendo e fortalecendo laços sociais, como também articulando e mobilizando os Xukuru do Ororubá no processo de reconquista territorial com as retomadas.

O contexto das mobilizações dos Xukuru do Ororubá para retomada do território esteve relacionado a uma série de circunstâncias históricas, dentre as quais a rede de relações com o CIMI-NE, a participação no processo constituinte, a Constituição Federal de 1988, o impedimento da realização do Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca e a nova liderança: o Cacique Xicão.

Somadas às perseguições do Delegado Jesus aos indígenas a mando dos fazendeiros, foram denunciadas à Procuradoria da República no Recife, em outubro de 1988, as tentativas de implantação do Projeto Agropecuário Vale do Ipojuca que a FUNAI tinha participação direta, por ser era o órgão que poderia legitimar por meio de liberação de documentos a regularização do projeto. Em face do contexto e da tensão suscitada, o órgão indigenista ainda era responsável pela não regularização oficial da área indígena.

A situação conflitante, entre os Xukuru do Ororubá e as dificuldades enfrentadas pressionou a FUNAI a tomar medidas para tentar solucionar o problema das terras para os indígenas, iniciando o processo demarcatório com o reconhecimento oficial do território.

#### REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Ser índio ou não ser: embates por direitos históricos e constitucionais. **Revista Historiar** -Universidade Estadual Vale do Acaraú, v.3. n. 3 (jul./dez. 2010). Sobral-CE: UVA, 2010. [www.uvanet.br/revistahistoriar].
- ARRUDA, Lucybeth Camargo de. Espacialidades concebidas e construídas: as fotografias dos postos indígenas do SPI em Mato Grosso. **Fronteiras & Debates**, v. 2, n. 1, jan./jun. Macapá, 2015.
- Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras> . Acesso: set. 2021.
- BEZERRA, Deisiane da Silva. **Com os índios: Padre Alfredo Dâmaso, os Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Universidade de Brasília. Brasília, 2010. (Tese em História).
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Os limites da “abertura” e a sociedade civil**. Rev. adm. empresa. 23 (4) p. 5-14. Rio de Janeiro, 1983.
- CEDI. **Centro Ecumênico de Documentação e Informação**. Povos indígenas do Brasil 1987/88/89/90. São Paulo: CEDI, 1991.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.
- CRUZ, Paulo Márcio. **Política, Poder, Ideologia & Estado Contemporâneo**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- CUNHA, Manoela Carneiro. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

- CUNHA, Manuela Carneiro. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ SMC/FAPESP, 1992.
- DUARTE, Aimée Schneider. **Agenda oculta: a Constituinte de 1987-88 e seus fundamentos culturais**. Niterói/RJ, 2017 (Dissertação Mestrado em História UFF).
- FIALHO, Vânia Rocha de Paiva e Souza. **Tensões e dinâmicas territoriais: povos e comunidades tradicionais no contexto do desenvolvimento de Pernambuco**. Raízes (UFPB), v.31, nº1, p.151-163, 2011.
- FIALHO, Vânia. **As fronteiras do ser Xukuru: estratégias e conflitos de um grupo indígena no Nordeste**. Recife, UFPE, 1992 (Dissertação Mestrado em Antropologia).
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, Geisa Regina Barros de. **“Esse negócio de Tupã...”** – um estudo sobre a construção da figura indígena em A lenda dos cem de Gilvan Lemos. Recife: UFPE, 2000 (Dissertação Mestrado em Teoria da Literatura).
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Área: Ciências Humanas. **Mana**, Volume: 4, Número: 1, Publicado: 1998.
- OLIVEIRA, Kelly. **Biografia Xicão Xukuru**. Rio de Janeiro, 2018. (Publicação no site: Os Brasis e suas memórias – projeto financiado pela CAPES). Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/xicao-xukuru/>. Acesso: mai. 2020.
- OLIVEIRA, Kelly. **Guerreiros do Ororubá: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xukuru**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.
- SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2. ed. Recife, EDUFPE, 2017.
- SILVA, Edson. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. **Tellus** (Campo Grande), v. 7, p. 89-103, 2007.

SILVA, Edson. **Biografia Povo Xukuru do Ororubá. Os Brasis e suas memórias.**

Disponível em: [https://osbrasisesuasmemorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba /](https://osbrasisesuasmemorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba/)  
Acesso: 30 ago. 2021.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES F., Evaristo de (Org.). **George Simmel: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134.

SOUZA, Edimilson Rodrigues de. **Na mata tem ciência e eu vou mandar chamar:** transformação do cacique Xicão Xukuru em mártir-encantado. Revista Calundu. v. 03, p. 58-79, 2019.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade:** Fundamentos de Sociologia Compreensiva. 3ª ed. Brasília: UnB, 1991.

WELLEN, Aloys I. **O regresso:** o difícil regresso à mãe natureza; o caso do povo Xukuru do Ororubá. João Pessoa: Manufatura Editora, 2002.

#### ENTREVISTAS PUBLICADAS EM OUTRAS FONTES

Durval Ferreira Farias, Bairro Xucurus, Pesqueira in SILVA, 2017, pp. 275-276.

Francisco de Assis Araújo, “Xicão” – CCLF, 1997, p. 73 in OLIVEIRA, 2014, p. 101.

Pedro Rodrigues Bispo, “Seu Zequinha”, Bairro Baixa Grande, Pesqueira/PE in SILVA, 2017, p. 282.



## LIBERALISMO EM RETROSPECTIVA: O OLHAR SOBRE UMA IDEOLOGIA NA RELAÇÃO COM O BRASIL RECENTE

*Allan Freire do Nascimento*<sup>1</sup>

**Resumo:** Do século XVII ao XX houve a construção teórica da ideologia conhecida por liberalismo, bem como sua modificação até a chamada versão neoliberal. Tendo bebido das fontes clássicas e surgida na Guerra Fria, este neoliberalismo apresentou intentos que iriam para além do indivíduo e de fronteiras nacionais. Seu globalismo ganhou terreno com a crise do socialismo real nas últimas décadas do século XX. Em meio a isto, vimos um Brasil saído de uma ditadura civil-militar de vinte anos, portanto, em um processo de redemocratização que almejava desenvolvimento econômico e social, mas sem uma robusta confiança popular nas políticas de esquerda para solução dos problemas nacionais. Reflexo disto foram os presidentes eleitos nos primeiros pleitos da volta da democracia e de gestões com tônica neoliberal (Fernando Collor e Fernando Henrique). Contudo, mesmo a chegada de um partido de esquerda ao poder (com gestões de Lula e Dilma Rousseff, sob o Partido dos Trabalhadores) não marcou ruptura ou grande distanciamento de medidas neoliberais. Com objetivo de apresentar uma revisão histórica do liberalismo e formar conceitos primordiais acerca da ideologia liberal, é proposta uma análise que identifique marcadores ideológicos do neoliberalismo em falas de presidentes brasileiros eleitos de 1990 a 2016. De tal maneira, é buscada a resposta para a hipótese que embasa este trabalho: que conceitos servem de lente analítica para buscar e identificar onde está o neoliberalismo em falas presidenciais do Brasil da redemocratização?

**Palavras-chave:** Brasil; Presidentes; Neoliberalismo; História; Política.

### LIBERALISM IN RETROSPECTIVE: A LOOK AT AN IDEOLOGY IN RELATION TO RECENT BRAZIL

**Abstract:** From the 17th to the 20th century, there was the theoretical construction of the ideology known as liberalism, as well as its modification until the so-called neoliberal version. Drawn from classical sources and emerged in the Cold War, this neoliberalism presented intents that would go beyond the individual and national borders. Its globalism gained ground with the crisis of real socialism in the last decades of the 20th century. Amidst it, we saw Brazil emerging from a twenty-year civil-military dictatorship, therefore, in a process of redemocratization that aimed at economic and social development, but without a strong popular confidence in left-wing policies to solve national problems. As a reflection of this, the elected presidents in the first elections after the redemocratization had clearly neoliberal administrations (Fernando Collor and Fernando Henrique). However, even the arrival of a left-wing party to power

---

<sup>1</sup>Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGCP/Unirio).  
E-mail: idic@hotmail.com

(with Lula and Dilma Rousseff, under the Workers' Party) did not mark a rupture or a great distance from neoliberal measures. In order to present a historical review of liberalism and form key concepts about liberal ideology, an analysis is proposed to identify ideological markers of neoliberalism in the speeches of Brazilian presidents elected from 1990 to 2016. This way, we seek the answer to the hypothesis that underlies this work: what concepts serve as an analytical lens to seek and identify the neoliberalism present in Brazil's presidential speeches of redemocratization?

**Keywords:** Brazil; Presidents; Neoliberalism; History; Politics.

## INTRODUÇÃO

Por meio de um panorama histórico da ideologia liberal desde sua origem (século XVIII) até sua versão neoliberal (século XX), este artigo contribui para identificação de marcadores ideológicos no estudo de fontes documentais. Desta feita, importante esclarecer acerca do conceito de ideologia aqui utilizado, bem como sobre a própria definição de marcadores ideológicos.

O escopo do entendimento para “ideologia”, a despeito de tantas concepções ao longo do tempo e pensadores, é tão somente de que as ideias:

“...propiciam uma perspectiva para a compreensão e a explicação do mundo. As pessoas não veem o mundo tal como é, mas apenas como esperam que seja: em outras palavras, elas veem o mundo através de um véu de pressupostos, opiniões e crenças arraigadas. Conscientemente ou não, todos apoiam um conjunto de crenças e valores políticos que guiam comportamentos e influenciam sua conduta. Assim, as ideias e ideologias políticas estabelecem metas que inspiram a ação política.” (HEYWOOD, 2010, pp. 16-17)

A respeito do que se entende por “marcadores”, referem-se a termos ou passagens de discursos que denotem a presença de uma dada ideologia (neste caso, a ideologia liberal). Quer dizer, com a exposição de um histórico do liberalismo para bem compreender pressupostos desta ideologia – comparando passado e atualidade – são definidos contornos para “marcadores ideológicos de discurso”. Assim, apresentam-se elementos essenciais que podem ser buscados e identificados em diferentes falas (escritas ou não) no intuito de encontrar uma essência, linha-mestra ideológica, que desmistifique e esclareça sobre que ideias cimentam uma realidade que se quer construir por parte de uma pessoa ou grupo.



O objetivo é que este trabalho apresente uma revisão histórica do liberalismo e seja uma contribuição teórica para análises de conteúdo, especialmente para discursos políticos. Em seguida, a análise geral de todo este processo de consolidação atual do liberalismo é considerada para a formação de elementos básicos (marcadores ideológicos) de seu entendimento, como já discorrido.

A hipótese é que o presente artigo consolide identificadores de uma específica ideologia em diferentes falas que sirvam de documentos a serem analisados (especialmente em termos de comunicação política). Em outras palavras, que este estudo apresente uma plataforma teórica da qual se podem indicar pressupostos básicos da presença do neoliberalismo para análise de fontes, em especial, desta ideologia nas falas presidenciais de um país pós-guerra fria e pós-ditadura. Portanto, um Brasil que – apesar das diferentes orientações dos diferentes governantes a partir de 1990 – possa, de discursos estudados, nos responder à pergunta: em que medida e onde está o neoliberalismo?

É feita uma relação com o Brasil recente, em fase de redemocratização após um período ditatorial civil-militar e após crise do socialismo real. Mais especificamente, são lançados olhares sobre quatro governos (Fernando Collor, Fernando Henrique, Lula e Dilma Rousseff) por se tratarem de presidências eleitas nas respectivas cabeças de chapa e abrangerem gestões fechadas (dado que último pleito, de 2018, ainda segue em curso) no período analisado.

Expostas a fundação da teoria liberal e sua metamorfose até o século XX, serão brevemente pontuadas as ações de governos notórios por representarem esta adesão à filosofia liberal como conjunto de ações em um espectro político de direita, em especial a partir dos anos 60 e 70 do século XX. Mais especificamente, são referidos os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher que, antes deles próprios, já tinham como referencial o caso chileno, tal qual um laboratório para políticas neoliberais iniciado de forma sangrenta em uma ditadura civil-militar na sequência de um governo anterior em oposição no espectro político.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Referência aqui ao governo de Salvador Allende, presidente eleito pelo Partido Socialista chileno que com sua política de “via chilena para o socialismo” propunha a passagem do sistema capitalista para o socialista em seu país através da “ascensão do proletariado na nova sociedade que se construiria, o rompimento com as velhas instituições, a edificação de novas forças produtivas, as novas formas de democracia, etc.”. (BORGES, 2005, p. 16)

Entende-se que o termo “liberal” é polissêmico, na medida em que teve diferentes entendimentos por diversos autores ao longo do tempo até os dias atuais, em que prossegue levantando conjecturações a seu respeito, tanto em termos filosóficos quanto em termos de análises sobre políticas públicas.

Importante lembrar que este trabalho analisa a definição de parâmetros mínimos para identificação de marcadores neoliberais. Não se trata, claro, de um trabalho definitivo sobre o que é uma fala, publicação ou personagem categoricamente neoliberal, mas tão somente para encontrar elementos desta ideologia. É, assim, destacar que a linguagem (falada e/ou escrita) destaca elementos identificáveis de uma certa ideia que pode apresentar, por exemplo, linhas-mestras em termos de entendimento de um governante acerca de política e economia para desenvolvimento de um país. Emblemático desta relação entre linguagem e ideologia é o que destaca Michael Freedden:

De um modo similar as ideologias, que se expressam primeiramente por meio da linguagem, podiam ser vistas como fenômenos que contém suas próprias particularidades gramaticais. Mais ainda, as palavras – e combinações de palavras – portavam significados específicos: seus sons e letras (os símbolos) indicavam algo mais do que estava sendo no significado. (FREEDEN, 2003, p. 45)

Portanto, não é o liberalismo um termo/significante com ausência de entendimento definido, e nem algo que deve sua existência a tomar emprestado o que representa de outros significantes. Em verdade, o que há é um cabedal teórico (clássico e contemporâneo) que viabilize um entendimento do que é o liberalismo, seus fundamentos e pensadores, e de como este vai se transformando ao longo do tempo até chegar o momento em que se torna o embasamento teórico para a elaboração e implementação de políticas públicas nos séculos XX e XXI, em especial após a crise do mundo socialista com a queda do muro de Berlim e desintegração da União Soviética.

#### DEIXAI FAZER, DEIXAI PASSAR, DEIXAI CAMINHAR O MUNDO POR SI MESMO

A frase que dá título a esta seção é um notório epíteto que se liga e ilustra o surgimento do liberalismo, bem como seus valores, ao menos um deles: a total

liberdade, num sentido de desregulação para diferentes atividades no mundo. Mais especificamente, seria a liberdade em associação com o individualismo formando pilares do liberalismo, marcando a preponderância do indivíduo frente à coletividade.

Em outros termos, frente a um poder estatal sob uma égide liberal, um governo teria grandes limitações em suas pretensões de lançar normas que de alguma maneira interferissem na vida de seus cidadãos. Trata-se, portanto, de liberdades negativas, o direito de não-interferência do Estado em diferentes aspectos da vida de seus governados, como questões comerciais e tributárias.

Sendo este um trabalho que bebe da fonte de análise e revisão sobre ideologias, é impossível não fazer comparativos com outras lentes ideológicas que, não à toa, podem gerar confusão, dados alguns elementos similares que os compõem, mas podem também muito explicar sobre um dado conjunto de ideias.

Em estudos sobre as características das ideologias, ao tratar acerca de desregulação do Estado sobre o indivíduo, é muito comum nos remetermos ao perfil do anarquismo, afinal:

A ideologia anarquista baseia-se no princípio de que a autoridade política é nociva e desnecessária em todas as suas formas, em especial na forma de Estado. Os anarquistas, portanto, aspiram a criação de uma sociedade sem a presença dele, por meio da abolição da lei e do governo. Eles consideram o Estado nocivo porque, como repositório da autoridade soberana, compulsória e coerciva, ele é uma ofensa aos princípios de liberdade e igualdade. Dessa forma, o valor fundamental do anarquismo é autonomia pessoal irrestrita. Também consideram o Estado desnecessário porque acreditam na possibilidade de a ordem e a harmonia social surgirem natural e espontaneamente, não tendo de ser impostas “de cima para baixo” pelo governo. Isso chama atenção para o caráter utópico do pensamento anarquista, que se reflete sobretudo em pressuposições extremamente otimistas acerca da natureza humana. (...) O anarquismo baseia-se em duas tradições ideológicas bem diferente: o liberalismo e o socialismo, e tal fato resultou em duas formas antagônicas de anarquismo o individualista e o coletivista. (HEYWOOD, 2010, p. 179)

Porém, há um ponto essencial na diferenciação entre anarquismo e liberalismo. Enquanto o primeiro critica profundamente o sistema de acumulação capitalista como ferramenta para obtenção da liberdade, o liberalismo surge e se fortalece na ideia de que é a partir da acumulação de propriedade que se obtém o reconhecimento social e a liberdade do indivíduo, resultados de sua merecida e individualizada proatividade em

não se deixar abater pelos percalços da existência para se destacar, em especial materialmente.

É compreensível como o anarquismo se assemelha mais ao comunismo em termos de crítica ao capitalismo e fim do Estado, do que com o liberalismo, que também critica o Estado, porém, não tão em demasia que totalmente desdenhe de sua existência para exatamente poder garantir os valores liberais. Neste sentido, muito mais devedor de Quesnay do que de Proudhon ou Bakunin é o liberalismo, ou seja, foram fisiocratas os que lançaram as bases para os fundadores do liberalismo.

### QUANDO A AGRICULTURA PROSPERA, TODAS AS OUTRAS ARTES FLORESCEM COM ELA<sup>3</sup>

A fisiocracia, primeira escola de economia científica, foi a teoria que colaborou para a formação da ideologia liberal. Contudo, sua importância só teve um destaque e reabilitação no sentido de reconhecimento de importância na contribuição teórica por parte de Karl Marx:

A doutrina fisiocrática do Dr. Quesnay constitui a transição do sistema mercantilista para Adam Smith. A *fisiocracia* é, de modo imediato, a dissolução nacional-econômica da propriedade feudal, mas, precisamente por isso, é, de modo imediato, a transformação nacional-econômica, a recomposição (*Wiederherstellung*) da mesma, agora com uma linguagem que se torna econômica, e não mais feudal. Toda a riqueza é resolvida na terra e no cultivo da terra; (agricultura) a terra não é ainda capital, ela é ainda um modo particular de existência do mesmo, que deve valer em sua e pela sua particularidade natural; mas a terra é, contudo, um elemento universal-natural, ao passo que o sistema mercantilista somente conhece como existência da riqueza o metal nobre. O objeto da riqueza, sua matéria, recebeu logo, portanto, a mais alta universalidade no interior da fronteira natural – enquanto que com a natureza é, imediatamente, riqueza objetiva. E a terra só é para o homem mediante o trabalho, a agricultura. Desta forma, a essência subjetiva da riqueza já é transferida para o trabalho. A agricultura é, porém, ao mesmo tempo, o trabalho unicamente produtivo. Assim, o trabalho não é ainda apreendido em sua universalidade e abstração, ainda está ligado a um elemento natural particular como [sendo] sua matéria, portanto ele também ainda é reconhecido apenas num modo de existência particular determinado pela natureza. (MARX, 2010, p. 101)

---

<sup>3</sup> A citação foi proferida por Sócrates e está presente na abertura da obra Quadro econômico dos fisiocratas, de François Quesnay (PETTY e QUESNAY, 1996, p. 211). E a escolha pela citação parece ter sido bem apropriada, pois reflete e resume bem a fisiocracia: a propriedade da terra como medida para o trabalho e a riqueza.

Essa obra de Marx se trata de uma compilação de textos em cadernos que tinham como principal análise a economia, principalmente em Adam Smith. Desta forma, era reconhecido o valor da fisiocracia como uma doutrina que explicava a transição entre o mercantilismo e a ideologia liberal. E mais, em sua análise marca a passagem do modo de produção feudal para o início do modo de produção capitalista.

Em sua crítica, Marx destacava que era a busca da riqueza o que movia o sistema econômico antes do liberalismo. Porém, como era a terra/propriedade agrícola a fonte da prosperidade para fornecer insumos para a sociedade, havia limitações demarcadas tanto pela obriedade da finitude do solo quanto pelas limitadas capacidades naturais que o seu cultivo permitia. Assim, não se poderia acumular indefinidamente o solo. E onde não houvesse, ou fosse mínima, a possibilidade de trato da terra, certamente não seria interessante seu cultivo. Portanto, é explicitado que o conceito de trabalho trazido pelos fisiocratas dava-se no entendimento de uma necessária relação com a produção agrícola e não em sentido mais amplo, como de toda e qualquer atividade laboriosa (ligada ou não à agricultura) vendida e objetivando a oferta de um produto ou serviço a ser revendido para adquirir lucro no processo.

Como alternativa ao trabalho agrícola, se destacava pelo século XVI a atividade comercial, sendo o dinheiro a nova referência de riqueza, e com um grande diferencial em relação à terra – a falta de limites para sua acumulação. Um processo de geração de valor bem explicitada da seguinte forma, quando Marx expõe características do mercantilismo, início do capitalismo (comercial) e seu desenvolvimento para o capitalismo industrial:

O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente. D-D, dinheiro que cria dinheiro – *money which begets money* – é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas. Comprar para vender, ou, mais acuradamente, comprar para vender mais caro, D-M-D, parece ser apenas um tipo de capital, a forma própria do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro que se transforma em mercadoria e, por meio da venda da mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro. Eventos que ocorram entre a compra e a venda, fora da esfera da circulação, não alteram em nada essa forma de movimento. Por fim, no capital a juros, a circulação D-M-D aparece abreviada, de modo que seu resultado se apresenta sem a mediação ou, dito em estilo lapidar, como D-D, dinheiro que é igual a mais dinheiro, ou valor que é maior do que ele mesmo. (MARX, 2011, p. 289)

A teoria de valor, portanto, não foi consistentemente formulada na fisiocracia. No entanto, não significa que não tenha lançado questões teóricas de reflexão para o liberalismo. Pois, se por um lado, fisiocratas promoviam um sistema tendo por centro a natureza – em especial a terra agrícola – como fonte da riqueza; o liberalismo a partir de Adam Smith, já destacaria o indivíduo, sua iniciativa e uma nova noção de acumulação, o capital, como mobilizadores da economia e da sociedade.

Para a fisiocracia havia a consideração a respeito da divisão em três classes que comporiam aquela sociedade, tal qual afirmou o próprio Quesnay: “A nação se reduz a três classes de cidadãos: a classe produtiva, a classe dos proprietários e a classe estéril.” (PETTY e QUESNAY, 1996, p. 211). Assim, Smith elabora sua análise para uma situação mais ampla de relação não entre classes, mas para duas categorias de indivíduos, empregador e trabalhador, em uma relação do que seria estabelecido como pagamento (salário) a ser pago ao trabalhador.

Ademais, o termo “laissez-faire” nasce na fisiocracia, pois já defendia um Estado mínimo, porém não menos que o necessário para promoção da atividade agrícola e da defesa da propriedade do proprietário do principal meio de produção (o solo). Tais características remetem ao que o liberalismo iria desenvolver para proteção da propriedade privada e da acumulação ilimitada referente ao que as propriedades permitissem negociar, portanto, para além da terra como referência, dado que seria a era do capital em seu nascedouro.

#### INVESTIGANDO AS CAUSAS DA RIQUEZA

Um ponto curioso a destacar na relação entre as produções de François Quesnay e Adam Smith é que ambos foram contemporâneos. Suas obras-primas, “Quadro Econômico” e “A Riqueza das Nações”, separam-se por um período de apenas 17 anos (respectivamente, 1759 e 1776). Inclusive, ambos os pensadores travaram contato pessoal em 1764, rendendo troca de pensamentos que colaboraram para as reflexões de Smith em sua obra de 12 anos depois.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O tradutor Norberto de Paulo Lima relata este evento na introdução ao livro traduzido de Adam Smith, quando discorre brevemente sobre uma viagem de Smith à Toulouse, na França, passando pela Suíça no caminho: “Nesta viagem, não só teve contato com Voltaire, na Suíça, como com os fisiocratas franceses, os primeiros teóricos reais da economia, e os primeiros a se denominarem *Économistes*. Já estava

O contato com fisiocratas e iluministas franceses ajuda a entender como a teoria econômica elaborada com Smith fez com que a ideologia liberal também tivesse relação com o iluminismo. Afinal, tanto em um pensamento quanto no outro se encontra como ponto de interseção o valor à liberdade e à ação do indivíduo, sendo ilustrativo o que dizia Kant em um de seus textos, justamente de título “Resposta à pergunta: O que é o iluminismo?”

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (KANT, 1784, p. 5)

Não a coletividade, mas a iniciativa individual é utilizada como métrica para a superação de obstáculos e destaque na sociedade. E tal iniciativa tem a recompensa do sucesso mediante o quanto de acúmulo de capital (proveniente da terra fisiocrata ou do capital comercial do século XVIII) se poderia obter e gradativamente incrementar com a passagem do tempo, mesmo que pautado pela aceitação de que muitos homens poderiam não se ver envolvidos por esta proatividade, pelo menos não ao ponto de levá-lo aos louros da fortuna (tanto do ponto de vista social quanto pecuniário, uma relação necessária sob o ponto de vista liberal). E mesmo na retomada dos valores clássicos do século XVIII, o neoliberalismo terá, entre outros elementos, a liberdade individual como um de seus grandes fatores. E esta liberdade, juntamente com a dignidade, “são por si mesmos profundamente valiosos e comoventes. Foram esses ideais que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do leste europeu e da União Soviética antes do final da Guerra Fria.” (HARVEY, 2005, p. 15).

Assim como a individualidade e a liberdade são primordiais para o liberalismo, também o são: razão, justiça e tolerância. E tais pressupostos se escoram nas análises de Andrew Heywood em suas explicações sobre características de ideologias clássicas.

---

familiarizado com as suas teses, e Hume abriu-lhe as portas dos círculos letrados, praticando com o próprio Quesnay, Necker, d’Alembert, Helvetius, Marmontel, e mesmo Turgot.” (SMITH, 2017, p. 7)

Há uma forte relação da individualidade com o entendimento sobre meritocracia. Isto ocorre na medida em que o indivíduo ganha destaque social e financeiro mediante o sucesso de suas ações. O mérito é construído, a despeito das adversidades do empreendimento. Contudo, é importante destacar que a meritocracia, em especial, foi um termo cunhado no século XX<sup>5</sup>, e serviu muito mais à retomada dos valores clássicos no neoliberalismo do que em uso categórico nos séculos XVIII e XIX.

Trata-se da liberdade em relação com a propriedade, ou seja, ser livre para acumular sem estar limitado por diretrizes religiosas ou governamentais, que de forma alguma representa a inexistência de um Estado, mas sim a presença dele desde que em suas leis não seja afetada a vontade do indivíduo em seguir o próprio caminho e acumular.

Frente ao acima exposto, são ilustrativas as passagens da obra do final do século XVII de John Locke:

...ou seja, uma liberdade para cada um fazer o que lhe aprouver, viver como lhe agradar e não estar submetido a lei alguma. Mas a liberdade dos homens sob um governo consiste em viver segundo uma regra permanente, comum a todos nessa sociedade e elaborada pelo poder legislativo nela erigido: liberdade de seguir minha própria vontade em tudo quanto escapa à prescrição da regra e de não estar sujeito à vontade de outro homem. Assim como a liberdade da natureza consiste em não estar sujeito a restrição alguma, senão à da lei da natureza. [...] Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma "propriedade" em sua própria "pessoa"; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. Podemos dizer que o "trabalho" do seu corpo e a "obra" das suas mãos são propriamente seus. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens. Desde que esse "trabalho" é propriedade indiscutível do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que foi por ele incorporado, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros. (LOCKE, 1998, p. 402)

Outro autor que ilustra a conceituação de liberdade foi Stuart Mill, ao afirmar que o “único propósito de exercer poder legítimo sobre os membros de qualquer

---

<sup>5</sup> A origem do termo se deve à obra, publicada pela primeira vez em 1958, “The Rise of Meritocracy” (YOUNG, 2017).



comunidade civilizada, contra a vontade deles, é evitar danos a outros.” (MILL, 2017, p. 63).

Há de se considerar que as categorizações que compõem o entendimento sobre o liberalismo para este trabalho (sintetizada em tabela comparativa ao final) formam um conjunto de elementos interseccionais, portanto, tem uma relação de mescla onde a importância e significado de uma só ganham corpo na relação com as demais.

O liberalismo, por influência do iluminismo, se marca também pela aversão ao obscurantismo. É ser contrário a explicações metafísicas – em especial de caráter religioso –, sem fundamentos científicos que explicassem uma lógica para suas ocorrências.

Se é todo homem livre e merecedor da liberdade para desenvolver diferentes habilidades dentro do tanto quanto for capaz, este homem naturalmente vai procurar se destacar dentre os demais. E se busca prosperidade material, deve antes entender que esta será um reflexo, ou seja, consequência do aguçamento de sua capacidade racional. É poder argumentar e identificar problemas, propor soluções e resolvê-los, admitindo a ocorrência de erros ou mais, esperando que eles aconteçam como eventos não esperados, sendo importantes para aprendizagem e aprimoramentos intelectual e moral.

É a categoria da justiça um elemento do liberalismo clássico que também remete aos pressupostos da meritocracia, na medida em que oferece a cada indivíduo o que lhe é devido em recompensa ao seu esforço. Trata-se de um entendimento de justiça que também reflete o entendimento acerca de igualdade sob o referencial liberal, onde admitem-se igualdades jurídicas, políticas e de oportunidades em que:

A primeira enfatiza a “igualdade perante a lei” e afirma que todos os fatores não jurídicos são totalmente irrelevantes ao processo de decisão jurídica. A segunda é expressa na ideia de “uma pessoa, um voto; um voto, um valor”, e sustenta o compromisso liberal com a democracia. Em terceiro lugar, os liberais endossam a crença na igualdade de oportunidades. Cada indivíduo deve ter as mesmas chances de ascender na escala social. (HEYWOOD, 2010, p. 46)

Percebe-se que há limitações ao liberalismo, no sentido de considerar desigualdades sociais e econômicas estruturantes que geram diferentes formas de

acesso a oportunidades que, portanto, uma visão mais crítica da meritocracia faz perceber que, em verdade, há diferentes métricas sociais para cada tipo de pessoa ou grupo que possuem diferentes recursos já desde seus berços.

E, como último tópico das categorizações, está a tolerância. Esta é entendida como representação de um pressuposto para a liberdade pretendida, que se constrói da argumentação, do debate e, naturalmente, não há debate se não houver a consideração pelo contraditório, eventual divergência de ideias.

Importante lembrar a razão (forte influência do iluminismo) entre pressupostos do liberalismo clássico que se pauta pela investigação e argumentação científicas que só se moldam pela experimentação. Ou seja, trata-se do constante processo de tentativa e erro, não apenas sob uma ótica de ações laboratoriais, mas também pela crítica que se coloca na exposição de pensamentos e resultados perante outros homens, com intuito de buscar a oportunidade de se autoafirmar na certeza do método aplicado ou na consideração de melhores entendimentos outrora não vistos.

## REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E IMPERIALISMO

Com a revolução industrial do século XVIII, passou-se a desenvolver a indústria como nova frente para acumulação capitalista e liberal, passando a mesclar-se com o capitalismo comercial. Tal desenvolvimento foi a tônica de países desenvolvidos economicamente e que acabaram por gerar um sistema desigual em termos de injusta balança comercial internacional, como a praticada com a América Latina em termos de compra de matérias-primas de americanos e oferta de produtos industrializados e maquinário industrial, portanto, a compra de materiais a preços bem menores do que os oferecidos pelo processamento industrial.<sup>6</sup>

A partir deste momento, visando novos mercados consumidores, tratava-se da iniciativa de governos para dominar política, econômica e militarmente diversas regiões do planeta. Era a formação de monopólios globais, como bem resume Lênin:

---

<sup>6</sup> Interessante passagem do livro do historiador Eric Hobsbawm destaca um relevante interesse de investimentos na América Latina em fins do século XIX: “O investimento estrangeiro na América Latina atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada, e tanto a Argentina como o Brasil atraíram até 200 mil integrantes por ano.” (HOBSBAWM, 2005, p. 59)

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1. Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2. Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro; 3. Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 2010, p. 23)

Com o crescimento desenfreado das nações europeias – desenvolvidas industrialmente na busca por mercados consumidores pelo planeta –, não tardaram a surgir tensões entre estes países sobre direitos dos quais se autoproclamavam detentores a respeito de regiões nos continentes africano e asiático. Assim, se o findar do século XIX e início do seguinte ainda não tiveram o início de um embate direto, já se mostrava uma escalada nos intentos armamentistas, oriunda das capacidades industriais e armamentistas destes países. O ápice desta “paz armada” foi já não ser a diplomacia a saída pacífica para resolução de divergências. Assim, a I Guerra Mundial foi o resultado do imperialismo, cria do liberalismo.

Esfacelada pela guerra que arrasava territórios e populações de civis e militares, paradigmas também eram quebrados. Neste sentido, a Revolução Bolchevique de 1917 trazia para o mundo a primeira de diversas nações que se proclamariam socialistas, apresentando ao mundo uma alternativa a um velho mundo capitalista e liberal.

Não bastando o forte impacto de múltiplos aspectos (militar, político, econômico e de paradigmas) ocasionado pela “Grande Guerra”, ainda houve sua continuação com a Segunda Guerra Mundial, conflitos estes entremeados pela quebra da bolsa de Nova Iorque (1929), uma crise de superprodução. Curioso caso em que algumas das características de uma economia liberal – produção em massa, consumismo e especulação financeira – foram justamente os causadores da maior recessão financeira da história do mundo, afetando todo o mundo capitalista. Portanto, grande ponto contra o liberalismo e um fortalecimento para alternativas, como o socialismo e as nações da recentemente formada União Soviética.

No entanto, a filosofia liberal teve seus alicerces afetados pelos conflitos e instabilidades financeiras da primeira metade do século em questão, não como um processo de enfraquecimento, tal qual uma morte por inanição. Ao contrário, seus

princípios voltariam a ser repensados para uma nova roupagem que o permitisse ser aplicado para ainda além do que se viu entre os séculos XVIII e XIX. A ideia seria uma nova ordem mundial.

## GLOBALISTAS E A NOVA ORDEM MUNDIAL

Dois momentos foram cruciais para a formação do neoliberalismo: o Colóquio Walter Lippmann e a formação da Sociedade de Mont Pèlerin.

De igual maneira que o socialismo se mostrava uma alternativa para o povo trabalhador em contraposição ao mundo liberal, pela extrema-direita o fascismo também avançava, sobretudo em países como a Itália e a Alemanha das décadas de 1920 e 1930. Neste contexto, ocorreu o chamado Colóquio Walter Lippmann (Paris, 1938), marco para o surgimento de reflexões sobre o liberalismo clássico e do que se iria propor a partir daquele momento, em um contexto global de crise da democracia e do liberalismo.

Com a participação de diversos pensadores, o colóquio foi um evento de intelectuais de diferentes áreas, mas que se denotava como “um grupo organizado de indivíduos trocando ideias dentro de uma estrutura comum”<sup>7</sup> (SLOBODIAN, 2018, p. 4, tradução nossa). No caso, um esforço envidado para repensar os fundamentos do liberalismo para uma nova época em contraposição ao que consideravam extremismos de esquerda (estalinismo) e de direita (fascismo).

Podemos dizer que se tratava de um intento em refletir sobre algum tipo de terceira via que, contudo, tinha muito mais a dever ao capitalismo do que a qualquer proximidade com valores típicos de esquerda, como justiça social, críticas à acumulação exacerbada e forte influência de instituições financeiras.

Se destacaram nomes como o de Ludwig Von Mises e Frederick Hayek, que estiveram também presentes em outro evento de importância para o repensar liberal, a formação da Sociedade de Mont Pèlerin (Suíça, 1947). Desta forma, se no momento anterior se pensava em como elaborar uma ideologia que entremeasse extremismos políticos, ao fim da Segunda Guerra, a derrota do fascismo havia moldado a definição

---

<sup>7</sup> Do original: “an organized group of individuals exchanging ideas within a common intellectual framework.”

de inimigo e de que lados se colocariam enfim os pensadores de Walter Lippmann. A Guerra Fria iniciava, opondo de maneira clara e direta duas ideologias e modelos econômicos que lutavam pela hegemonia mundial: capitalismo e socialismo. Contudo, mesmo o polo do capitalismo mundial (Estados Unidos) desde os anos 30 havia aderido a um maior intervencionismo estatal como maneira de superar a crise gerada pelo “crack” da bolsa de Nova Iorque e reaquecer a economia. Juntamente à entrada e vitória dos estadunidenses no novo conflito mundial, um novo modo de governar embasava o crescimento econômico daquele país e assim se sustentaria pelas décadas seguintes. É o que Andrew Heywood intitula de liberalismo moderno, também conhecido como keynesianismo, oriundo das propostas do economista John Maynard Keynes.

Já sendo o keynesianismo uma modalidade que se distinguia do liberalismo clássico, ainda que não fosse a tônica do que viria a ser definido como neoliberalismo, havia um sinal de um elemento presente nas elocubrações a respeito dos homens de Walter Lippman e que na formação de Mont Pèlerin ganharia corpo: a legitimação do Estado.

O surgimento de um Estado proativo por uma democracia liberal, certamente em concepção avessa do representado por um governo popular socialista, não se confunde com um Estado categoricamente intervencionista, como que a postos para intervir em diferentes aspectos da vida dos cidadãos. Mais especificamente, trata-se de um Estado neoliberal que se marca pela necessidade de se firmar dentro uma determinada ordem, daí também ser conhecido como “ordoliberal”, que demanda instituições legais-estatais para justamente garantir o capitalismo e, portanto, para fazer mover e garantir as políticas de mercado.

Desse último ponto de vista, “existe na verdade apenas um capitalismo, já que existe apenas uma lógica do capital”; mas do ponto de vista ordoliberal, que já era o de Rougier, “a história do capitalismo somente pode ser uma história econômico-institucional”, e não da figura que dita a lógica da acumulação do capital. A implicação política dessa consideração é manifesta: longe de o impasse dessa figura do capitalismo ser o impasse do “capitalismo *tout court*”, abre-se todo um campo de possibilidades diante dela, desde que trabalhe em favor de certas transformações econômicas e políticas. Obra da vontade, e não produto de uma evolução cega, a ordem de mercado é, pois, parte de um conjunto coerente de instituições conformes com a moral. Os ordoliberais não são os únicos na época a romper com a perspectiva naturalista do velho *free trade*, mas caracterizam-se por ter sistematizado teoricamente esse rompimento. (LAVAL e DARDOT, 2016, p. 105)

No que se mostra como um aprendizado de lições passadas de um liberalismo que fez parte da influência de nações industrializadas da Europa e América, bem como pelo discurso internacionalista do socialismo que apregoava libertar trabalhadores do mundo de seus grilhões, as reflexões dos eventos da Paris de 1938 e da Suíça de 1947 levavam à formação de uma “internacional liberal”. Aqui trata-se do sentido de justamente pensar na forma de uma ordem liberal global, pensada sobre os pressupostos clássicos dos séculos XVIII e XIX, porém não se limitando em apenas recuperá-la e reaplicá-la, mas, além, criticando ferozmente sua maior nêtese, o socialismo, bem como os pressupostos de um liberalismo moderno keynesiano, que entravariam, afinal, um dos fundamentos do liberalismo em quaisquer de suas versões, a liberdade. No caso, uma liberdade, sob a ótica neoliberal, que marca o dever de um Estado atuar de maneira regulada constitucionalmente para garantir um governo favorável às flutuações do mercado e suas influências na sociedade, a despeito de desigualdades geradas. E, em verdade, as próprias fronteiras nacionais não devem ser limitadoras de qualquer integração liberal, muito pelo contrário.

Uma autoridade internacional que limite de modo efetivo o poder do Estado sobre o indivíduo será uma das melhores salvaguardas da paz. O Estado de Direito internacional deve tornar-se uma proteção tanto contra a tirania do estado sobre o indivíduo, como contra a tirania do novo superestado sobre as comunidades nacionais. Nossa meta não deve ser nem um superestado onipotente, nem uma frouxa associação indefinida de “nações livres”, mas uma comunidade de nações formadas de homens livres. Durante muito tempo, afirmamos que se tornara impossível adotar aos negócios internacionais uma linha de ação que nos parecia aconselhável, porque os outros recusavam entrar no jogo. O acordo a ser estabelecido constituirá uma oportunidade de mostrarmos que fomos sinceros e que estamos prontos a aceitar as mesmas restrições à nossa liberdade de ação que, no interesse comum, achamos necessário impor aos outros. (HAYEK, 2010, p. 218)

Os liberais do século XX tiveram suas divergências sem, contudo, deixarem de se denotar pelo envidamento de esforços intelectuais favoráveis a um ideal comum; globalizar o princípio ordoliberal.

Esse grupo teve suas cisões internas, como mostram os trabalhos citados. Além da política monetária e da economia do desenvolvimento, porém, a questão da governança internacional e global foi surpreendentemente negligenciada nessas histórias. Embora houvesse diferenças entre esses

pensadores, meu argumento é que podemos discernir os traços gerais de uma prescrição coerente para o mundo ordem em seus escritos e ações. Globalizando o princípio ordoliberal de "pensar em ordens", seu projeto de pensar em ordens mundiais ofereceu um conjunto de propostas destinadas a defender a economia mundial de uma democracia que se tornou global apenas no século XX - produzindo um estado de coisas e um conjunto de desafios que seus predecessores, os liberais clássicos, jamais poderiam ter previsto<sup>8</sup>. (SLOBODIAN, 2018, p. 4, tradução nossa)

Com os fundamentos teóricos estabelecidos do que se passou a ser intitulado como modelo neoliberal ou neoclássico, a demanda agora seguia no sentido de implementação dos fundamentos do agrupamento de Hayek, Mises e Friedman. Neste sentido, ganharam destaques os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Contudo, antes mesmo destes governantes e suas medidas, o primeiro grande laboratório para os desígnios neoliberais coube ao Chile e aos pensadores neoliberais formados na Universidade de Chicago.

## LABORATÓRIO E IMPLEMENTAÇÃO

Tendo sido democraticamente eleito em 1970 pela coalizão de partidos de esquerda *Unidade Popular*, Salvador Allende alcançou a presidência do Chile com propostas de reforma agrária e nacionalização de indústrias num escopo de governança que se intitulou como “via chilena para o socialismo”.

Aquele era um período de alta tensão caracterizada como a luta hegemônica global marcada pela Guerra Fria. Em especial, no contexto latino-americano dos anos setenta que já tinha dado mostras de resistência e movimentos armados em prol de alternativas ao capitalismo (sendo grande exemplo a vitória da revolução cubana de 1959), ter no Chile mais um governante declaradamente de esquerda representava uma nova ameaça ao “status quo” da direita, em especial representada pelos Estados Unidos. E uma característica a mais reforçava os temores pelo novo governo chileno:

---

<sup>8</sup> Do original: “This group was not without its internal rifts, as the works cited have shown. Apart from monetary policy and development economics, though, the question of international and global governance has been surprisingly neglected in these histories. Although there were differences among these thinkers, my contention is that we can discern the broad strokes of a coherent prescription for world order in their writings and actions. Globalizing the ordoliberal principle of “thinking in orders,” their project of thinking in world orders offered a set of proposals designed to defend the world economy from a democracy that became global only in the twentieth century— producing a state of affairs and a set of challenges that their predecessors, the classical liberals, could never have predicted.”.

tendo sido eleito, o novo governante chegou ao poder legitimado pela escolha do povo nas urnas. Desta forma, não haveria de imediato cabimento para críticas a um governo eventualmente desacreditado se fosse o caso de ter se formado pela ação de grupos armados.

Ademais, uma característica comum com a ditadura brasileira de 1964, em ambos os casos não foram golpes de Estado apenas tramados e implementados por membros da caserna. Foram ditaduras civis-militares, pelos suportes diretos de grupos civis (religiosos, empresariais e de parte da classe média) nacionais e estrangeiros em ações brutais contra agrupamentos representativos da sociedade:

O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi "liberado" de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo). (HARVEY, 2005, p. 17)

O Chile, na visão dos que impetraram o golpe de 1973, foi *salvo* de intentos socialistas em uma ação armada, com intuito de realinhá-lo ao “mundo livre”. E, neste processo, logo surgiram os questionamentos de como proceder para iniciar as ações que objetivavam um crescimento econômico alinhado a fundamentos liberais. Era a oportunidade que se abria para a implementação de medidas de economistas estrangeiros da Escola de Chicago, que, com discursos privatistas, instalaram-se e predominaram em uma instituição privada chilena como “*think tanks*” que ajudariam a formar outros núcleos.

Um grupo de economistas conhecidos como “the Chicago boys”, por causa de sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. É interessante a história de como eles foram escolhidos. Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o predomínio na Universidade Católica, entidade privada, de Santiago. No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram sua oposição a Allende através de um grupo chamado “Clube de Segunda-Feira” e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas, financiando seu trabalho através de institutos de pesquisa. Depois de o general Gustavo Leigh, rival



de Pinochet para ocupar o poder, e keynesiano, ser afastado em 1975, Pinochet levou esses economistas para o governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias. Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira, etc.) à exploração privada e não-regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. (HARVEY, 2005, p. 18)

De *via chilena para o socialismo* passou-se a “laboratório chileno para o neoliberalismo”. Assim, este neoclassicismo liberal não se imiscuia de lançar mão da violência física, desrespeito a direitos humanos básicos e concentração de renda para se estabelecer em medidas de governo e de Estado, ou seja, a ideia era instituir um projeto estrutural.

Ainda que a situação chilena tenha sido precursora na segunda metade do século XX do neoliberalismo pensado décadas antes, uma lição tinha sido aprendida, uma lição a ser refletida e aplicada em centros hegemônicos de poder: a instauração dos pressupostos neoliberais pela democracia representativa, legitimada pelas urnas<sup>9</sup>. A partir desta consideração, destacam-se ícones de governos neoliberais no mundo ocidental: Inglaterra e Estados Unidos, representados pelas respectivas gestões de Margaret Thatcher (1979 a 1990) e Ronald Reagan (1981 a 1989).

Não sendo proposta deste trabalho efetuar uma revisão histórica dos modelos inglês e estadunidense de neoliberalismo dos anos 1980 e 1990, faz-se premente, contudo, um ilustrativo das atuações daqueles governantes, referências da ideologia neoliberal. Nesse sentido, muito colaboram as palavras de Perry Anderson na obra de Emir Sader e Pablo Gentil:

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por

---

<sup>9</sup> Mas a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos. A ocorrência de uma mudança de tamanha magnitude exigia que se construísse antes o consentimento político num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhassem eleições. (HARVEY, 2005, p. 49)

habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política. (ANDERSON, 1995, p. 3)

## BRASIL À SOMBRA DO CONSENSO DE WASHINGTON

O ápice da convergência de pensamentos de Thatcher e Reagan se deu em 1989 com o chamado Consenso de Washington. Neste evento foram apresentadas propostas globais do que se pode chamar de “manual” para a implementação do neoliberalismo mundial.

Impulsionados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, que almejavam a formulação de um receituário que esclarecesse requisitos para concessão de empréstimos e colaboração econômica a nações em estado de precariedade nas suas contas, o encontro na capital dos EUA veio como a oportunidade ideal. Afinal, representava o estabelecimento de diretrizes uniformes acerca do que países deveriam efetuar para, assim, apresentar garantias e capacidade de honrar pagamento de dívidas.

Tais eram as premissas estabelecidas naquele evento:

- Controle fiscal: cortar gastos, reduzir despesas e enxugar quantitativo de funcionários;
- Reformas: em especial para garantir menos tributação para empresas;
- Privatização de estatais: em diferentes setores, com intuito de impulsionar de maneira relevante a iniciativa privada;

- Revisão do protecionismo: com intuito de maior abertura a investimentos estrangeiros;
- Flexibilização de leis trabalhistas: promovendo desregulamentação estatal das relações entre capital e trabalho, sendo cada vez mais relegada a acordos sindicais e/ou mesmo direto de cada empregado com seu contratante.

O ano de ocorrência do evento marcou o contexto final de uma hegemonia global bipolar. A queda do Muro de Berlim (1989) e a própria dissolução da União Soviética (1991) marcaram o fim da Guerra Fria e o retrocesso do socialismo real, que perdia seu maior referencial e, assim, ficava relegada a um pequeno grupo de nações declaradamente socialistas. Se não representava o “fim da história” – termo notabilizado por Fukuyama (1992)<sup>10</sup> – ou a constatação categórica de que para o neoliberalismo, nas palavras de Margaret Thatcher “não havia alternativa”, ao menos significava um forte retrocesso em termos de oposição ao capitalismo, e mais, a chegada de um momento há muito esperado e planejado desde o Colóquio Walter Lippmann. Mesmo para representações mais moderadas e reformistas da esquerda, o golpe foi grande para se impedir a onda neoliberal que, ainda que tivesse que combater resistências localizadas em movimentos sociais e partidos políticos oposicionistas, não teria mais um opositor global do porte soviético, como ilustram as palavras de Boaventura de Sousa Santos:

Os últimos anos mostraram que, com a queda do Muro de Berlim, não colapsou apenas o socialismo, colapsou também a social-democracia. Tornou-se claro que os ganhos das classes trabalhadoras das décadas anteriores tinham sido possíveis porque a URSS e a alternativa ao capitalismo existiam. Constituíam uma profunda ameaça ao capitalismo e este, por instinto de sobrevivência, fizera as concessões necessárias (tributação, regulação social) para poder garantir a sua reprodução. Quando a alternativa colapsou e, com ela, a ameaça, o capitalismo deixou de temer inimigos e voltou à sua vertigem predadora, concentradora de riqueza,

---

<sup>10</sup> Funcionário do Departamento de Estado Norte-Americano, Francis Fukuyama publicou, em 1989, polêmica obra onde avalia que a humanidade teria chegado a um máximo de sua evolução histórica com o triunfo da democracia liberal e a queda do comunismo soviético. Quer dizer, o reformismo soviético que teve como resultado a implosão do socialismo real europeu representou imenso terreno aberto para o consumismo global, marca do Ocidente capitalista. Em uma visão neoconservadora excessivamente otimista, a obra de Fukuyama apregoava o esgotamento de quaisquer alternativas para o capitalismo. Disto, contrapontos surgiram, onde se destacou a obra de Perry Anderson que esmiúça a obra do nipo-estadunidense ao ponto de identificar que o próprio “fim da história” admitia que uma economia de mercado bem-sucedida não era uma garantidora necessária de democracia política.

armadilhado na sua pulsão para, em momentos sucessivos, criar imensa riqueza e destruir imensa riqueza, nomeadamente humana. (SANTOS, 2017, p. 24)

O esfacelamento do bloco soviético, portanto, foi oportunidade bem aproveitada para forte avanço do neoliberalismo pelo mundo. No esteio desta consideração, o Brasil não ficava de fora das reverberações desta atribulada conjuntura internacional dos anos 1980 e 1990.

Por aqui, uma ditadura civil-militar de 20 anos chegava ao fim, deixando como legado um país estagnado economicamente, com uma inflação galopante e condições sociais precárias a serem resolvidas pelos governos da redemocratização.

Neste escopo de redemocratização com referências a uma bipolaridade política, é representativa a campanha presidencial de 1989 (a primeira após a promulgação da nova Carta Magna brasileira) que, ao colocar em disputa no segundo turno os candidatos Luís Inácio “Lula” da Silva (representando o PT) e Fernando Collor de Mello (pelo Partido da Reconstrução Nacional, PRN), teve, deste último, o seguinte trecho de fala em suas palavras finais no debate transmitido pela rede televisiva bandeirantes:

Mas ao final dessa minha participação, minha gente, eu gostaria de transmitir a vocês a minha enorme confiança de que continuaremos juntos no próximo dia dezessete. Sim. No dia dezessete nós daremos um não definitivo à bagunça, à baderna, ao caos, à intolerância, à intransigência, ao totalitarismo...à bandeira vermelha! Vamos dar sim à nossa bandeira, essa que está aqui, a bandeira do Brasil, a bandeira verde, amarela, azul e branca. Vamos cantar o nosso hino nacional e não a internacional socialista. (BAND JORNALISMO, 1989)

Ainda que tenham sido marcantes na história brasileira as privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), é importante lembrar que Collor foi o primeiro a implementar medidas neoliberalizantes no Brasil, que só viriam a se aprofundar com a gestão FHC. À sombra do Consenso de Washington, as medidas globais neoliberalizantes encontravam seus candidatos na política brasileira, com intuito de abertura para o mercado estrangeiro e revisão das políticas públicas, como afirma artigo de Wellington Nunes:

... a partir do início dos anos 1990, além do aumento dos fluxos financeiros e da disponibilidade de capitais, em um contexto externo, teria se afirmado, internamente, a “supremacia do neoliberalismo”. Tal supremacia poderia

ser observada em um “ponto de inflexão” caracterizado pela “estruturação de um movimento em torno da necessidade de se romper com a ordem antiga” com vistas à “implantação de um modelo econômico centrado no mercado”. A referida ruptura teria ocorrido durante o governo Collor (1990-1992), com uma “drástica redefinição da agenda pública”, e se aprofundado no primeiro governo Cardoso (1995-1998). (NUNES, 2016, p. 69)

Entre os governos eleitos pós-ditadura, ocorre o período que Ricardo Antunes chama de desertificação neoliberal no Brasil, em que se pode perceber que, a despeito das fortes evidências de políticas neoliberalizantes por parte de Collor e FHC, a chegada da esquerda ao poder nas eleições de 2002 não necessariamente representou totalmente um rompimento com as diretrizes do Consenso de Washington.

Ainda que se possa falar de um abrandamento de intentos neoliberais com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), é importante destacar que houve diferenças de nuances entre as gestões, afinal, os 14 anos de gestão do PT na presidência foram de dois personagens (Lula e Dilma Rousseff) em quase dois governos completos, não fossem as articulações judiciárias e parlamentares que culminaram no impedimento da primeira mulher eleita para a presidência na história da política brasileira.

Sobre o momento que avalia o Partido dos Trabalhadores, que chega ao poder após mais de duas décadas de sua fundação e tem uma trajetória de robusta oposição a governos alinhados à ordem neoliberal, é destacado o seguinte pensamento:

O PT sofreu essa tempestade, oscilando entre a resistência ao desmonte e a assunção da moderação. Ao mesmo tempo em que ainda lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, aumentava sua imersão e mesmo sujeição aos calendários eleitorais, atuando no leito da institucionalidade e deixando de se calibrar pelo termômetro social. De partido de esquerda contra a ordem foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu transformismo, enquanto o país também se modificava. [...] Quando, finalmente, Lula venceu as eleições em 2002, o país estava de cabeça para baixo. Ao contrário da potência criadora das lutas sociais da década de 1980, o cenário era de estancamento das forças sociais do trabalho, embaralhadas em meio a tanta desertificação social. A eleição que levou Lula ao poder foi, por isso, uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o país eram mais os mesmos. O segundo estava desertificado enquanto o primeiro havia se desvertebrado. (ANTUNES, 2005, p. 165)

Um partido de esquerda na presidência, portanto, não teria representado uma ruptura que pudesse estar na expectativa de alguns setores da esquerda ou mesmo

um afastamento tão relevante de pressupostos neoliberais, dada a tônica de conciliação/coalizão que foi sinalizada ainda em período de campanha no ano de 2002. Nesse sentido, são ilustrativos os pensamentos de André Singer quando, de forma direta, levanta a questão “O Partido dos Trabalhadores: ainda um partido de esquerda?” (SINGER, 2012, p. 62) e aprofunda ao teorizar sobre o que chama de “segunda alma” do PT na campanha de 2002. Nesta última, emblemática na profunda crítica que faz ao PT, o autor apresenta “duas almas” em contraponto: a do Sion (referência ao Colégio Sion, onde foi fundado o Partido dos Trabalhadores em 1980) com propostas que foram mais radicais, de crítica aos modelos político e econômico vigentes no Brasil de então, e a alma do Anhembi (referência a um centro de convenções neste bairro paulista) que, em 2002, reafirmou a mensagem da “Carta ao Povo Brasileiro” (preparada em 2001) que, em essência, preconizava a conciliação entre capital e trabalho como valores para um futuro governo petista.

Em suas análises sobre a gestão do PT, Singer afirma que o lulismo (moderação e coalizão entre classes capitaneada por um partido de esquerda) se estendeu por todo o período de gestão petista na presidência, ainda que deixe transparecer que, no referente à Dilma Rousseff, tivesse havido um maior contraponto ao “status quo” do capital: “Dilma fez escolhas antiliberais, o que lhe custou caro.” (SINGER e LOUREIRO, 2016, p. 17)<sup>11</sup>.

Foi tratado até aqui, portanto, uma leitura crítica do Brasil de 1990 a 2016, com intuito de denotar marcadores ideológicos de um neoliberalismo que, mesmo passado tanto tempo desde o Colóquio Walter Lippmann ou mesmo do Consenso de Washington, ainda reverbera seus ecos em nossa política recente.

Em coadunação com o que foi apresentado no início do artigo, uma exegese sobre o liberalismo foi construída para atingir o objetivo de “dissecar” esta ideologia por meio de sua história e de alguns de seus pensadores. Com isto, uma plataforma teórica foi formada para consolidar pressupostos de sua identificação, ou seja,

---

<sup>11</sup> Basicamente, Singer afirma ter havido um maior intervencionismo estatal por parte de Dilma do que pela parte de Lula, lembrado em seu perfil moderador: “Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. Uma barreira foi rompida.” (SINGER e LOUREIRO, 2016, p. 20).

elaboração de uma lente analítica (como apontados pelo Consenso de Washington e quadro comparativo abaixo).

Os pressupostos do neoliberalismo, portanto, nos servem como marcadores ideológicos identificáveis nas últimas décadas da política brasileira, mesmo no que se apresentou como momentos de inflexão.

A aparência era de que a ordem neoliberal estaria à beira de ser colocada, se não em xeque, ao menos sob a oportunidade de uma grande pressão para recuo de seus ditames em prol de uma governança mais questionadora às estruturas liberalizantes no país. Neste escopo, ficou o destaque para a chegada do PT ao poder e a oportunidade de que, pela primeira vez na presidência da república, um partido de esquerda alimentou as esperanças de que, compondo uma onda progressista na América Latina, representaria um momento da construção de um caminho avesso à alternativa neoliberal no país.

Tabela 1: pressupostos do liberalismo

<b>Pressupostos do liberalismo</b>	
<b>Clássico (séculos XVII ao XX)</b>	<b>Neoliberalismo (séculos XX e XXI)</b>
<b>Individualidade</b>	
Essencialmente um valor para desenvolvimento pessoal, sem necessariamente extrapolar para políticas de Estado, ao menos até o século XIX, quando a partir de então o desenvolvimento econômico era atrelado a exacerbado nacionalismo.	Visão globalista, ou seja, valorização do aprimoramento pessoal em conjunto com outros desenvolvimentos individuais com intuito de formar uma comunidade mundial e competitiva entre empresas, não necessariamente representando disputa entre nações.
<b>Liberdade</b>	
Elemento primordial das diferentes versões do liberalismo, apregoa ser um direito natural que demarca a essência da humanidade. Em consonância com a individualidade, promove as aptidões de cada um escorado por um Estado de direito que se vê necessário para justamente codificar e garantir esta liberdade.	O mercado é visto como superior ao governo. E ainda que se admita que deve existir para garantir valores liberais, o Estado deve ser essencialmente mínimo na oferta de serviços e interferência em negócios particulares, deixando à sociedade um equilíbrio privado entre oferta e procura. Visão construída em contraponto, num contexto de Guerra Fria, à planificação de economias socialistas.
<b>Razão</b>	
Contraposto a uma sociedade estamental (com interpretações teológicas da natureza e imobilidade social), o racionalismo liberal surge no esteio do iluminismo, criticando a infalibilidade de autoridades e preconizando o desenvolvimento intelectual para sistematizar, buscar e satisfazer interesses pessoais.	Corolário da individualidade e liberdade, a razão marca o desenvolvimento de diferentes habilidades em um sinergismo de saberes a serem buscados em consonância com o empreendedorismo, quer dizer, conhecimento acumulado e aplicado para se destacar em um mercado competitivo onde a desigualdade material apenas marcaria “naturais” desigualdades de potenciais entre as pessoas.

<b>Justiça</b>	
A cada um o que lhe é devido na medida de suas potencialidades, esforços e destaque na sociedade. Assim, importante destacar que há um entendimento de igualdade fundacional para liberais, quer dizer, entende-se que todos nascem iguais, tendo liberdade em desenvolver capacidades, que vão se mostrando diferentes com o passar da vida e, então, cada um sendo recompensado pelo que efetivar e aprimorar.	Formulam-se termos para justificar a desigualdade entre os seres humanos: meritocracia e resiliência. Desta forma, ainda há o entendimento de que cada um é recompensado conforme habilidades desenvolvidas, em desconsideração de métricas materiais diferentes para cada um, se refletindo em naturalização da desigualdade e glamourização na superação de dificuldades e resistência a arbitrariedades.
<b>Tolerância</b>	
Valor representativo da ética social do liberalismo, marca uma postura necessária do indivíduo para justamente poder viver em harmonia social. Destacado pela valorização da vida, liberdade e propriedade, a tolerância liberal apregoa a diversidade e convivência de opiniões até mesmo no sentido de atenuar tensões, como as de classe, por exemplo, em um entendimento de que padrões e empregados necessitam um do outro.	Sob o epíteto da diversidade, o neoliberalismo desenvolve o que se conhece por capitalismo identitário, na medida em que “absorve pautas identitárias e converte lutas antiopressivas (especialmente machismo e racismo) em algo lucrativo” (POLESE, 2020). Ou seja, retomando os pressupostos clássicos, subverte ações afirmativas de gênero, de cor, bem como de sexualidade e mesmo de classe para transformá-los em elementos de identificação não para a crítica social, mas para incremento do consumismo.

**Fonte:** produção do autor.

Contudo, o intento por uma presidência de coalizão marcou a tônica desde quando Lula ainda se encontrava em campanha, portanto, demarcou-se que mesmo ainda durante o pleito para assunção à chefia do executivo não se tardou uma flexibilização no embate entre ideias e práticas.

A tabela 1 resume conceitos elaborados a partir do estudo histórico do liberalismo neste trabalho, de maneira que o quinteto apresentado dá a robustez no que se apregoa como “marcadores ideológicos de discurso”.

A hipótese levantada acerca de “onde está este neoliberalismo em falas?” se mostrou possível, a despeito da polissemia do termo e de não ser lugar comum algum personagem se assumir categoricamente como neoliberal. Esta omissão, contudo, como o trabalho demonstra, não impede uma verdadeira ação investigativa acerca da comprovação empírica da força que tomou a ideologia em tela no mundo pós-crise do socialismo real europeu.

Sem a pretensão de ser definitivo acerca de elementos identificadores de uma ideologia, este trabalho assume o intento de tão somente ser aquilo que se propôs, uma contribuição. Isto no sentido de uma reflexão acerca de pressupostos primordiais que, por meio da história, podem ser formulados para guiar análises robustas sobre



diferentes falas e determinados símbolos que, por sua vez, moldarão uma realidade. Afinal, “se a ideologia não pode ser divorciada do signo, então o signo também não pode ser isolado das formas concretas de intercâmbio social.” (EAGLETON, 1997, p.172).

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry, “Balanço do Neoliberalismo”. In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- BAND JORNALISMO. **Debate na Band: Presidencial 1989 – 2º turno – Lula X Collor - Parte 5 (14/12/89)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5ypqzPNBMSI>>. Acesso em: 28 jun 2021.
- BORGES, Elisa de Campos. **O projeto da via chilena ao socialismo do partido comunista chileno: “nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas”**. 2005. 239 f. Pontifícia Universidade Católica, 2005.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FREEDEN, Michael. **Ideologies: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Lisboa: Gradiva, 1992.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é o iluminismo?** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kant/1784/mes/resposta.htm>>. Acesso em: 6 jun 2021.
- LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.
- LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade e A sujeição das mulheres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- NUNES, Wellington. **Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 59, p. 67–89, 1 Set 2016.
- PETTY, William e QUESNAY, François. **Os economistas: Petty - Quesnay**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- POLESE, Pablo. **Machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade**. São Paulo: Hedra, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O problema do passado é não passar**. Jornal de letras, artes e ideias, n. 1209, p. 3, 2017.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SLOBODIAN, Quinn. **Globalists : the end of empire and the birth of neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.
- YOUNG, Michael. **The Rise of Meritocracy**. London: Routledge, 2017.



## **PANDEMIA COMO CATALISADOR DA DESIGUALDADE SOCIAL: IMPACTOS DA COVID-19 NA FOME**

*Bruno Vale Nobre Batista<sup>1</sup>*

**Resumo:** Neste trabalho, buscamos retratar pontos que por vezes são naturalizados na sociedade, como a fome em seus diversos desdobramentos, seja pela falta de acessos aos alimentos, ausência de uma nutrição adequada ou mesmo a escassez do alimento em detrimento de particularidades que levem a essa violação de direito humano. Portanto, a fim de trazer reflexões e visualizar caminhos frente a isso, dedicamo-nos a trazer o estudo realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN), dados do IBGE sobre a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (POF), o programa de inserção de ferro e ácido fólico em farinhas de trigo e milho, Resolução Nº 150 de 13 de abril de 2017 e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais elementos auxiliam na compreensão do processo de agravamento da insegurança alimentar e da fome durante a pandemia do Covid-19, em consonância com a estrutura da ordem societária vigente. Sabemos que não existem receitas prontas para o enfrentamento do atual contexto e realidade do Brasil, mas isso não impede ações de forma efetivas, mesmo que fragmentadas, e/ou focalizadas diante da realidade, que busquem um horizonte de universalização de acessos, sejam alimentos ou direitos sociais. Com isso, situamos a perspectiva histórico-crítica como forma e base para as análises do presente artigo.

**Palavras-chave:** Covid-19; Fome; PNAE; Insegurança Alimentar.

### **PANDEMIC AS A CATALYST FOR SOCIAL INEQUALITY: IMPACTS OF COVID-19 IN HUNGER**

**Abstract:** In this work, we seek to portray points that are sometimes naturalized in society, such as hunger in its various consequences, whether due to the lack of access to food, lack of adequate nutrition or even the scarcity of food to the detriment of particularities that lead to this violation of human rights. Therefore, in order to bring reflections and visualize ways forward, we are dedicated to bringing the study carried out by the Brazilian Association for Research on Food and Nutritional Sovereignty and Security, (PenSSAN Association), IBGE data on the 2017-2018 Family Budget Survey (POF), the program for the insertion of iron and folic acid in wheat and corn flour, Resolution No. 150 of April 13 of 2017 and the National Policy for School Feeding (PNAE). These elements help to understand the process of worsening food insecurity and hunger during the Covid-19 pandemic, in line with the structure of the current corporate order. We know that there are no ready-made recipes to face the current context and reality in Brazil, but this does not prevent effective actions, even if fragmented, and/or focused on reality, that seek a horizon of universal access,

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.  
E-mail: brunonobre@id.uff.br

whether to food or social rights. With this, we situate the critical-historical perspective as a form and basis for the analysis in this article.

**Keywords:** Covid-19; Hunger; National School Feeding Policy; Food Insecurity.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedica-se a analisar a conjuntura contemporânea sobre os impactos causados pelos avanços de políticas neoliberais frente à atual pandemia do vírus Covid-19, a qual perpassa diversos meios da vida do ser social, como saúde, renda, territorialidade, alimentação e afins. O impacto da Questão Social<sup>2</sup>, e no recorte do presente artigo, a fome secularizada pelo capital e, sobretudo, ao atual período de pandemia pelo SARS-CoV-2, denominado Covid-19, está intimamente ligado a diversas nuances da desigualdade social gerada pela ordem societária vigente.

Sabendo que o ser social possui interação indissociável com a natureza – característica ontológica que estará presente em qualquer ordem societária que possa existir –, sua relação direta com a natureza possibilita sua existência e transformação de si e do mundo ao qual se insere, como Marx caracteriza por “interação metabólica”; ou seja, “por necessidade, existe uma interação metabólica entre os humanos e a terra, uma vez que a última sustenta a vida” (CLARK; FOSTER, 2002, p. 22). Dessa maneira, podemos compreender a Questão Social, em suas expressões como a atual crise sanitária e humana, fruto do impacto do capitalismo sobre a vida planetária<sup>3</sup>, como insupríveis dentro da ordem do capital. Assim, ressaltando a importância da superação deste molde social, cultural e econômico para a existência da própria vida.

Em meio a uma ordem societária que produz majoritariamente desigualdade em amplos os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, uma das questões

---

<sup>2</sup> A expressão “Questão Social” destina-se ao efeito da pauperização inerente ao modelo capitalista. A Questão Social está intimamente ligada aos desdobramentos sociopolíticos da ordem societária do capital, ou seja, a desigualdade social produzida pelo modelo societário, assim o termo “Questão Social” refere-se a noção macro da desigualdade, no mesmo sentido o termo “expressões da Questão Social” refere-se aos desdobramentos da Questão Social, como exemplo a temática deste artigo. Para um debate mais profundo sobre o termo, recomendamos os textos: “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” e “Cinco Notas a Propósito da Questão Social”, ambos do autor José Paulo Netto.

<sup>3</sup> Edgar Morin dedica-se à teoria da complexidade, no sentido de uma junção das partes que compõem o ser, atreladas ao todo, no sentido planetário e de seu pertencimento no planeta, presente nos livros *Introdução ao Pensamento complexo*, *Terra Pátria*, *Os setes saberes necessários à educação do futuro* e demais obras.

mais relevantes à vida se refere aos impactos ontológicos do sistema capitalista em relação à exploração da natureza, como indaga Foster em relação a Marx no texto *A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital*, no trecho:

Ao mesmo tempo, pôde assim estudar o conjunto constantemente cambiante de desejos e necessidades que emergiu com o advento e o desenvolvimento do sistema capitalista, o qual transformou o intercâmbio social com a natureza direcionando-o para a busca constante de lucro (CLARK e FOSTER, 2002, p. 23).

Em uma sucinta revisão sobre as análises de Marx referentes ao modelo capitalista, percebe-se que a sua lógica de desigualdade tem rebatimentos diretos nas particularidades e singularidades do planeta e do cotidiano humano. Ou seja, de uma forma sucinta, o capital não está presente somente na sua esfera econômica, mas sim em um amplo conjunto que rege a vida moderna, desde seus meios sociais até culturais e ideológicos.

Essa arguição nos permite refletir que a Questão Social e seus desdobramentos como a fome – sabendo que esta se dá não somente pela falta, mas pela sua forma de consumo, melhor debatidos ao longo deste trabalho – não estão descolados da luta de classes. Compreendendo uma visão de controle social não somente pela expropriação da força de trabalho, mas em um amplo conjunto de expressões da Questão Social que servem de pilar para reprodução e produção do capitalismo nas relações sociais e ambientais.

Um fato importante a ser destacado – antes de adentrar no recorte da fome, (in)segurança alimentar e pandemia – principalmente pela visão de algumas vertentes da esquerda<sup>4</sup>, está presente na ótica de extinção do capital por seus próprios meios. Dessa forma, tratam a desigualdade social inerente ao sistema, com mecanismos de reformulações que visem a minimização das problemáticas e não a sua solução radical

---

<sup>4</sup> Destacamos aqui a presença da corrente teórica social-democrata, adotada como uma forma minimizadora das mazelas sociais ocasionadas pelo modelo capitalista. Podemos exemplificar tal questão por meio do Estado de bem-estar social – fundamentado por John Maynard Keynes – como um mecanismo de conciliação entre as desigualdades do capitalismo. Nesse aspecto situamos a presença do reformismo, inerente à corrente social-democrata, em forma de fundamentos às ações práticas da social-democracia e visão de mundo. Assim, podemos colocar em contradição a perspectiva desta teoria sobre a solução da desigualdade social frente à adoção de ações que busquem a reforma dentro de uma estrutura social voltada à desigualdade e não à sua total superação.

(compreendendo a radicalidade no sentido de ir à raiz da questão). A crença de que uma inevitável crise ecológica, econômica, humana ou sanitária traria a supressão do capitalismo, principalmente pela extinção de recursos naturais que são fontes primárias da produtividade do capital, como o carvão e, acima disso, o petróleo, pode ser descartada por uma noção histórico-crítica sobre as modulações do capital frente à História.

No entanto, pode-se observar nitidamente que essa ideia se tornou ilusão, visto que a tecnologia está inserida e a favor de uma ordem societária. Portanto, mesmo a produção destrutiva do capital diante da humanidade não teria a sua lógica estrutural suprimida, exemplificado pelo trecho de Löwy:

O mesmo vale para a crise ecológica. Por si mesma, ela não leva ao “fim do capitalismo”; por mais que acabe o petróleo, ou que se esgotem outras fontes essenciais da riqueza, o sistema continuará a explorar o planeta, até que a própria vida humana se encontre ameaçada. (LÖWY, 2013, p. 86).

Essa condição imposta pelo capital – a ameaça à destruição humana e planetária – não poderia ser o ponto-chave para o fim dessa ordem societária, e tampouco gerar uma expectativa para que isso possa ser uma possibilidade real e concreta de algum tipo de transformação radical e/ou gradual. Visto pelo momento atual de pandemia e permanência da hegemonia do capital sobre a vida humana e ambiental, acarretando em agravamentos da destruição que formulam o próprio capitalismo, não demonstra um horizonte transformador que possibilite uma mudança significativa da ordem vigente, mas formas com as quais o capitalismo irá se adequar frente às problemáticas da sua estrutura, conforme exposto a seguir.

Assim, podemos fazer uma simples caracterização da formação de uma crise estrutural, contemporânea, em relação à forma cíclica. Vejamos que Ricardo Antunes, com base em Mészáros, chama-nos a atenção para essa nova fase de crise do capital global que, diferentemente de ciclos de crises e expansão do capitalismo, entra e encontra-se atualmente em um molde estrutural, como explicita o autor:

Mészáros indicava que o sistema do capital (e, em particular, o capitalismo), depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de *crise estrutural*, marcada por um continuum *depressivo* que faria aquela fase anterior virar história. (ANTUNES, 2009, p. 10).

Em prosseguimento, podemos destacar que o capital global se impôs sobre limites geográficos, econômicos, culturais e sociais como nunca antes vistos. A virada do século XX trouxe consigo não somente o advento da tecnologia virtual, mas a expansão das suas fronteiras sobre o planeta, desde formas tecnológicas de superexploração ambiental até formas de exploração do trabalho, como a autoexploração do empreendedorismo e a crescente “uberização” do trabalho, como destacado pelo trecho:

Com o aprofundamento da disjunção entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e aquela dominante para a autorreprodução do capital, intensificam-se as consequências destrutivas, das quais anteriormente referidas colocam em risco o presente e o futuro da humanidade: a precarização estrutural do trabalho e a destruição da natureza. (ANTUNES, 2009, p. 12).

Podemos compreender, portanto, que os mecanismos que compõem o sistema do capital e seu *modus operandi* vão de encontro às mazelas produzidas anteriormente e atualmente, colocando em perspectiva a relação causal de uma pandemia. Notamos que a pandemia se eleva a uma forma estrutural da ordem societária, como por exemplo: aquecimento global, gripe suína, gripe aviária, ebola e demais endemias/pandemias que perpassam o século XXI, contidas na produção e reprodução do capital sobre o planeta.

Após essa contextualização, a reflexão do atual momento de crise sanitária e humana atrelada aos avanços do capital sobre a totalidade da vida planetária é imprescindível para a compreensão do agravamento das expressões da Questão Social, seus desdobramentos e formas de intervenção por diversos atores e espaços sociais.

Partindo desse ponto, a realidade nos mostra que de fato a questão da precarização alimentar e fome esteve sobre uma visão minimizadora, no sentido de atuar de forma engessada em relação à compreensão das particularidades da fome<sup>5</sup>, por vezes, legitimada por programas sociais descolados da realidade ou que tratam com ações mínimas. Portanto, pontos cruciais para uma análise da realidade concreta,

---

<sup>5</sup> Destacamos a fome (totalidade) como uma complexidade de expressões da Questão Social, perpassando por fatores de gênero, raça, escolaridade, renda, alimentos altamente industrializados, baixa qualidade nutricional, saneamento básico e afins, ressaltamos que o combate à insegurança alimentar também se torna uma forma de enfrentamento a esta e outras pandemias.

em relação ao capital e ao acesso e consumo de alimentos, são destacados de forma mais profunda no decorrer do artigo, ainda que não os esgotando.

Diante disso, cabe-nos uma ressalva para o entendimento de medidas utilizadas para a compreensão da fome; ou seja, podemos fazer uma alusão sobre a perspectiva marxista em relação aos conceitos de pauperização relativa e pauperização absoluta<sup>6</sup>, onde a fome pode ser vista com moldes semelhantes a este conceito.

Consideramos que a fome não é existente apenas pelo não consumo de alimentos, mas pela sua forma, condições e acesso ao consumo, os quais podem dialogar sobre a ideia de “fome relativa” dentro do consumo insuficiente, precário e de baixa qualidade nutricional, diante da “fome absoluta” como a inexistência do consumo alimentar. Reiteramos que são categorias de análises feitas pelo autor deste texto em consonância aos conceitos de pauperização em Marx. Para uma melhor compreensão da totalidade da realidade, contudo, independente das categorias postas academicamente, a fome é de via única, seja pelo baixo consumo ou nenhum consumo alimentar.

Em prosseguimento às ideias desenvolvidas acima, podemos destacar o estudo desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, conhecida como Rede PenSSAN, a qual realizou o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, em 2021. Em consonância com o parágrafo anterior, o estudo em questão destaca os graus de insegurança alimentar (PenSSAN, 2021, p. 35), dentre eles: leve, moderado e grave<sup>7</sup>, corroborando com uma compreensão minuciosa da fome como uma totalidade e da ideia exposta anteriormente – “fome relativa” e “fome absoluta”.

---

<sup>6</sup> De forma lacônica, situamos a pauperização relativa (conforme as teses marxistas) como uma condição de melhora das condições humanas do trabalhador, como melhores condições de empregabilidade, salário e afins. Contudo, a expropriação da força de trabalho permanece a mesma. Já a pauperização absoluta se dá por uma forma massificante da expropriação da força de trabalho, como a própria temática do presente artigo o agravamento da fome, a precariedade extrema nas condições da vida moderna. Em ambos os conceitos se destaca um ponto chave que insere a totalidade dessa tese, sendo a expropriação da força de trabalho como o elemento de radicalidade, da mesma forma citamos a fome “relativa e absoluta” como elemento radical.

<sup>7</sup> “Na insegurança alimentar leve, há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam a não comprometer a quantidade de alimentos. Na moderada, há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos. Na insegurança alimentar grave, há redução quantitativa severa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).



Gostaríamos que o leitor tivesse em sua dimensão a fome enquanto uma totalidade social e não uma parte fragmentada e naturalizada da vida em sociedade. No sentido de Marx sobre a pauperização, faremos uma alusão sobre a fome buscando o mesmo conceito de pauperização "relativa" e "absoluta", na perspectiva de trazer um alicerce frente à fragmentação e categorização da fome, como, por exemplo, os graus de insegurança alimentar. Assim, pautando uma luz sobre a fragmentação da totalidade, descolada das mediações inerentes a ela.

Salientamos que a análise referente à pauperização coloca um sentido para fundamentação da ideia da fome como uma totalidade social, descrito pelo próprio autor deste texto como fome relativa e fome absoluta. Tal forma é uma busca para compreensão da fome além da singularidade social, atrelando elementos constitutivos para ruptura da noção fragmentada e naturalizadora da fome dentro da ordem societária vigente.

Para isso, podemos considerar a fome relativa (no mesmo sentido de análise da pauperização em Marx) como uma realidade concreta atrelada à baixa qualidade nutricional, acesso a alimentos, consumo de alimentos industrializados/ultra-industrializados, como uma expressão relativa, na ótica de que esta relação esteja atrelada desde o baixo acesso a alimentos *in natura*, até o alto consumo de alimentos enquanto mercadoria, visto pela ultra-industrialização dos alimentos. Ressaltamos que estas particularidades não estão descoladas de mediações que englobam a totalidade social no cotidiano do sujeito, como por exemplo, o impacto da fome (relativa ou absoluta) sobre a população negra, idosa e ou feminina.

Em sequência, a fome absoluta pode ser tida como sua expressão máxima, no sentido de uma ausência total ou parcial do alimento, visto que o consumo parcial também se expressa como forma absoluta pelo consumo precário que tende a ser expressado pela aquisição de um ou dois tipos de gênero alimentar — como um alto consumo de carboidratos, exemplificado ao longo deste trabalho por meio do programa de inserção de ferro e ácido fólico em farinhas de trigo e milho e outros elementos sobre o consumo alimentar —, o qual está atrelado diretamente à realidade concreta, como a renda necessária para uma alimentação que supra a fome em todas as suas instâncias.

Assim, podemos colocar em perspectiva concreta a fome enquanto uma totalidade, inserindo-a para além de níveis, e refletindo sobre essa totalidade. Contudo, pela natureza da metodologia de pesquisa bibliográfica e, principalmente, a utilização dos dados da rede PenSSAN e outros elementos de destaque, seguiremos com a nomenclatura usual para os graus da fome.

Desse modo, utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica para trazer alguns eixos sobre a compreensão da fome e seus desdobramentos, a fim de uma visão histórica e não naturalizadora da fome, e contra a argumentação de que seu agravamento, atualmente, deve-se única e exclusivamente pela crise do coronavírus.

Dito isso, destacamos as seguintes bibliografias utilizadas para construção metodológica do presente artigo: o programa de inserção de ferro e ácido fólico em farinhas de trigo e milho, a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o recente estudo realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN). Buscamos retratar a fome já existente e intrínseca ao capitalismo, em conjunto com a crise decorrente do Covid-19, por meio de uma análise histórico-crítica da realidade concreta.

#### INSEGURANÇA ALIMENTAR E SEU AGRAVAMENTO NA PANDEMIA

Buscando a ótica da fome como parte integrante da ordem societária e não simplesmente um fenômeno ocasionado pela ocorrência da pandemia e, sobretudo, pelo não combate do governo vigente sobre esse momento caótico, podemos considerar uma das tentativas de minimização diante dessa problemática enraizada na sociedade – o programa de inserção de ferro e ácido fólico em farinhas de trigo e milho – como um mecanismo de entendimento histórico da fome. Sua gênese legislativa no Brasil foi feita pela Resolução de Diretoria Colegiada – RDC Nº 15 de 21 de fevereiro de 2000 –, posteriormente atualizada pela resolução RDC Nº 344 de 13 de dezembro de 2002, e, atualmente, pela resolução RDC Nº 150 de 13 de abril de 2017.

O programa em questão trata do combate à anemia e à má formação congênita do feto, formas concretas e explícitas de insegurança alimentar, debatidas ao longo deste trabalho. Diante disso, cabe destacar a necessidade e urgência de ações que possibilitem uma segurança alimentar, como forma de combate à pandemia.

Compreendemos que a fome, a desnutrição e ou insegurança alimentar se dá para além da falta de alimentos, mas também pela qualidade nutricional pelo acesso aos alimentos, o que tem se precarizado cada vez mais pela industrialização – consequências de alta demanda de alimentos como uma mercadoria lucrativa, como destaca o trecho do artigo *Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto*:

Sendo assim, neste contexto, combater a fome significa dar a possibilidade de que as pessoas acessem alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, rica em nutrientes. Pensar que “comer é o suficiente” neste momento de crise pode ser considerado tão desumano e humilhante quanto a própria fome (SIPIONI et al., 2020, p. 11).

Em prosseguimento e reafirmando o trecho destacado, podemos trazer a concretude da fome catalisada pela crise do Covid-19 por meio do estudo realizado pela rede PenSSAN, ao qual trata não somente do agravamento da fome atualmente, mas do seu crescimento exponencial ao longo dos últimos anos. Destacamos o trecho referente à insegurança alimentar (IA) no ano de 2020:

Do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de IA (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente para atender suas necessidades (IA moderada ou grave). Tiveram que conviver e enfrentar a fome, 19 milhões de brasileiros(as) (PenSSAN, 2021, p. 35).

Frente a esses indicadores sociais tão significativos, podemos compreender que a face mortífera do capitalismo ocorre não por um fenômeno ao acaso, mas por um processo até sua eclosão; ou seja, mesclando a exemplificação do programa de fortificação alimentar — como um ponto histórico do combate à IA — com os dados da rede PenSSAN, podemos compreender que a realidade não é contemplada por ações, medidas que visem a redução<sup>8</sup> drástica da fome antes e durante o cenário pandêmico.

Em complemento, reiteramos o trecho referente ao aumento de 9 milhões de pessoas em situação de fome, insegurança alimentar grave, no período de 2018 até 2020, demonstrando assim a disparidade entre a realidade e ações que visem

---

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que perante a ordem societária do capital, não se comporta uma solução plena da fome; contudo, compreendemos que uma maior possibilidade de vida, no sentido da pauperização relativa, compõe uma maior possibilidade de luta para emancipação humana.

combater a fome<sup>9</sup>: “Eram 10,3 milhões de pessoas em IA grave em 2018, passando para 19,1 milhões em 2020. Portanto, neste período, foram cerca de 9 milhões de brasileiros(as) a mais que passaram a ter, no seu cotidiano, a experiência da fome.” (PenSSAN, 2021, p. 53)

Ainda no ponto histórico do agravamento da fome — antes mesmo da pandemia — podemos observar que entre os anos de 2013 e 2018, a IA grave, a ocorrência de fome, teve um aumento de 8,0% ao ano (PenSSAN, 2021, p. 52). Podemos aqui lembrar do período das jornadas de junho de 2013 e seus desdobramentos diante dos direitos sociais, políticas públicas e avanço do conservadorismo, como fatores que integram não somente contrarreformas, mas também agravamentos das expressões da Questão Social, tal qual a insegurança alimentar.

Retornamos à análise inicial, caracterizada pela implementação de um enriquecimento (melhora na qualidade nutricional) de determinados alimentos, considerando-o como de consumo popular pelo país, destaca a resolução RDC Nº 344 de 13 de dezembro de 2002: “considerando que as farinhas de trigo e as farinhas de milho são largamente consumidas pela população brasileira”. Dito isso, cabe-nos pôr em reflexão: qual a “população brasileira” que consome tais alimentos em sua dieta diária? Certamente podemos supor que encontraremos as classes de maior vulnerabilidade, perpassando por raça, gênero, escolaridade, condições de subemprego e afins, como destacado a seguir:

As desigualdades regionais, historicamente conhecidas e insuficientemente combatidas, estão presentes nas restrições à capacidade de acesso das famílias aos alimentos, acentuadas pela maior prevalência da IA grave nos domicílios rurais onde também ocorrem, com maior frequência, a baixa renda, baixa escolaridade, maior insegurança hídrica e o menor acesso às políticas públicas (PenSSAN, 2021, p.53).

---

<sup>9</sup>A realidade atual de programas sociais que se encontram também como uma forma de combate à fome, como o Bolsa Família, têm demonstrado suma importância para minimização da fome antes e na atual crise. Porém, é imprescindível a compreensão de que tais programas precisam estar alinhados com a realidade concreta, ou seja, compreender que a fome não é um ponto isolado do mapa, mas que particularidades recaem sobre a IA como saneamento básico, escolaridade, territorialidade e afins, sendo assim a urgência de um programa amplo e universal como política pública de real combate à fome.

Podemos refletir sobre aspectos particulares que corroboram com a insegurança alimentar, visto que a ideia de não ter o alimento encontra-se em dicotomia com a realidade. E, para isso, é necessário frisar que a fome é acometida principalmente em famílias compostas por mulheres que são “chefe de família”, sobretudo mulheres negras. Podemos compreender que expressões da desigualdade, como escolaridade, vínculo empregatício, gênero, raça e demais condições estão intimamente ligadas a essa problemática. Segundo a pesquisa da rede PenSSAN, “a IA grave das famílias foi maior quando esta pessoa era do sexo feminino, ou de raça/cor da pele autodeclarada preta/parda ou com menor escolaridade” (PenSSAN, 2021, p. 10).

Considerando que o programa de fortificação alimentar tem por suma relevância a oferta de maior qualidade nutricional, esta relação entra em uma esfera contraditória do ponto de vista em que, ao mesmo tempo que se volta a uma maior qualidade nutricional para população pauperizada, ressalta o processo industrial do alimento como um meio mercantil de produção em massa — já destacado pelas análises de Marx referente ao processo de produção em relação à mercadoria — escancarando a diminuição da qualidade nutricional dos alimentos. Considerando o programa como uma resposta mediadora dos próprios efeitos mercadológicos sobre o alimento, vemos algo semelhante nas ações que visam minimizar os impactos globais do capitalismo sobre a natureza; por exemplo, os tratados que citam a diminuição da emissão de gases tóxicos, como o dióxido de carbono.

Marx demonstra que meios essenciais à vida, como o alimento, transcrevem-se em uma mercadoria dentro da produção capitalista. Por mais essencial que um produto do trabalho possa ser, a sua função será reduzida a uma mercadoria através do processo de valor de uso e valor de troca. A fim de relembrar os conceitos marxianos para a noção do alimento enquanto mercadoria, podemos notar o seu duplo sentido na esfera do capital (valor de troca e uso). Nele, o alimento não somente é um meio para a subsistência humana, mas também um produto do trabalho caracterizado pelo seu valor de troca. Assim, destacamos o trecho: “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 2011, p. 160).

Destacamos esse ponto crucial para compreender que o alimento é reduzido a uma mercadoria de lucratividade, e não um produto para a subsistência humana. A questão nutricional tem formas assistencialistas de ação, e meramente superficiais frente à realidade de acesso a alimentos e de qualidade alimentar. Retornamos, assim, ao programa de fortificação alimentar como um meio minimizador e por vezes simplista de elucidar uma questão proveniente da própria dicotomia entre ações efetivas e realidade concreta.

Para isso, é imprescindível uma análise destacando o consumo alimentar do brasileiro — para além da questão que a resolução trata —, destacando a alimentação de farinhas de trigo e milho, mas observando a disparidade entre o consumo de alimentos por classe e revelando a expressão da Questão Social impactada na sua forma de desigualdade alimentar. Para tanto, utilizaremos a pesquisa do IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018, Avaliação Nutricional da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos no Brasil, recentemente publicada. Como forma de análise da concretude referida ao consumo de alimentos e seus desdobramentos para a desigualdade alimentar, precisamos destacar os dados apresentados pelo IBGE na pesquisa de orçamento familiar.

Podemos vislumbrar notoriamente que o consumo alimentar do brasileiro está restrito a uma dieta básica que pressupõe a desigualdade de classes. Ou seja, hábitos alimentares que não são diversificados, promovendo uma alimentação nitidamente pobre de nutrientes e, para além disso, de acesso a alimentos variados para o seu consumo. Podemos dialogar com a pesquisa do IBGE, Orçamento Popular, a partir do trecho:

Alguns subgrupos de alimentos se destacam por sua maior participação calórica em determinadas regiões do País. No grupo de alimentos in natura ou minimamente processados, é o caso da Farinha de mandioca e de peixes no Norte, do Feijão e da Farinha de milho, fubá e outras no Nordeste, do Arroz no Centro-Oeste e da Farinha de trigo no Sul (IBGE, 2020, p. 42).

Com isso, nos é desvelado que o consumo alimentício popular está atrelado à Questão Social, à desigualdade ocasionada pelo capital. Por mais que ocorram variações culturais em cada região do país, os alimentos consumidos majoritariamente são grãos, como arroz e feijão, e farinhas, como a farinha de milho e de trigo. A lógica

de uma diversidade alimentar para compor uma alimentação que esteja dentro da segurança alimentar (SA), ou mesmo de uma maior acessibilidade alimentícia, é revelada pelo trecho citado anteriormente, demonstrando assim pontos da insegurança alimentar leve, onde é possível relembrar a reflexão explicitada pela fome relativa.

Interligado a esse processo, tanto de uma forma pauperizada dos alimentos em seu teor nutricional, quanto às formas de acesso a alimentos, o processo de consumo e demanda por alimentos ultraprocessados cresce ano após ano, em relação à ingestão de demais alimentos, como os *in natura* ou minimamente processados. Contudo, é importante situar a diferença existente entre o meio urbano e meio rural, como apresenta a pesquisa:

A participação de alimentos *in natura* e minimamente processados foi maior no meio rural do que no meio urbano (57,9% contra 47,7% das calorias totais), assim como a participação de ingredientes culinários processados (25,3% contra 21,7%). Por outro lado, tanto a participação de alimentos processados quanto a de alimentos ultraprocessados foi maior no meio urbano (11,3% e 19,8%, respectivamente) do que no meio rural. (5,5% e 10,7%, respectivamente). (IBGE, 2020, p. 40)

Conforme os dados referentes à alimentação nos apresentam, e diante da concretude da realidade, o meio urbano exige um maior pragmatismo e dinamismo frente ao trabalho, no sentido de que a relação entre tempo de trabalho está ligada ao tempo para se alimentar. Podemos enxergar distintamente essa fórmula presente no cotidiano do consumo de alimentos ultraprocessados, devido à jornada de trabalho e o cumprimento de horas a serem trabalhadas, a forma alimentar certamente acompanha o ritmo do trabalho. Não diferente disto, vemos que os alimentos ultraprocessados tendem a ter um tempo de preparo menor em relação aos alimentos *in natura*. Observa-se aqui a relação de consumo alimentar enquanto uma mercadoria e não uma forma de suprir as necessidades humanas.

Contudo, o meio rural não está isento da fome devido ao menor consumo de alimentos industrializados. Podemos constatar isso na atualidade por meio da pesquisa da rede PenSSAN: “observou-se que a IA grave no domicílio dobra nas áreas rurais do país, especialmente quando não há disponibilidade adequada de água para produção de alimentos e aos animais.” (PenSSAN, 2021, p. 10). Segundo a pesquisa, as regiões

com situação de maior gravidade diante da insegurança alimentar grave, fome, se deu “nas regiões Norte e Nordeste, e identificou-se que a área rural tem maior proporção de Insegurança Alimentar moderada ou grave quando comparada à área urbana.” (PenSSAN, 2021, p. 10)

O estudo realizado pelo IGBE demonstra como o consumo sofreu alterações ao longo dos anos, intimamente ligados à realidade do poder aquisitivo e enfrentamento da crise estrutural do capital, exemplificado a seguir:

Efetuada-se uma comparação dos resultados das últimas três pesquisas, por períodos (2002-2003, 2008-2009 e 2008-2009/2017-2018), observa-se declínio no percentual de energia relativo a alimentos *in natura* ou minimamente processados e a ingredientes culinários processados, bem como aumento no percentual relativo a alimentos processados e ultraprocessados (IBGE, 2020, p. 44).

Diante do exposto, podemos ter a dimensão da fome ou insegurança alimentar como um processo que culminou na gravidade do momento atual. É necessário ter a percepção de que antes mesmo da pandemia, a insegurança alimentar – seja ela leve, moderada ou grave – já estava presente no cotidiano de uma parcela significativa da população, juntamente com determinados perfis populacionais que são mais acometidos por essa ausência de direito humano à alimentação.

## PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AÇÃO ESTATAL DURANTE A PANDEMIA

A seguir, nosso objetivo é analisar a distribuição dos kits de alimentação para alunos da rede pública, como resposta ao direito escolar do aluno à alimentação, buscando assim meios de enfrentamento à fome e no período de isolamento social decorrente da pandemia.

Afirmada pela Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994, revogada pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e designada como a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – a qual destaca a importância de uma diversificação alimentar e combate a insegurança alimentar –, seu início e caráter legal ocorrem pelo Decreto no 37.106 de 31 de março 1955, denominado como Campanha da Merenda Escolar. Atualmente, a PNAE sofreu alterações em disposição da pandemia, de acordo com a Lei Nº 13.987 de



07 de abril de 2020, dispondo sobre a regulamentação da distribuição de kits para alimentação dos alunos da rede pública dentro do período emergencial gerado pela pandemia.

Portanto, após a análise da fome se manifestar não somente pela falta de alimentos, mas também pela desnutrição e inviabilidade de acesso a alimentos, escancarando assim a desigualdade em âmbito alimentar, remetemo-nos à realidade vivenciada pela pandemia do COVID-19 por um dos públicos mais afetados nesse momento: alunos da rede pública. Ressaltamos o espaço educacional como um dos mais afetados, tanto pela crise econômica e sanitária, quanto pelo fato de se tratar de um espaço amplo de sociabilidade e reflexos da realidade. Queremos dizer aqui que a educação, sobretudo a educação básica, é permeada por diversas expressões da Questão Social, desde a sua singularidade básica de ensino e aprendizagem, até demandas complexas envolvendo supressões de direitos sociais.

Podemos destacar o seguinte artigo da Lei Nº 11. 947 de 16 de junho de 2009: (Programa Nacional de Alimentação Escolar): “Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei” (BRASIL, 2009). Com isso, é nítido que a política pública de alimentação escolar se trata de um dever do Estado e direito do aluno matriculado na rede pública. Chamamos a atenção para este ponto, a fim de elucidar a inserção da Lei 13.897 de 7 de abril de 2020, referente à autorização de distribuição de kits alimentares durante o período pandêmico, considerando isso como uma obrigação do Estado em garantia de direitos estabelecidos e consolidados legalmente.

Em seguimento, a atual alteração na PNAE em favor do contexto atual apresenta uma série de diretrizes para sua efetivação, desde a forma com a qual a equipe nutricional deve dispor dos *kits* de alimentação, até as formas de higienização dos produtos. Examinemos o texto publicado, *Orientações para execução da PNAE – Durante a situação de emergência decorrente da pandemia de coronavírus*, sobre um dos pontos referentes à diretriz para a equipe nutricional que deverá fazer o planejamento do kit: “4. Definir a quantidade per capita de cada gênero alimentício de acordo com: [...] b) número de refeições por dia que o estudante faria na escola” (2020,

p. 06). Vemos a prerrogativa de um Estado mínimo<sup>10</sup> de direitos, ou seja, a preocupação de uma garantia mínima de alimentação, o que por vezes pode permanecer dentro de uma insegurança alimentar, seja ela leve ou moderada, descumprindo assim o próprio papel da PNAE em garantir uma segurança alimentar ao aluno.

O tratamento de direitos sociais como algo custoso ao Estado e efetivado por óticas minimalistas está presente majoritariamente no momento atual. Retomando ao ponto anteriormente mencionado, o kit destinado ao aluno nega completamente o ambiente em que se vive, onde a diretriz, caracterizando a refeição a ser distribuída somente para o aluno e somente a que deveria ser feita no espaço escolar, atravessa completamente a família e territorialidade que o aluno está inserido socialmente. Não somente o aluno irá usufruir do kit, mas todo o conjunto familiar.

Poderíamos considerar aqui que a PNAE trata explicitamente do direito do aluno da rede pública. Contudo, a excepcionalidade do momento necessita de uma ampliação desse caráter, como um meio de manter a vida e as condições básicas de um público que em sua maioria encontra-se em vulnerabilidade. Aqui, mais uma vez vemos a concretude da realidade de uma desigualdade social atrelada ao alimento, em junção a um Estado mínimo de direitos, manifestando o tratamento mínimo que o Estado dá para combate e manutenção da vida durante o período pandêmico.

Outro ponto de destaque importante, em decorrência das últimas medidas publicadas pelo governo, se dá pela aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, onde o artigo 14º da legislação estabelece:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

---

<sup>10</sup> Compreendemos o conceito de Estado Mínimo como uma forma prática das ações neoliberais para “contenção” da crise estrutural do capital. Nesse sentido o Estado é reduzido em suas funções sociais, porém, maximizado dentro do escopo capitalista. Podemos explicar um trecho do autor José Paulo Netto, presente no livro *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*, segundo o autor: “A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital” (NETTO, 1995, p. 81)

Imprescindível a manutenção e permanência da aquisição agrícola familiar, também ressaltado pelas diretrizes de execução da PNAE durante o cenário de pandemia, mas que, de fato, carece de ampliação das diretrizes durante a pandemia. Fato este que tentou ser viabilizado por meio de novos decretos, buscando aumentar a aquisição de 30% para 40%. No entanto, foi vetado pelo discurso presidencial de aumento de ônus aos municípios, como podemos ver na reportagem da revista Carta Capital:

O artigo vetado também previa aumentar de 30% para 40% o valor mínimo dos recursos do PNAE, a serem utilizados na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, para escolas das redes públicas municipais de cidade de até 50 mil habitantes. Para a Presidência, no entanto, a medida “acarretará ônus aos municípios que já apresentam dificuldades no cenário atual para cumprimento da atual meta estabelecida. (CARTA CAPITAL, 2020).

Mais uma vez notamos que a ação do Estado mínimo se concretiza, e poderíamos considerar que mais intensamente pelo dado período histórico vivenciado por todos de forma globalizada, onde o real norteamento das diretrizes que se colocam como efetivações estão em um âmbito de ações minimalistas. Em prosseguimento na observância das efetivações mínimas, de forma explícita, consideramos os vetos para a distribuição de recursos financeiros às famílias dos alunos assistidos pela PNAE, denotando que uma forma de Estado de bem-estar social ou medidas progressistas, como um vislumbre ao combate à pandemia não esteve presente nas ações governamentais. A exemplificação disto se dá pelo próprio veto, conforme a reportagem do G1, *Bolsonaro veta autorização para transferência de dinheiro da merenda escolar para familiares de alunos*:

O Congresso, no entanto, havia proposto um auxílio extra: além da distribuição dos produtos, parte da verba direcionada aos municípios, Estados e escolas federais para comprarem alimentos aos alunos deveria ser repassada aos familiares. Bolsonaro vetou a mudança, ou seja, o repasse do dinheiro não ocorrerá (G1, 2020).

Encontramo-nos em uma crise que não se traduz somente nos meios sanitários de controle e combate ao vírus, mas sim uma crise macro biossocial, biológica no

sentido de buscar meios de sobrevivência à ameaça de um vírus, e social no sentido de cada vez menos existirem meios que sustentem o combate efetivo ao vírus, ou que, por vezes, sejam inviabilizados pelo discurso neoliberal de manter o lucro ao custo de vidas pauperizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou trazer uma síntese de elementos da realidade desigual do capital, em específico a fome, certamente a expressão da Questão Social com maior ênfase para a vida. Assim, trazemos elementos de análise bibliográfica para o estudo da fome não como um fenômeno, mas parte da estrutura societária e seu agravamento devido à pandemia, analisados por dados do IBGE, pesquisa da Rede PenSSAN e das orientações da distribuição de kits alimentares pela PNAE.

Destacamos que a fome não pode ser combatida somente por meras medidas simplistas de reformismo e mediação da pobreza, transcritas pela lógica neoliberal como algo amplamente efetivo, mas percebendo que a fome se dá pela desigualdade social gerada por uma estrutura societária. Compreendendo que sua complexidade envolve diversas esferas do cotidiano, desde gênero, raça/cor, território, infraestrutura como saneamento, acesso à água tratada, acesso a alimentos, qualidade nutricional e afins.

Assim, discorreremos sobre diversas expressões que perpassam a fome, como ambiente e ecologia, fome e ações Estatal/Global atrelados aos impactos do atual período sobre a insegurança alimentar, visualizando que a fome não se dá pela crise do coronavírus, e sim que sempre esteve presente na sociedade capitalista.

A efetivação da segurança alimentar está atrelada a um conglomerado de empresas alimentícias legitimando a desigualdade alimentar e consumo precário como uma moeda lucrativa ao consumo e, sobretudo, ao monopólio e dominação dos meios de produção que devem sustentar a sobrevivência. Desse modo, discorreremos sobre a ideia de Marx diante da mercantilização como unidade de valor de troca, reduzindo qualquer bem produzido à mercadoria e seu valor de uso à lógica do mercado, bem como o alimento tido como *commodities*.

Assim, o impacto ambiental do capital, gerador da crise estrutural e atualmente da crise humana e sanitária sobre a realidade, desdobra desafios para um efetivo combate e seguridade de direitos, dos quais tornam-se inviáveis através de um Estado mínimo de direitos e máximo de desigualdades.

Foram analisadas as próprias diretrizes de orientação ao enfrentamento da fome por parte do público escolar, da PNAE, o estudo realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN), dados do IBGE sobre a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (POF), e o programa de inserção de ferro e ácido fólico em farinhas de trigo e milho, RDC Nº 150 de 13 de abril de 2017, com intuito de explanar a realidade concreta de mais um aspecto mortífero, engendrado pelo capitalismo: a fome.

É importante frisar que diversas particularidades do cotidiano estão e são interligadas à fome, exemplo disso os dados da pesquisa feita pelo IBGE — a qual não fornece dados sobre gênero ou questão racial —, situada a renda como um recorte ao acesso de cada perfil familiar, o que deixa subentendido, mas compreendido por uma visão crítica sobre a realidade, e reiterado pelo estudo feito da rede PenSSAN, que a concentração de famílias com menor renda está atrelada à população mais afligida pela Questão Social, que vão desde desigualdades de gênero, famílias chefiadas por mulheres (e, sobretudo, mulheres negras), grau de escolaridade, acesso à água tratada, saneamento básico e empregabilidade.

Sabemos que o período atual é complexo e não será esmiuçado em um único artigo, mas talvez este trabalho possa dar luz a ações e análises do âmbito vivido. Defendemos, aqui, a resistência popular de movimentos sociais, conselhos e demais instituições formais ou não, em que o Estado cumpra seu papel de garantia de direitos e garantia de existência humana a todo cidadão.

Diante disso, podemos destacar o efetivo realizado por duas frentes ao enfrentamento da fome no período pandêmico: o programa Restaurante Popular, como um resquício de seguridade social promovida pela parceria de prefeituras municipais e o Ministério do Desenvolvimento Social; e uma resposta própria da sociedade civil diante da focalização dos programas sociais que visam minimizar a fome, as Cozinhas Solidárias.

Apesar de estar atrelado a uma política pública que possui um público-alvo específico, o programa Restaurante Popular tem seu atendimento aberto ao público em geral, para além do público-alvo conforme o *Manual do programa restaurante popular* de 2004 — que dispõe da elaboração da proposta e orientações técnicas para inserção e execução do programa. Inserindo-o no contexto pandêmico e exemplificando pelo restaurante da prefeitura de Petrópolis, o período de junho de 2021 teve a marca de 100 mil refeições anuais, conforme destaca a prefeitura: “Ao todo, cerca de mil pessoas passam pelo local, todos os dias, para aproveitar a chance de almoçar com R\$ 1. Só neste ano já foram servidas mais de 100 mil refeições” (PREFEITURA DE PETRÓPOLIS, 2021).

Em consonância ao programa Restaurante Popular, temos do outro lado a mobilização da sociedade civil, por meio de movimentos sociais, para o enfrentamento da fome no atual cenário. Contando com cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), que possibilita a refeição de forma gratuita. Segundo o MTST: “O objetivo é servir, ao menos, uma refeição diária gratuitamente para a comunidade de cada local, nas periferias urbanas, incluindo dias de semana e finais de semana.” (MTST, 2021).

Com isso, buscamos exemplificar as ações concretas de enfrentamento da minimização da fome na pandemia, compreendendo que os programas sociais de “combate” à fome se encontram cada vez mais exauridos pelas contrarreformas de um governo ultraliberal; tornando a alternativa de uma resposta da própria sociedade civil em garantir a sua sobrevivência, o que de fato está atrelado diretamente um modelo de projeto societário seja este antes, durante e depois da pandemia.

A forma com a qual a sociedade se organizou frente a urgência e agravamento da fome, põem em xeque as ações e medidas que o governo realizou para os desafios da pandemia. Não apenas isso, demonstra a brutalidade do projeto societário capitalista sobre os sujeitos e suas condições básicas de existências, agudizados por uma pandemia. Contudo, frisamos que os exemplos citados anteriormente como formas de ações concretas, mesmo estando no campo da singularidade, devem ser compreendidos como ações de enfrentamento à urgência da fome, mas que medidas em longo prazo precisam estar dentro do plano de ação, para que o fomento a uma real solução seja viável. Por fim, vemos que a fome somente será superada através de

uma mudança da ordem societária, exaurindo o capital e a Questão Social. No entanto, a realidade nos impõe tensões e formas de lidar com isso. Para isso, uma real ampliação de direitos sociais/políticas públicas se torna um dos caminhos mais viáveis ao combate do vírus e, sobretudo, à urgência da fome.

Em nenhuma instância podemos naturalizar a desigualdade por meio de medidas simplórias, minimalistas e focalizadas, para que a possibilidade da existência humana se faça real e concreta, onde possam encontrar viabilidade de condições possíveis à existência vida humana.

Reiteramos que a visão de ruptura e destruição do capitalismo deve estar em conjunto com a realidade concreta, ou seja, a compreensão do momento atual impõe contradições de um Estado amplo ao mesmo tempo em que este precisa ser superado, juntamente com demais pilares que formam a totalidade do capitalismo, visto que a complexidade da realidade inflige desafios e dilemas a todos que possuem uma perspectiva de emancipação humana. Com isso destacamos a defesa universal dos direitos sociais como mecanismos de viabilidade de luta, resistência e manutenção da vida, no mesmo sentido que a seguridade dos sujeitos esteja não apenas garantida, mas consolidada, para uma vida digna e segura em todos os seus aspectos.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. IBGE: insegurança alimentar grave atinge 10,3 milhões de brasileiros. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros>> Acesso em: 22 de maio. 2021.

ANTUNES, Ricardo. "Introdução: a substância da crise". In: A crise estrutural do capital. São Paulo Boitempo: 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 2009; 16 jun.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União 2020; 07 abr.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n. 150 de 13 de abril de 2017. Dispõe sobre o enriquecimento das farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico. Diário

Oficial da União, Brasília. 17 de abril de 2017. Disponível em: <[http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_150\\_2017\\_.pdf/a873d3b9-3e93-49f3-b6c5-0f45aefcd348](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_150_2017_.pdf/a873d3b9-3e93-49f3-b6c5-0f45aefcd348)> Acesso em: 26 de ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n. 344 de 13 de dezembro de 2002. Revoga a Resolução - RDC nº 15, de 21 de fevereiro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília. 18 de dezembro de 2002. Disponível em: <[http://189.28.128.100/nutricao/docs/ferro/resolucao\\_rdc344\\_2002.pdf](http://189.28.128.100/nutricao/docs/ferro/resolucao_rdc344_2002.pdf)>. Acesso em: 26 de ago. 2020.

CARTA CAPITAL. Educação: Bolsonaro veta maior repasse de verbas para estados e municípios durante pandemia. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/educacao-bolsonaro-veta-maior-repasse-de-verbas-para-estados-e-municipios-durante-pandemia/>> Acesso em: 26 de ago. 2020.

CLARK, B.; FOSTER, J. B. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. São Paulo: Boitempo, 2010.

G1. Bolsonaro veta autorização para transferência de dinheiro da merenda escolar para familiares dos alunos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/19/bolsonaro-veta-autorizacao-para-transferencia-de-dinheiro-da-merenda-para-pais-e-responsaveis-durante-a-pandemia.ghtml>> Acesso em: 26 de ago. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 – POF. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc5568.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5568.pdf)> Acesso 28 de ago. 2020

MARX, K: O Capital: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. P. 1-1493.

MICHAEL, L. Crise ecológica, Crise Capitalista, Crise de Civilização: a alternativa ecossocialista. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan/2013.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação. Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 1ª Ed. Brasília/DF. 2020. Disponível em: <[Orientações para execução do PANE durante a pandemia de coronavirus \(COVID-19\) - paginas individuais.cdr \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao/seguranca-alimentar/2020/08/orientacoes-para-execucao-do-pnae-durante-a-pandemia-de-coronavirus-covid-19)> Acesso em: 26 de ago. 2020.

MORIN, E. Os setes saberes necessários à educação do futuro. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. As cozinhas solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil. Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/>> Acesso em: 25 de setembro. 2021.

NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993



REDE PENSSAN. Insegurança alimentar e o Covid-19 no Brasil: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. ed. [S.l.: s.n], 2021. p. 1-66. Disponível em: <[VIGISAN Inseguranca alimentar.pdf \(olheparaafome.com.br\)](#)> Acesso em: 20 de maio. 2021.

PREFEITURA DE PETRÓPOLIS. No Restaurante Popular, as histórias por trás do café da manhã a R\$ 0,50 e almoço a R\$ 1. Disponível em: <<https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/16974-no-restaurante-popular-as-historias-por-tras-do-cafe-da-manha-a-r-050-e-almoço-a-r-1.html>> Acesso em: 25 de setembro. 2021

SIPIONI, M. E *et al.* Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. SciELO Preprints. 2020 p.1–21. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.660>> Acesso em: 28 ago. 2020



## **RESENHA: Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926 – 2013)**

Daniel Máximo Góes de Lima<sup>1</sup>

SOUZA, Pedro Ferreira. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926 – 2013)*. São Paulo: Hucitec, 2018, 424 pp.

*Uma História da Desigualdade*, tese de doutorado do sociólogo Pedro Ferreira de Souza<sup>2</sup>, pertence a uma tradição de estudos de estratificação social que analisa a concentração de renda no Brasil a partir de um olhar focado nos mais ricos. Mais especificamente, no segmento compreendido entre os 0,001% e 15% mais ricos da população brasileira. Desigualdade, nessa acepção, equivaleria a uma concentração de renda no topo da sociedade em matéria de riqueza.

O foco nos mais ricos dentre os mais ricos, segundo o autor, requer a utilização de uma fonte de dados distinta da mais recorrente nos estudos mais consolidados a respeito do assunto. Esses trabalhos, no geral, seriam ancorados em dados de pesquisas domiciliares amostrais. Souza, por outro lado, se vale de informações obtidas diretamente do Imposto de Renda de Pessoa Física. Com essa virada metodológica, seria possível mensurar o total da renda recebida especificamente por esse pequeno grupo em um intervalo de 87 anos.

Essa escolha metodológica não foi feita ao acaso. As pesquisas domiciliares amostrais apresentam uma enorme série de desvantagens que, em última análise, poderia distorcer o real estado das coisas, sobretudo entre as camadas mais pobres. Em síntese, dois seriam os principais problemas desse tipo de pesquisa: a subdeclaração de rendimentos e a dependência de uma taxa expressiva de participação para permitir a generalização dos resultados. A seu turno, a análise baseada em dados tributários, de acordo com Souza, além de contornar essas

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)

E-mail: maxi95mx@gmail.com

<sup>2</sup> Ferreira é técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Defendida em 2016, sua tese de doutorado recebeu o prêmio ANPOCS de 2017 e o prêmio Jabuti de 2019.

dificuldades, viabilizaria ainda o acesso a dados referentes a um período de tempo maior.

A obra é estruturada em duas partes, sendo a primeira delas composta de três capítulos que, cada um à sua maneira, reconstroem o estado da arte nos estudos sobre desigualdade na sociologia ao redor do mundo. Nesse momento, são apontadas tendências e mudanças de paradigma ocorridas no campo desde pelo menos o início do século XIX. O capítulo I foca nos discursos sobre desigualdade no período compreendido entre os anos de 1880 e 1945; o capítulo II, nas perspectivas predominantes durante os trinta anos dourados do capitalismo (1945-1975); o capítulo III, por fim, entre os anos de 1975 e 2015, enfatizando ainda como o tema da desigualdade saiu do ocaso rumo a um novo período de grande preocupação dos estudiosos.

Na segunda parte do livro, o autor nos oferece mais três capítulos. Dessa vez, o foco no estudo dos mais ricos no Brasil. Inicialmente, no capítulo IV, Souza justifica suas escolhas metodológicas e operacionaliza conceitos, tais como “renda”, que posteriormente serão centrais na construção de seus argumentos. Mais adiante, no capítulo V, nos é oferecida uma análise da concentração de renda entre os mais ricos no Brasil durante nove décadas, começando a partir do ano de 1926. Os resultados são postos ainda em perspectiva comparada ao restante do mundo. Por último, no seio do capítulo VI, são recapituladas as diferentes facetas da desigualdade ao longo da história política brasileira desde o colapso da República Velha. Nesse momento, o autor enfatiza que uma “determinação institucional” da desigualdade, manifesta na concentração praticamente estável no topo, manteve-se constante em todos os ciclos políticos pelos quais passou o Brasil durante o período analisado (SOUZA, 2018, p. 284).

A tese é oriunda de três grandes preocupações existentes nas ciências sociais acerca da desigualdade no Brasil, dentre as quais a principal, seguramente, é compreender quando e como o país se tornou tão desigual em relação ao restante do mundo. As outras duas são verificar a existência de padrões de concentração de renda e analisar a interação entre o tipo de regime político vigente e a face da desigualdade brasileira.

Em um esforço de contextualização do tema, o autor faz um apanhado geral dos debates travados no interior da sociologia desde o começo do século XIX,

apontando ainda quais os paradigmas e conceitos predominaram em quais épocas, à luz dos acontecimentos de cada uma delas. Com isso, busca-se mostrar as diferenças ocorridas na abordagem da desigualdade ao longo da história do campo. Resumidamente, as percepções sobre a desigualdade sempre se valeram de três grandes modelos básicos: um modelo hierárquico, pelo qual a sociedade é uma sequência graduada de relações de superioridade e inferioridade; o triádico, em que existem três grandes sociais, a saber, as classes baixas, médias e altas; e o dicotômico/binário, que entende a sociedade como polarizada em dois grupos em conflito latente ou explícito.

A partir do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, com a entrada definitiva da desigualdade no rol de preocupações tanto da classe política quanto da academia ao redor do mundo predominou o modelo dicotômico de análise. Esse paradigma estava em sintonia com a percepção de que a desigualdade era excessiva. Por isso mesmo causava enorme sensibilidade.

Em decorrência disso, o ideal igualitário era o grande ponto de partida dos estudos e visões de mundo, com qualquer desvio a ele devendo ser detalhadamente justificado. Nesse momento, os países ricos teriam testemunhado aumentos das taxas de sindicalização, expansão concreta dos serviços públicos e das áreas de atuação do Estado, além de uma elevação expressiva da carga tributária. Posteriormente, entre o fim da Segunda Guerra e a metade da década de 1970, o que se verificou no âmbito acadêmico foi um movimento de perda de força da concepção binária no estudo das desigualdades, a partir de uma percepção de que o conceito de “classe social” era por demais polissêmico, sobre o qual não havia consenso.

Em seu lugar, ganham força os modelos triádico e hierárquico, ancorados em uma perspectiva de totalidade dos sistemas sociais. Seus enunciados enfatizavam os papéis de hierarquias, do prestígio e da alocação de recursos sociais para a manutenção da ordem social. Destacou-se na elaboração dessa perspectiva a teoria funcionalista liberal, sobretudo a presente na sociologia de Parsons. Com efeito, o foco sai da desigualdade de resultados, agora tratada como inevitável, e passa para a desigualdade de oportunidades, tida como indesejável.

No plano político, consolida-se de vez uma percepção descrita por Souza como “otimista”, calcada em um projeto de domesticação da desigualdade a partir de um

ponto de consenso geral: o crescimento econômico contínuo das sociedades industriais dos países ricos. Para viabilizá-lo, foram adotadas medidas típicas do receituário keynesiano, tais como o estímulo à demanda agregada e investimentos em educação e capacitação profissional (SOUZA, 2018, p. 91). Essas sociedades passariam ainda a ser enxergadas como parâmetros para as demais nações do globo. A dicotomia atraso-futuro, além de conservar o ideal igualitário como preocupação central das análises e visões de mundo, também serviu de base para as chamadas “teorias da modernização”.

Contudo, esse cenário não duraria muito, em função do que Souza entende como um descompasso entre os fatos e as interpretações feitas sobre eles. Ainda durante a década de 1970, com as crises do petróleo e o subsequente desaquecimento das economias centrais, em alguns casos com cenários de inflação acelerada e excessiva burocratização, ocorre uma verdadeira redefinição dos termos do debate político e acadêmico, que, no recorte proposto pelo trabalho, de certa forma teriam se estendido até, ao menos, a metade da última década.

No ambiente acadêmico, a preocupação igualitarista e os estudos sobre desigualdade, até então bastante consolidados, cede lugar a teorias que chamavam atenção para a necessidade de maximização dos interesses de cada indivíduo e, mais ainda, para a existência de um *trade-off*, até então desconhecido, entre igualdade e liberdade. Partindo desse pressuposto, também seria preciso, então, tornar a preocupação com a igualdade minimamente racional, assim como fazer com que a racionalidade econômico-instrumental fosse dotada de um componente minimamente igualitário. O resultado disso foi o que o autor denominou como uma “inversão do fardo da prova” (SOUZA, 2018, p. 129), com as teorias pautadas pelo ideal igualitarista passando a ter que justificar sua relevância. No caso particular da sociologia, os estudos sobre capital, classes e ricos, àquela altura já relegados a segundo plano, perdem ainda mais espaço, em prol de teses que enxergavam na propriedade e na formação educacional os principais focos de exclusão social existentes.

Os reflexos disso nas arenas políticas não tardaram a aparecer. Seja por sua capacidade concreta de lidar com os problemas da época, seja por seu apelo junto a setores sociais importantes, o fato é que Souza argumenta que um programa de cunho mais liberal se expandiu rapidamente pelos países ricos e passou a advogar uma

redefinição da atuação do Estado à luz dos moldes do mercado, amplamente exaltado na época. Não menos relevante foi o fato de a dicotomia entre igualdade e liberdade ter ganho tamanho destaque, que encontrou eco até mesmo junto a partidos de orientação social-democrata, que logo passariam a redefinir seus programas a partir dela.

Naquilo que tange especificamente ao Brasil, a reconstituição do panorama intelectual a respeito das desigualdades feita pelo autor e os principais achados de sua pesquisa são reveladores e intrigantes. Souza começa lembrando que, no Brasil de meados do século XX, ao contrário do que ocorrera na Europa, o foco intelectual era menos na celebração do “equilíbrio social virtuoso” e mais na discussão sobre a mudança induzida através do Estado. Em alguns casos, isso se convertia em uma rejeição explícita à possibilidade de redistribuição de riqueza por meio do aparelho estatal (SOUZA, 2018, p. 106). A partir de 1964, com a tomada do poder pelos militares, a coisa se inverte parcialmente, com as avaliações sobre o contexto econômico-social do país passando a se dividir em dois grandes grupos: um otimista, em que estariam as teses propagadas pelo governo ditatorial na defesa de seus planos nacionais de desenvolvimento, sintetizados na conhecida metáfora sobre o “crescimento do bolo”; e outro “funesto”, essencialmente cético quanto aos rumos da industrialização. Após o ofuscamento gerado pela crise econômica da “década perdida” dos anos 1980, o tema retornou à ordem do dia entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Nesse momento, o foco acadêmico, diante de uma aparente tendência de queda da desigualdade, devotou-se a encontrar possíveis explicações para essa melhora na distribuição de renda, normalmente valendo-se de pesquisas amostrais de domicílio. Ganharam especial destaque nesse momento as discussões a respeito das “novas classes médias”.

Por sua vez, os resultados empíricos são muitos. Destacamos abaixo alguns dos principais. Em primeiro lugar, a ideia de que o processo brasileiro de redemocratização, iniciado em 1985, não exerceu impactos significativos sobre as porções de renda concentrada nos segmentos mais ricos da população. Todavia, simultaneamente, houve um aumento da participação de outros grupos menos favorecidos na riqueza nacional, o que por tabela inclui aqueles que figuram na base – na condição de mais

pobres. Essa leve alteração redistributiva, porém, não se deu às custas de uma redução dos índices de concentração dos mais ricos.

Nesse sentido, Souza enfatiza que o regime democrático brasileiro, mesmo tendo se tornado mais sensível aos interesses das camadas menos favorecidas ao longo dos últimos 20 anos, ainda é pautado antes por um potencial inclusivo do que propriamente por uma capacidade redistributiva ampla. A incapacidade de atingir a enorme fatia da renda nacional apropriada pelos mais ricos não se conserva por si mesma. Muito pelo contrário, a análise de Pedro Souza nos elenca um conjunto de políticas públicas adotadas pelos sucessivos governos nacionais que, em sua visão, contribuiria para a manutenção dos níveis alarmantes de desigualdade reinantes no país. Dentre elas, estão as políticas de concessão privilegiada de isenções fiscais, subsídios e crédito para grandes conglomerados empresariais, especialmente para os chamados “campeões nacionais”; a baixa tributação direta sobre a renda e a propriedade; e os privilégios salariais e previdenciários da elite do funcionalismo público, especialmente das “carreiras de Estado” (SOUZA, 2018, p. 365). Como decorrência disso, outro achado bastante intrigante nos dá conta de que a desigualdade brasileira é fundamentalmente inercial; isto é, mantém-se relativamente estável ao longo do tempo no que concerne às fatias da renda nacional abocanhadas pelos mais ricos – algo entre 20% e 25% da riqueza nacional. Tudo isso a despeito de o país ter experimentado mudanças econômicas e sociais expressivas durante todo o período analisado pelo autor. Como tal, não apresenta nenhuma tendência drástica de crescimento ou redução da desigualdade. As maiores variações, positivas ou negativas, deram-se apenas em momentos de ruptura institucional ou crise.

Esse cenário leva Souza a duas conclusões importantes: primeiro, de que a Constituição Cidadã de 1988, apesar de ter viabilizado a criação e expansão de gastos e serviços públicos, não foi até o momento capaz de produzir uma desconcentração expressiva de renda a partir de sua promulgação até o ano de 2013, último ano do recorte proposto pelo trabalho; segundo, que entre os países com dados disponíveis para o Imposto de Renda, o Brasil figura no rol dos mais desiguais. Eis o principal motivo para o pessimismo do autor. Fazendo um apanhado geral do histórico nacional nesse sentido, seus dados revelam que a concentração de renda no topo aumentou particularmente no intervalo entre o Estado Novo varguista e a Segunda Guerra

Mundial, passando a decair substantivamente durante a Terceira República, especialmente durante o governo Juscelino Kubitschek.

Com o golpe de 1964 e a ascensão da ditadura militar, os mais ricos dentre os mais ricos voltam a aumentar sua participação na renda nacional, mantendo-a praticamente intocada nos anos do “milagre econômico”. A crise da hiperinflação, iniciada a partir das diretrizes do milagre, fez aumentar essa porção. Por fim, se verificou alguma redistribuição de renda durante a década de 1990, que teria se mantido estável no máximo até meados da primeira década dos anos 2000. É importante frisar que essa, para Souza, foi uma espécie de redistribuição que deixou estabilizados os níveis de concentração no topo da pirâmide de renda. Nesses termos, faz sentido, para ele, falar em uma correlação entre os ciclos políticos atravessados pelo Brasil e as oscilações ocorridas no seio da renda concentrada pelos grupos mais ricos.

Desse ponto de vista, o regime democrático se torna funcional para os subgrupos que integram a parcela mais rica da população. Com uma enorme gama de recursos de poder a seu dispor e bastante articulados entre si, podem tanto reverter eventuais perdas oriundas de pressões redistributivas, como obter benefícios exclusivos frente aos anseios de outras camadas que se mobilizem politicamente e demonstrem interesses antagônicos aos seus. Nesse cenário, Souza também entende que o sistema político brasileiro, durante os 87 anos analisados, atuou em muitas oportunidades como um mecanismo de atenuação e filtragem de pressões econômicas.

## REFERÊNCIA

SOUZA, Pedro Ferreira. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2018.





## **RESENHA: Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo (2017), de Rafael Valim**

Karime Cheaito<sup>1</sup>

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrente, 2017, 64 pp.

O livro *Estado de Exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*, publicado pela editora Contracorrente em 2017 e escrito por Rafael Valim - Advogado, Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e professor na mesma instituição – apresenta elementos que permitem a compreensão da relação entre “estado de exceção” e o sistema de justiça brasileiro. Como escrito pelo professor Jessé Souza no Prefácio, Valim faz parte de um corpo de juristas brasileiros que desempenharam uma importante função pública em defesa da democracia e do Estado de Direito entre nós. Destaca-se também que esses juristas “foram responsáveis pelo fracasso do processo de legitimação jurídica e política do golpe” (VALIM, 2017, p. 8).

O livro em questão tem como foco os acontecimentos políticos da segunda década do século XXI, principalmente aqueles decorrentes de 2016. O autor apresenta de que modo o avanço de pautas conservadoras, que priorizaram as classes dominantes, corroborou para o detrimento de direitos e garantias fundamentais, como a soberania popular. A partir desse prisma, Valim desenvolve uma análise sobre a crise democrática no Brasil, marcada pelo avanço do projeto neoliberal e o abuso do poder estatal – principalmente do judiciário. O golpe de 2016 não foi um golpe militar nos modelos tradicionais de golpe de Estado, mas foi um golpe institucional, o que caracteriza a terminologia de *neogolpismo* utilizada por autores como Fabricio Pereira da Silva (2018). Essa nova forma contemporânea de golpe de Estado possui uma aparência de legalidade e é legitimado por parcelas da sociedade. Em sua definição, deve-se compreender “o neogolpismo como formas de golpe de Estado legais na

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança da Universidade Federal Fluminense.  
E-mail: karime.cheaito@hotmail.com

aparência, e que buscam seu processamento preferencialmente por meio das instituições vigentes e do cumprimento de ritos formais” (SILVA, 2018, p. 171).

Dividido em quatro capítulos, o breve livro de 45 páginas traz uma análise conjuntural pontual, sem abarcar contextualizações de longos períodos que abrangem a história política, jurídica e econômica brasileira. O foco do autor nesse trabalho foi demonstrar, especificamente, como no Brasil atual, os retrocessos em torno dos direitos sociais e a existência de um “estado de exceção” correspondem à expressão de um processo global de redefinição de noções, como representação e soberania popular. Esse processo encontra-se somado ao avanço mundial do neoliberalismo.

Para fundamentar sua tese, Valim parte do processo de destituição da presidente Dilma Rousseff e as investigações da “Operação Lava Jato”, utilizando-as como exemplos de ações judiciais que foram pautadas nos interesses de classes hegemônicas vigentes. Sua ideia central é que um ataque à democracia não precisa ter como base, necessariamente, um crime, mas pode acontecer através de uma justiça parcial e um trabalho midiático. Estes fatores criam no imaginário social a ideia de que o processo de impeachment de uma presidente democraticamente eleita fazia parte do combate à corrupção, ocultando os interesses políticos que estavam no pano de fundo desse processo.

Para o autor, o judiciário brasileiro tem atuado no sentido de administrar e incorporar as diversas demandas das classes dominantes, afastando e/ou excluindo os interesses do povo, e – o que é mais grave – ameaçando a soberania popular. Por isso, Valim defende que “é preciso levar o Direito a sério, o que significa libertá-lo dos grilhões da exceção e devolvê-lo ao povo, único titular da soberania” (2017, p. 56). Sua proposta para esse impasse indica que a sociedade deve ser servida pela economia e não o contrário, ressaltando a necessidade da “reconquista da economia pela política” (ibid., p. 55). O fator econômico e as bases neoliberais, desse modo, são fundamentais para se compreender a obra de Rafael Valim e o caminho de sua crítica.

No prefácio, Souza destaca como Valim apresenta de forma sistematizada a relação do poder judiciário com o mercado financeiro neoliberal. Sobre o judiciário, uma reflexão pertinente apresentada é de como essa instituição, em conjunto com o trabalho realizado pela grande mídia brasileira, devem ser considerados os operadores reais do *golpe institucional* implantado em maio de 2016 no Brasil. Contudo, não se

pode esquecer que eles não comandaram o processo golpista, o qual foi articulado pelos grandes proprietários que correspondem à elite do capital financeiro. Em suas palavras: “Foi um golpe articulado para que os interesses dos proprietários possam agora ser impostos a toque de caixa por um parlamento venal, medíocre e subserviente (...) A economia ‘compra’ a política e ameaça desmontar por meio de suas próprias instituições o Estado de direito democrático” (ibid., p. 8).

Entende-se que a subordinação da política à economia neoliberal é o elemento-chave para compreensão da argumentação e críticas expostas por Valim. Jessé Souza (2017) menciona, inclusive, a demanda naquele momento de que o Banco Central se tornasse independente do Ministério da Economia, apontando que esse desejo estava relacionado ao estabelecimento de sua dependência ao capital financeiro internacional. Em 2021, o Presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei de Independência do Banco Central, comprovando a premissa levantada.

Na *Introdução*, Valim articula o “estado de exceção” com o 11 de setembro de 2001, tendo como foco da análise os Estados Unidos e a Europa, onde a noção foi amplamente divulgada a partir da retórica da defesa e combate ao terrorismo. Em diálogo com essa leitura, autores como Augusto e Rodrigues (2016) analisam a transformação das políticas securitárias a partir de 2001. O estado de exceção aparece, nesse sentido, no novo paradigma inaugurado que, por vezes, gera uma tensão entre as áreas do Direito e da Segurança. Lugares como os Estados Unidos, que ativaram o dispositivo do “estado de exceção”, passaram a adotar medidas que atingiam tanto a área do direito como do não-direito, como o caso de Guantánamo. Ao pensar no caso latino-americano, o autor cita os casos da Colômbia, da Argentina e do Brasil, argumentando que nesses países a exceção se “modelou” para atender cada realidade específica. No caso brasileiro, foco de Valim, a retórica do combate à corrupção deu abertura para o denominado “estado de exceção judicial”.

O capítulo um, intitulado *Estado de exceção: aproximação teórica e localização sistemática*, demonstra as incertezas terminológicas e a polissemia acerca da expressão “estado de exceção”. Neste capítulo, o autor dialoga com François Saint-Bonnet, o qual debate a contradição do termo “estado de exceção permanente”, e com Giorgio Agamben, que analisa a criação de inimigos públicos pelo Estado em prol do mercado financeiro. Após a exposição do debate teórico, apresenta-se como a

significação de “estado de exceção” varia de acordo com as áreas do conhecimento, questão essa que dificulta ainda mais um acordo sobre sua definição. Nessa parte, o autor destaca a utilização da expressão em, especificamente, cinco áreas, sendo elas: 1) teoria geral do Direito; 2) plano dogmático jurídico; 3) ângulo sociológico; 4) teoria política; 5) prisma filosófico. Ao fim do capítulo, é possível chegar em algumas observações pertinentes e essenciais para se compreender a atualidade brasileira, tais como: Estado de Direito e o estado de exceção não são categorias que se repelem mutuamente; não existe um estado de exceção, mas sim estados de exceção; com a exceção não se pretende instaurar, declaradamente, uma nova ordem constitucional; a natureza do estado de exceção não é dogmático-jurídica.

No capítulo dois, intitulado *Estado de exceção: signo do fracasso do atual modelo democrático*, nota-se que o autor delinea os argumentos críticos que fundamentam sua tese central baseada na ideia de que o “estado de exceção” abala a soberania popular, pilar do Estado Democrático de Direito. Para discorrer sobre essa argumentação, Valim, de forma pontual e de fácil apreensão (principalmente para quem não é da área do Direito), expõe que a exceção nega a lei, principal produto da soberania popular e, por isso, “toma de assalto a democracia” (VALIM, 2017, p. 19). Referenciando Agamben, conclui que a “exceção é o absolutismo da contemporaneidade” (ibid., p. 19) e é capaz de potencializar o processo de despolitização vivenciado pela sociedade atual. A partir desse ponto, o autor analisa o mercado e o capital financeiro, tecendo a crítica sobre o atual domínio da economia sobre a política. Em suas palavras, “não são mais os governos democraticamente eleitos que gerem a vida econômica e social, em vista de interesses públicos, senão que as potências ocultas e politicamente irresponsáveis do capital financeiro.” (ibid., p. 20). Considera-se nessa resenha que este é o ponto onde reside uma das principais contribuições feitas por Valim ao debate, no qual a subalternidade da política à economia é o fator central para explicar a atual crise de legitimidade dos órgãos eletivos no Brasil.

É nessa questão que se torna evidente a premissa neoliberal vigente, que prega a necessidade de um Estado fraco no que concerne o poder de decisão e formulação de políticas, mas demanda um Estado forte para gerir a população e, principalmente, os dispositivos de controle social e violência estatal. O avanço do neoliberalismo fez

com que a democracia liberal se tornasse esvaziada e neste antagonismo – entre o neoliberalismo e a democracia liberal – se abriu a lacuna onde eclodem os “estados de exceção”. Ao fim do capítulo, conclui-se: quem decide sobre o “estado de exceção” é o mercado, não o governo. O mercado é o responsável por determinar a lógica e a dinâmica de funcionamento do Estado e suas instituições, definindo, inclusive, os inimigos que devem ser combatidos pelos aparelhos estatais.

A partir do capítulo três, intitulado *O caso brasileiro: exemplo paradigmático de estado de exceção*, Rafael Valim utiliza a análise e argumentação apresentadas nos dois primeiros capítulos para refletir sobre o caso brasileiro a partir do golpe em 2016 e a destituição da presidente Dilma Rousseff. O capítulo enfoca na proliferação do “estado de exceção” no Brasil, lembrando que um projeto democrático no país sempre teve dificuldades de se consolidar de fato, devido às constantes interrupções feitas por golpes de Estado. Por causa dessa característica histórica, Valim sintetiza sua reflexão afirmando que “persiste [no Brasil] uma sociedade profundamente autoritária, hostil aos mais elementares avanços em termos de direitos humanos, o que, naturalmente, explica a facilidade com que a exceção não só é assimilada, como também dissimulada em seu seio.” (ibid., p. 24, acréscimo nosso). Como advogado, Valim identifica o poder judiciário como o mais perigoso agente da exceção no Brasil, embasando essa ideia nas ilegalidades cometidas no processo do *impeachment* (como o vazamento de conversas pessoais) e no cenário de arbitrariedade que se instaurou sob o argumento das “pedaladas fiscais”, considerado o elemento-chave que legitimaria o processo de impeachment em 2016.

Pontua-se nesta resenha um elemento lembrado pelo autor que muitas vezes passa silenciado ou despercebido nas análises concernentes ao golpe de 2016: as explícitas manifestações de misoginia contra a Dilma durante o processo de *impeachment*. As redes sociais, as falas dos deputados e senadores, os adesivos colocados nos carros, todos esses elementos carregados de machismo e misoginia explícitos se somaram às inconstitucionalidades acometidas, evidenciando que todo o processo, além de ilegal, estava vinculado à estrutura machista e patriarcal da sociedade brasileira. Ao fim do capítulo, Valim identifica três elementos centrais que compõem um “estado de exceção”: 1) o Soberano, que corresponde ao mercado; 2) o

Inimigo, correspondente ao corrupto; 3) a Superação da Normatividade, que consiste no acelerado processo desconstituinte provocados pelo próprio poder judiciário.

Encerrando a obra, tem-se o capítulo quatro, intitulado *há alguma alternativa no horizonte?*, no qual Rafael Valim aponta algumas possíveis soluções ou alternativas – como diz no título – para a situação vivida pelo Brasil. Para ele, as alternativas devem ser encontradas nos âmbitos político, econômico e jurídico. Sobre a questão política, propõe-se a recuperação do sentido da política como “assimilação e resolução coletiva da conflitividade social, em que o outro é visto como um semelhante e não como um inimigo.” (op. cit., p. 31). Na concepção do autor, deve-se substituir as lógicas da guerra e da necropolítica, características do neoliberalismo, pela lógica da solidariedade. No âmbito econômico, Valim afirma que a economia deve servir às pessoas e não o contrário, criticando a lógica neoliberal exposta no decorrer do texto. Somente assim é que seria possível enfrentar a desigualdade social que inviabiliza a possibilidade de uma sociedade democrática no país. Por fim, sob o ângulo jurídico, é necessário descolonizar o conhecimento jurídico e investir na Ciência do Direito. É necessário criar na sociedade uma confiança no Direito e em seu papel social.

Entende-se, portanto, que o “estado de exceção” analisado pelo autor constitui uma categoria essencial para revelar a conexão existente entre elementos que, à primeira vista, parecem desconexos. Em diálogo com os autores acima citados e em meio à conjuntura neoliberal e aos retrocessos vividos pelo Brasil, a análise e interpretação do momento feitas por Rafael Valim se mostram necessárias para compreendermos o funcionamento das instituições em nosso país, principalmente do âmbito jurídico, e como este esteve vinculado diretamente aos interesses neoliberais que desencadearam o processo do golpe em 2016.

## REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Acácio e RODRIGUES, Thiago. “Liberdade e securitizações: manifestações de rua, medidas de segurança e expansão dos monitoramentos”. In: FREIXO, Adriano de (Org.). *Manifestações no Brasil: as ruas em disputa*. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2016.
- VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017

SILVA, Fabrício Pereira da. “O Fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina”.  
Revista Sul-Americana de Ciência Política, V.4, Nº2, Pelotas, 2018.

SOUZA, Jessé. Prefácio. In: VALIM, Rafael. Estado de exceção: a forma jurídica do  
neoliberalismo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017

